

VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em Jornalismo
Ambiental diante dos desastres

ANAIS DO EVENTO

Realização:



GRUPO
DE PESQUISA
EM JORNALISMO
AMBIENTAL

Apoio:



Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

Ilza Maria Tourinho Girardi, Débora Gallas Steigleder e Eliege Maria Fante
(Organizadoras)

24 a 26 de setembro de 2025

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, 2025

Coordenação do evento

Ilza Maria Tourinho Girardi
Carine Massierer
Cláudia Herte de Moraes
Débora Gallas Steigleder
Eliege Maria Fante
Gabriella de Barros
Sérgio Pereira

**Coordenação Científica e
organização dos anais**

Débora Gallas Steigleder
Eliege Maria Fante

Comissão Científica

Ângela Camana
Carine Massierer
Cláudia Herte de Moraes
Eloisa Beling Loose
Eutalita Bezerra
Felipe de Oliveira
Gabriella de Barros
Gisele Neuls
Ilza Maria Tourinho Girardi
Janaína Kalsing
Josemari Quevedo
Katarini Miguel
Márcia Franz Amaral
Myrian Del Vecchio
Patrícia Kolling
Reges Schwaab
Roberto Villar Belmonte
Sérgio Pereira
Simão Farias Almeida
Wilson da Costa Bueno

Realização: Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq

Apoio: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS)

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA

E56 Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental (6. : 2025 : Porto Alegre, RS).

Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, realizada em Porto Alegre, de 24 a 26 de set. 2025, com o tema: A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres / Ilza Maria Tourinho Girardi, Débora Gallas Steigleder e Eliege Maria Fante (organizadoras) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025.

146 p.

ISBN 978-65-5973-514-3

1. Jornalismo ambiental – Eventos. 2. Comunicação. I. Girardi, Ilza Maria; II. Steigleder, Débora Gallas; III. Fante, Eliege Maria. IV. Titulo.

CDU: 07

Bibliotecária responsável: Josiane Gonçalves da Costa – CRB/10-1544

Sumário

Apresentação.....	7
Aparatos sociotécnicos e processos de comunicação mediada: as enchentes do Rio Grande do Sul em 1941 e 2024 - Gabriele da Silva Bordin	8
Como falamos do clima: a cobertura jornalística da seca amazônica de 2023 em O Globo e O Liberal - Lucas Guaraldo Itaborahy	14
Abordagens preventivas sobre emergência climática na perspectiva de jornalistas: um recorte - Criselli Maria Montipó e Myrian Regina Del Vecchio-Lima	19
Da informação ao engajamento: Jornalismo Ambiental e o desafio da justiça climática - Cláudia Herte de Moraes	24
A midiatização da solastalgia: Jornal A Sirene e a construção da memória do desastre de Mariana - Larissa Helena Pereira de Oliveira	29
Educação para a redução de riscos de desastres: a importância do jornalismo ambiental e da educomunicação na formação de novas gerações - Ademir da Silva Ribeiro Junior, Eloisa Beling Loose e Luciana de Resende Londe	35
Jornalismo Socioambiental em tempos de polarização: desinformação e os desafios da cobertura da crise climática no Brasil - Cláudia Sarmento	40
Percepções sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em links de comunidades políticas do Reddit - Daphne Leilane da Silva, Bianca Maria da Silva Melo e Priscila Muniz de Medeiros	45

Jornada da Notícia: concepção de uma plataforma de monitoramento de notícias sobre os ODS - Ricardo Luiz Aoki.....	50
O ESG no discurso jornalístico sobre meio ambiente: análise da cobertura do jornal Valor Econômico - Janaína Cardozo Capeletti.....	56
Percepções europeias e latino-americanas do Cartoon Movement sobre o acordo comercial UE-Mercosul (2020-2024) - Amanda Caroline Galdino, Guilherme Fenício Alves Macedo e Maria Luisa Galdeano Damasceno	61
A formação acadêmica de jornalistas que cobrem a pauta socioambiental no Brasil - Laiza Mangas e Rosane Steinbrenner	72
Possíveis intersecções entre Agroecologia e Jornalismo Ambiental: o diálogo de saberes e as práticas jornalísticas - Júlia Petenon e Reges Schwaab	84
Mulheres amazônicas no jornalismo: uma análise interseccional da prática de uma jornalista investigativa - Yanna Duarte Arrais, Thaisa Cristina Bueno e Idayane da Silva Ferreira	91
Governo de MT e as obras na MT-251: o caso Portão do Inferno sob o olhar dos enquadramentos do G1 - Renan Souza Camiran, Nealla Valentim Machado e Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini	96
O papel do jornalismo na disputa pela marginal direita do Rio Sorocaba - Vanessa Ferranti	101
Conflitos socioambientais em pauta no Jornalismo Ambiental: os casos de Cajueiro (São Luís, MA) e Piquiá de Baixo (Açailândia, MA) - Idayane da Silva Ferreira, Roseane Arcanjo Pinheiro e Yanna Duarte Arrais	106

Protagonismo socioambiental e do pertencimento: análise de discursos de sites jornalísticos a respeito de comunidades vítimas de incêndios em Roraima - Daniela Batista da Silva e Simão Farias Almeida	111
Inteligência Artificial no combate à desinformação: o caso da <i>Ambiental Media</i> - Isabela Paulino Assis e Liliane de Lucena Ito	116
Análise de notícias sobre as “árvore fake” na COP-30 - Kaio Vinicius Magalhães Dias e Alessandra Pinto de Carvalho.....	121
O olhar decolonial na prática do Jornalismo Ambiental - Patrícia Kolling e Gustavo Lima Silva.....	126
Desafios da prática no Ensino de Jornalismo Ambiental como serviço de Extensão Universitária - Amanda Aparecida Grzebielucka e Hebe Maria Gonçalves de Oliveira	132
O problema da espetacularização em duas reportagens da Record RS e da RedeTV! sobre as enchentes do RS - Yasmim Carneiro Oliveira e Miguel Ángel Lomillos	137
A proteção animal como abordagem de educação ambiental: produção de cartilhas como recurso didático no campo jornalístico-midiático - Larissa Batista de Vargas.....	137

Apresentação

Diante do aumento de intensidade e frequência dos eventos climáticos extremos e, por consequência, das necessárias medidas de prevenção e adaptação aos desastres, o VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental propôs-se um espaço de avaliação de estratégias, linguagens e discursos para comunicar questões complexas e transversais de maneira acessível e ética através do jornalismo. Ao reunir pesquisadores de diversas regiões do Brasil e do Exterior, o evento proporcionou uma pluralidade de olhares sobre os desafios e oportunidades do Jornalismo Ambiental contemporâneo, identificando lacunas e potencializando o impacto social da pesquisa acadêmica.

O Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq, responsável pela realização do VI ENPJA, reúne ampla trajetória e produção científica sobre o tema. A emergência climática, no entanto, conclama novos pesquisadores ao esforço de produzir novas reflexões a partir do referencial teórico sobre Jornalismo Ambiental já consolidado com base em metodologias variadas e tratando de objetos ainda pouco explorados pela literatura.

O tema central desta edição permitiu explorar como a produção jornalística pode desempenhar um papel mais ativo na promoção de práticas sustentáveis e na construção de narrativas orientadas para a responsabilidade socioambiental. A programação científica e os painéis com especialistas buscaram aprofundar a compreensão sobre o papel do jornalismo na formação de uma opinião pública crítica e na mobilização para a transformação social. Dessa forma, o VI ENPJA buscou fortalecer a comunidade de pesquisadores e comunicadores engajados com a sustentabilidade, impulsionando iniciativas inovadoras e colaborativas capazes de enfrentar os desafios do nosso tempo. Tal esforço pode ser contemplado, agora, nestes anais.

As autoras



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Aparatos sociotécnicos e processos de comunicação mediada: as enchentes do Rio Grande do Sul em 1941 e 2024

Gabriele da Silva Bordin¹

Resumo: Em maio de 2024, jornalistas do Rio Grande do Sul tiveram um desafio incomum: a cobertura de uma catástrofe climática de grandes proporções, uma enchente que acometeu 478 dos 497 municípios². Este momento trouxe à memória outra enchente, 83 anos antes, em 1941. O desafio dos jornalistas de 1941 foi a falta de energia, principalmente, em meio a uma comunicação midiática feita através de jornais impressos e rádio. Em 2024, o desafio foi manter o público informado, levando orientação sem pânico. Em ambos cenários, os aparatos sociotécnicos foram indispensáveis na comunicação mediada, sendo protagonistas desta troca de informação entre mídia, órgãos governamentais e população. Sem eles, a informação não chegaria e a preservação da memória estaria ameaçada.

Palavras-Chave: Jornalismo. Plataformização. Catástrofe climática. Mediações sociotécnicas. Rio Grande do Sul.

Neste trabalho, observamos, através de análise documental, os processos de comunicação midiática de duas enchentes históricas na Região Metropolitana do Rio

¹ Bacharel em Comunicação Social, hab. Jornalismo, pela Universidade Franciscana. Mestranda em Comunicação: Mídias, Mutações Sociosimbólicas e Sociotécnicas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unidade Federal de Santa Maria (Poscom UFSM). E-mail: gabriele.bordin@acad.ufsm.br

² Informação do Boletim - Defesa Civil/RS. Disponível em: sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municípios

Grande do Sul, em 1941 e em 2024, a partir da agência dos aparatos sociotécnicos. As tecnologias de mídia disponíveis nos dois períodos são distintas e foram fundamentais para a construção das narrativas possíveis em ambos episódios.

Em 1941, os meios de comunicação midiática disponíveis no Brasil eram os jornais impressos, rádio, cinema e telégrafo. Já em 2024, as plataformas de redes sociais digitais foram agentes fundamentais no processo de comunicação, com ampla difusão e onde são endereçadas grande parte das notícias que alcançam o grande público.

Assim como a comunicação mediada faz-se importante em momentos de catástrofes humanitárias, os aparatos sociotécnicos também o são, porquanto são parte desta comunicação. Sendo assim, a discussão acerca da agência destes aparatos, ao estudarmos o campo da comunicação em meio a catástrofes, faz-se fundamental.

Os aparatos sociotécnicos fazem parte, cada dia mais, da comunicação produzida pelos seres humanos. André Lemos (2020, p. 54) ressalta a importância da observância desta agência dos aparatos sociotécnicos:

[...] boa parte dos estudos de comunicação valoriza perspectivas antropocêntricas, relações intersubjetivas, contextuais e transcedentes. Essa postura não seria capaz de abranger toda a complexidade dos fenômenos comunicacionais, em geral, e os da cultura digital, em particular.

Mesmo que falemos sobre a indiscutível presença dos aparatos, é importante deixar claro que o estudo desta agência só é crucial devido à sua função social, como elucidam Santaella e Cardoso (2015, p. 177): “Se há finalidade ou intencionalidade em qualquer agenciamento sociotécnico, ela só pode existir para e no coletivo”.

Sendo assim, podemos compreender que o estudo dos aparatos sociotécnicos, parte dos processos de comunicação mediada, são fundamentais para se entender o

todo do objeto, incluindo sua afetação nos indivíduos e, consequentemente, na sociedade e vice-versa.

No período da enchente de 1941, observamos que os veículos de comunicação de massa existentes no Brasil eram o rádio e o jornal impresso. Para a comunicação “um-um”, ou seja, interpessoal, os veículos mais utilizados eram o telégrafo e o telefone. No momento da enchente, um grande desafio encontrado pelos comunicadores da Região Metropolitana foi a falta de energia a partir de determinado período da catástrofe, porque a mesma era fornecida através da Usina do Gasômetro, situada às margens do Rio Guaíba, que inundou a cidade.

Vemos esta e outras limitações em carta contada por uma menina, à época, que viveu o episódio: “A cidade esteve vários dias às escuras, sem água, sem leite, sem jornal, foi mesmo de assustar! [...] Os trens pararam e o telégrafo interrompeu. Estábamos simplesmente isolados do interior. Cinemas, colégios, Faculdade de Medicina e Direito ficaram cheios de flagelados” (Machado, 2024).

Temos mais pistas sobre como foi o período através de relatos jornalísticos: “No momento mais crítico, a cidade ficou sem energia elétrica, água e comunicação, afetando telefonia e telégrafo. Os bondes pararam. Os jornais não circularam. As três rádios ficaram fora do ar. Informações dos problemas no interior do Estado demoravam para chegar” (Staudt, 2024).

São estes alguns dos fragmentos de história que ajudam-nos a entender como foi a catástrofe de 1941 para os atingidos. Assim, percebemos que a inoperância dos aparatos de comunicação debilitou a troca de informações pela sociedade, sendo um complicador da catástrofe jáposta.

Em 2024, a cobertura e a informação em meio à catástrofe do Rio Grande do Sul foi perpassada pela Plataformização, que é definida como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas

digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida (Poell, Nieborg, Van Dijck, 2020, p. 2).

As notícias de veículos jornalísticos, órgãos governamentais, pronunciamentos de autoridades e de instituições à frente de ações sérias de enfrentamento à tragédia se emaranhavam a *fake news*, golpes e os tantos conteúdos em meio à internet. Foi graças a este jornalismo midiatizado que os jornalistas conseguiram produzir notícias ininterruptamente, mesmo com as barreiras físicas, como registram Malinoski, Gonzatto e Lopes (2024, p. 27):

Na segunda-feira, dia 6, pela primeira vez na história a edição impressa de Zero Hora não circularia. A do Correio do Povo também não. As rotativas dos dois jornais foram atingidas. [...] Trabalhando remotamente, repórteres e editores conseguem aprontar a versão digital do jornal com todas as informações sobre a tragédia em curso na Capital.

Os profissionais que podiam utilizarem-se também de veículos de rádio, televisão, jornal impresso e digital, dentre outras formas de veiculação de notícias. Porém, para chegar até maior ou menor parte do público, os profissionais necessitam fazer uso das redes sociais digitais. Esta apropriação das redes sociais pelos jornalistas é fundamental para alcançar e atingir o público. Além do alcance, as plataformas também alertam, validam e autorizam discursos, conforme Santaella e Cardoso (2015, p. 173).

Assim sendo, compreendemos que as plataformas digitais, enquanto aparato sociotécnico, são o local por onde passa a maioria das notícias e informações destinadas ao grande público, fazendo cumprir o papel do jornalismo de informar com qualidade e precisão.

Observando a agência dos aparatos sociotécnicos nas enchentes de 1941 e 2024 em Porto Alegre, constatamos a importância dos veículos de informação. Esta relevância se dá tanto para preservação da memória e resgate de informações, latente

ao olharmos para a primeira, quanto, hoje, com o papel de levar informação de prevenção e proteção.

Em 1941, a interrupção dos sistemas de energia, telefonia, telégrafo e imprensa evidenciou que a fragilidade dos aparatos sociotécnicos podia agravar a desinformação e o isolamento em meio a catástrofes. Já em 2024, com um cenário tecnológico completamente modificado e marcado pela plataformação, os desafios são outros: excesso de informações, circulação de *fake news* e sobrecarga dos usuários das redes sociais digitais.

Assim, entendemos que os aparatos sociotécnicos, enquanto constituintes dos processos comunicacionais mediados, são fundamentais para o desempenho destas funções essenciais em meio aos desafios enfrentados pela sociedade, acentuados em momentos extremos, como em meio a catástrofes climáticas.

Referências

LEMOS, André. Epistemologia da Comunicação, Neomaterialismo e Cultura Digital. **GALÁXIA**, São Paulo, n. 43, p. 54-66, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020143970> Acesso em: 20 ago. 2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformação. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 22 n. 1, p. 2-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01> Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTAELLA, Lucia; Cardoso, Tarcisio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **MATRIZes**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 167–185, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185> Acesso em: 20 ago. 2025.

MACHADO, Simone. 'Foi assustador': carta de 83 anos detalha estragos da grande enchente de 1941 no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto (SP), 18 mai. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2898rxg1j9o>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MALINOSKI, André; GONZATTO, Marcelo; LOPES, Rodrigo. **A enchente de 24**. Porto Alegre: BesouroBox, 2024.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

STAUDT, Leandro. Como ficou Porto Alegre na enchente de 1941. **GZH**, Porto Alegre (RS), 16 mai. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/leandro-staudt/noticia/2024/05/como-ficou-porto-alegre-na-enchente-de-1941-clw9c2q0000m8014ekr0miuln.html>. Acesso em: 22 nov. 2025.



Como falamos do clima: a cobertura jornalística da seca amazônica de 2023 em O Globo e O Liberal

Lucas Guaraldo Itaborahy³

Resumo: Este trabalho busca compreender a cobertura jornalística da seca amazônica de 2023 por meio da análise de conteúdo de elementos que compõem as matérias, como estruturas temáticas, fontes citadas, escrita e pautas incluídas ao longo da atuação dos repórteres. Para isso, esta pesquisa analisou todas as matérias sobre o fenômeno ambiental de interesse publicadas pelos jornais O Globo e O Liberal durante o período de setembro a novembro de 2023. A análise realizada sugere que a cobertura de eventos climáticos extremos foi tratada como um tema não-ambiental em 64% das vezes, sendo a cobertura política a mais comum dentro do corpus.

Palavras-Chave: Amazônia. Seca. Eventos climáticos extremos. Jornalismo. O Globo. O Liberal.

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo e presta serviços ecossistêmicos essenciais para o equilíbrio do planeta, como o sequestro de carbono, regulação da temperatura global e liberação de água na atmosfera. Desde 1985, a Amazônia brasileira perdeu cerca de 53 milhões de hectares de vegetação nativa, abrindo caminho para áreas de produção agropecuária, que aumentou a mesma quantidade de hectares no período (MapBiomass, 2023). Apesar de uma redução acentuada no desmatamento do bioma a partir de 2022, o ressecamento do ambiente

³ Bacharel em jornalismo pela Universidade de Brasília. Analista no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. lucas.itaborahy@gmail.com



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

e os crimes ambientais fizeram com que a floresta superasse uma área queimada de 16 milhões de hectares apenas em 2024.

As mudanças no clima mundial e o aquecimento global também têm deixado fenômenos naturais mais extremos e seus efeitos mais catastróficos. Os ciclos de cheias e secas dos rios abastecidos pelo derretimento de geleiras, por exemplo, têm se tornado mais repentinos e imprevisíveis, assim como o surgimento de ondas de calor e frentes frias. A ocorrência e a magnitude de tornados e ciclones também está diretamente relacionada à elevação da temperatura dos oceanos (Walsh, 2016).

Tendo em vista a intensificação do debate em torno das mudanças climáticas e dos seus efeitos na vida cotidiana, a mitigação das mudanças climáticas e seus efeitos têm ganhado espaço em esferas como a econômica e a política, e se tornado cada vez mais presente no debate público e privado de todas as classes. Na comunicação, o jornalismo tem se atentado cada vez mais para os efeitos do aquecimento global, dando mais destaque para dados de desmatamento e médias de temperatura e formando profissionais capacitados para a cobertura de pautas científicas e ambientais.

Assim, faz-se necessário entender como tem se dado a relação entre os efeitos das alterações climáticas e outros temas relevantes na cobertura jornalística. Ainda objetiva-se identificar quais discursos têm permeado a cobertura das mudanças no clima. A investigação torna-se essencial quando tratamos da cobertura de eventos climáticos extremos, tendo em vista sua frequência crescente, seu impacto socioeconômico e a relevância de se conscientizar, através de jornais e outras formas de comunicação, para seus riscos e medidas necessárias para sua contenção e prevenção.

O presente estudo analisa, através da coleta de notícias, a cobertura jornalística da seca histórica na região amazônica em 2023 com o objetivo de mapear a aproximação de temas ambientais e climáticos com outras pautas do jornalismo,



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

como economia e política, e de que forma estes eventos foram relacionados às mudanças climáticas e seus efeitos.

Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória qualitativa, que utiliza a metodologia da análise de conteúdo categorial proposta por Sampaio e Lycarião (2021) para analisar as 100 matérias jornalísticas publicadas na cobertura da seca na Amazônia nos jornais *O Globo* e *O Liberal* entre os dias 01 de setembro e 30 de novembro de 2023. O período foi escolhido em decorrência da maior quantidade de menções na imprensa em referência ao evento climático extremo e da intensidade dos efeitos da estiagem.

A busca foi realizada na plataforma Meltwater. O site coleta notícias e dados de publicação para a produção de clippings, permitindo busca de palavras-chave, recortes temporais e organização dos dados em planilha. Para a busca, foram utilizados os termos “seca na Amazônia”, “estiagem na Amazônia” e “El Niño Amazônia”. Além das categorias, o corpus foi analisado manualmente por meio de análise estatística descritiva segundo os seguintes critérios: 1) tipo de fonte ouvida nas matérias; 2) a presença de imagens, visualizações de dados e outras mídias ao longo do corpo do texto; 3) formato do texto (artigo de opinião, nota ou notícia); 4) presença ou ausência de assinaturas do autor.

Das 100 matérias coletadas com base nas palavras-chave e recorte temporal, 82 foram publicadas no jornal *O Globo*, enquanto 18 foram ao ar no *O Liberal*. Em uma análise mais detalhada, seguindo as definições apresentadas no método e no Livro de Códigos deste estudo, é possível perceber que a categoria Política foi a mais presente na cobertura da seca extrema da Amazônia em 2023, correspondendo a 37% de toda a cobertura. A categoria é caracterizada por matérias em que os agentes principais são políticos ou entidades políticas, como organizações ligadas às diversas esferas do governo. No geral, contém declarações relacionadas à atuação política, destinação de recursos públicos, posicionamentos e propostas legislativas e aos



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

efeitos da crise climática no cenário político estadual e nacional, assim como na atuação dos ministros e secretários envolvidos.

N'O Liberal, onde percebemos uma influência maior das atividades do governo estadual nas pautas diárias do veículo, a cobertura política da seca chegou a 41% de todas as notícias publicadas, enquanto n'O Globo a categoria representou 37% de toda a cobertura. Assim como nas categorias mais gerais, a pequena variação na proporção de matérias entre os diferentes veículos indica uma predileção pela cobertura política da crise climática.

Além das categorias, o *corpus* analisado possui uma quantidade relevante de textos opinativos, como notas, editoriais e colunas, essenciais para a análise do material coletado. No total, 22% de todos os textos analisados eram de caráter opinativo e declaratório, podendo ser assinados ou não. N'O Globo, essa categoria fica ainda mais clara, já que os textos não noticiosos correspondem a 25% de toda a cobertura da seca na Amazônia em 2023. N'O Liberal, por outro lado, textos opinativos correspondem a apenas 6% de toda a cobertura: apenas um artigo de opinião publicado ao longo dos 3 meses de análise.

Através da análise, também é possível perceber uma baixa taxa de multidisciplinaridade nas matérias coletadas. Matérias políticas raramente trazem elementos científicos ou econômicos e textos baseados em dados científicos pouco contam com participação de outros setores. A união dessas áreas e temas, extrapolando a típica divisão das redações por temas e cadernos, é essencial para a cobertura de uma crise climática que abrange todas as esferas da vida pública e privada brasileira.

O fato da seca histórica da Amazônia, que em 2023 bateu recordes negativos de secura, área queimada e baixo nível dos rios mais importantes da região, já ter sido superada pela seca no bioma em 2024 também mostra a urgência de tratar a pauta diretamente. No atual momento das mudanças climáticas, as próximas chuvas e secas provavelmente baterão recordes e serão as mais extremas da história. A frequência

desse tipo de eventos severos aumenta rapidamente e seria proveitoso que o jornalismo fosse capaz de se adaptar para sua devida cobertura.

Referências

ALENCAR, Ane. et al. **Fogo no Brasil em 2024**: o retrato fundiário da área queimada nos biomas. Nota técnica. 2024. IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Rede MapBiomass.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. v. 89. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C. H. de; LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. **Jornalismo ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018.

PROTOCOLO DE KYOTO. **Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Quioto: ONU, 1997.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; COSTA, Grace Soares; TORRES, Iraildes Caldas. **Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia**.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

MAPBIOMAS. **Relatório anual sobre mudanças no uso da terra no Brasil, 2023**.

WALSH, K. J. et al. Tropical cyclones and climate change. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 7, n. 1, p. 65-89, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/wcc.371>. Acesso em: dia mês ano.

WANG, D.; CHEN, Y.; JARIN, M.; XIE, X. Increasingly frequent extreme weather events urge the development of point-of-use water treatment systems. **npj Clean Water**, v. 5, n. 1, p. 36, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41545-022-00112-7>.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Abordagens preventivas sobre emergência climática na perspectiva de jornalistas: um recorte⁴

Criselli Maria Montipó⁵

Myrian Regina Del Vecchio-Lima⁶

Resumo: Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa *Comunicação sobre emergência climática: estratégias de sensibilização (2024-2026)* e se insere no escopo do Jornalismo Ambiental. O enfoque adotado é o preventivo, narrado por jornalistas a respeito da crise em curso, a partir da coleta em dois grupos focais realizados em 2025 com 14 jornalistas de Curitiba (PR). Os resultados, conforme a análise crítica da narrativa, apontam a necessidade de orientar sobre o que fazer em determinadas situações, como em eventos extremos. Os entrevistados destacam a importância de ultrapassar o factual e explicar o fenômeno com linguagem científica acessível, além de mostrar como a crise climática afeta diferentes grupos sociais de maneiras distintas.

Palavras-Chave: Jornalismo. Meio Ambiente. Emergência climática. Cobertura. Sensibilização. Curitiba.

⁴ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) com foco em Emergência Climática (EC), iniciativa coletiva que mobiliza 50 pesquisadores paranaenses em cinco eixos de trabalho. Dentre as áreas de atuação, o Eixo 5 do Napi EC estabelece Ações e Perspectivas Educacionais e Comunicacionais no Processo de Sensibilização e Conscientização para o Enfrentamento da Emergência Climática no Estado do Paraná.

⁵ Jornalista. Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, com bolsa da Fundação Araucária (PR). Integrante do Napi Emergência Climática. E-mail: criselli@gmail.com.

⁶ Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Napi Emergência Climática. Líder do Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber. Email: myriandel@gmail.com.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Vivemos uma emergência climática conforme os alertas da comunidade científica explicitados há décadas em relatórios climáticos e outros documentos que sinalizam o cenário. O *Global Risks Report (GRR) 2025* aponta que os riscos ambientais pioram em intensidade e frequência desde o lançamento do relatório, em 2006. As previsões são de que eventos climáticos extremos se tornem recorrentes. Segundo o *GRR 2025*, a perda de biodiversidade e o colapso dos ecossistemas estão entre os maiores riscos globais, ao lado de conflitos armados e desinformação. Afinal, informações incorretas ou falsas ameaçam a coesão social e a governança, além de dificultarem a realização de ações concretas.

Diante deste contexto, é preciso comunicar adequadamente, ação que o jornalismo pode realizar de forma profissional e competente – embora persistam dificuldades e limites para tanto. O Jornalismo Ambiental (Bueno, 2007), especialização que se dedica à cobertura das questões socioambientais, e o jornalismo em geral, de forma transversal ao longo de diversas editorias, buscam informar com qualidade técnica sem deixar de lado subjetividades e necessárias formas de sensibilização inerentes ao processo.

Nesta pesquisa, nosso principal objetivo é identificar estratégias adotadas no processo de comunicação sobre emergências climáticas em Curitiba (PR), a partir de dois grupos focais realizados com 14 jornalistas que atuam em portais, plataformas digitais, emissoras de rádio e televisão. À luz da análise crítica da narrativa (Motta, 2013) privilegiamos quatro movimentos interpretativos. Uma das premissas é de que a cobertura jornalística deve dar visibilidade às causas que levaram à intensificação da crise climática, bem como focalizar consequências (como eventos climáticos extremos e efeitos sobre a saúde) e, por fim, dar foco às soluções ou alternativas de mitigação e adaptação (Modefica, 2022).

Neste aporte teórico-metodológico, as entrevistas grupais (Gaskell, 2015) buscaram compreender quais estratégias jornalísticas têm sido adotadas. Foram

realizadas duas rodadas de grupo focal, em abril de 2025, com 14 jornalistas de Curitiba⁷. As respostas foram atribuídas a J1 até J14 (Jornalista 1... Jornalista 14) para garantir sigilo da identidade.

As questões das entrevistas semiestruturadas abordaram como o assunto é tratado nas coberturas cotidianas. O material coletado em áudio, após transcreto, passou por quatro etapas da análise crítica da narrativa, propostas por Motta (2013): (a) *recomposição das narrativas (síntese)*; (b) *paradigma narrativo (sentidos)*; (c) *revelação de conflitos*; e (d) *poder de voz*. Conforme Motta, a análise crítica da narrativa ajuda a compreender a construção simbólica da realidade e o *poder de voz* (jogos de poder) dos envolvidos no processo comunicativo.

No que se refere à (a) *recomposição das narrativas (síntese)* os profissionais entrevistados mencionam dificuldade em abordar a crise climática sem soar alarmista ou, ainda, sem incorrer à tentativa de apresentar possibilidades de solução nem sempre exequíveis, que demandam ações imediatas do poder público, de instituições e empresas implicadas na cadeia socioeconômica e ambiental. Sobre o (b) *paradigma narrativo (sentidos)*, o mais importante, conforme os participantes, é evidenciar as formas de produção e as consequências do desenvolvimento da sociedade que impulsionam a crise climática.

Sobre a (c) *revelação de conflitos*, segundo os profissionais, há a tendência de focar em eventos climáticos extremos apenas quando ocorrem inundações, ondas de calor, entre outros, sem abordar as causas e consequências de forma mais aprofundada e preventiva. O participante J8 destaca que quando acontece um evento climático extremo, nem sempre ele é noticiado como tal, mas a crise climática precisa ser relacionada ao cotidiano. “[...] Não só quando a rua dele alaga, mas em toda a cadeia produtiva, da soja [...] à tradição agropecuária do Paraná, tudo isso está

⁷ A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa - Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 85254824.4.0000.0214, parecer 7.391.208.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

envolvido. Então, trazer isso um pouco mais para o dia a dia" (J8). A informação factual com orientação prática é destacada como uma abordagem eficiente pelos jornalistas consultados.

No exemplo citado, na cobertura de alagamentos em Curitiba, predomina o enfoque em orientações de segurança para a população. Uma entrevistada menciona a importância do jornalismo de serviço. Segundo ela, é preciso orientar e conectar, dar exemplos de como lidar com tais situações. No caso de inundações é preciso contar o que acontece e como agir diante de alertas da Defesa Civil. "Orientação sempre é bom, seja para prevenção, seja para saber como você tira um documento. Eu acho que é algo que a gente tem que falar no dia a dia, nossa missão e função" (J3).

No que se refere ao *(d) poder de voz*, a insistência em abordar o tema ambiental/climático, mesmo com resistência de editores e público, é apontada como necessária. Uma preocupação é adotar uma linguagem acessível, que traduza conhecimentos científicos complexos, para alcançar públicos mais amplos. Outro ponto levantado é a necessidade de mostrar como a crise climática afeta diferentes grupos sociais de maneiras distintas (questões de classe, gênero, idade, região, entre outras).

Conclui-se que sensibilizar sobre a crise climática em curso exige estratégias de proximidade com os públicos. Unir informação factual com orientação prática sobre o que fazer em determinadas situações é uma abordagem eficiente citada pelos jornalistas entrevistados. Os resultados indicam que qualificar a cobertura sobre o tema exige mudanças editoriais, para que a prevenção esteja mais evidente. Além de fornecer informações adequadas, especialmente durante eventos climáticos extremos, se pretende estimular que a cobertura jornalística possa fomentar a participação popular na cobrança por ações imediatas aos executores e tomadores de decisões.

Referências

BUENO, W. da C. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Ed., 2007.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo, 2022.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2025**. Disponível em: https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2025.pdf: Acesso: 14 ago. 2025.

Da informação ao engajamento: Jornalismo Ambiental e o desafio da justiça climática⁸

Cláudia Herte de Moraes⁹

Resumo: Diante da emergência climática, o artigo apresenta o recorte de uma pesquisa em andamento que aborda a lacuna na cobertura jornalística brasileira, com foco em eventos extremos, sem aprofundar os impactos sociais nem a dimensão da justiça climática, com o objetivo de analisar e propor um modelo de jornalismo ambiental com viés educomunicativo, com vistas à promoção do engajamento e da cidadania. Apresentam-se os resultados da fase de fundamentação teórica, que, a partir do levantamento bibliográfico, consolidou um referencial que integra os pressupostos do Jornalismo Ambiental, da Educomunicação e da Justiça Climática. Conclui-se pela urgência de uma prática jornalística que transcenda a informação, atuando na educação e na mobilização da sociedade diante dos desafios climáticos contemporâneos.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Educomunicação. Justiça Climática. Levantamento bibliográfico. Emergência Climática.

Diante da crescente urgência da crise planetária, cientistas cunharam o termo "emergência climática" (Ripple et al., 2021), trazendo nova perspectiva para a busca de ações concretas pela governança e pela política, tendo em vista que a realidade é inegável, com eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos (IPCC, 2023). Portanto, é essencial que a sociedade esteja informada e comprometida na busca por

⁸ Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa Educom Clima (CNPq/UFSM) com recursos da PRGP/UFSM Edital 050/2024.

⁹ Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM); E-mail: claudia.moraes@uol.com.br.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

soluções para o enfrentamento desse desafio global. Desta forma, a pertinência da pesquisa em andamento “Jornalismo Ambiental: possibilidades de engajamento educomunicativo pela justiça climática” reside na necessidade de investigar e propor caminhos para uma cobertura mais aprofundada e socialmente responsável. Partindo do problema central: “De que forma o jornalismo ambiental pode ser entendido como educomunicativo e auxiliar ao engajamento pela justiça climática no Brasil?”, a pesquisa tem como objetivo geral analisar e propor um modelo de jornalismo ambiental educomunicativo que promova a cidadania ambiental e o engajamento.

Para isso, a pesquisa se insere no diálogo com um extenso campo teórico, mobilizando os pressupostos do Jornalismo Ambiental (JA), que incluem a ênfase na contextualização, a pluralidade de vozes, a assimilação do saber ambiental, a cobertura sistêmica, o compromisso com a qualificação da informação, a responsabilidade com a mudança de pensamento (Girardi et al., 2018) e o princípio da precaução (Girardi et al., 2020). Estes pilares são articulados com os conceitos de educomunicação, entendida como interface essencial para a construção da cidadania ambiental (Klunk et al., 2018; Moraes, 2021; Moraes, 2025).

Neste trabalho, apresentam-se os resultados da primeira fase da pesquisa, de abordagem qualitativa (Minayo, 1994). Esta fase de fundamentação teórica envolveu um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca foi realizada utilizando os seguintes descritores, de forma isolada e combinada: “Jornalismo Ambiental”, “Educomunicação”, “Justiça Climática e Comunicação” no idioma português.

A maior produção retornada nas buscas foi relacionada ao campo do Jornalismo Ambiental, seguida de educomunicação e justiça climática. A partir deste levantamento, consolidou-se o referencial teórico que integra os três campos, estabelecendo as bases conceituais para as etapas futuras que incluem a análise de reportagens sobre emergência climática por veículos brasileiros.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

A perspectiva do Jornalismo Ambiental indica que “a pauta ambiental deve ser transversal, incorporar a visão sistêmica, considerar a complexidade dos eventos ambientais e dar espaço para as diferentes vozes” (Girardi & Moraes, 2013, p. 48). Neste contexto, o Jornalismo Ambiental desempenha um papel fundamental na disseminação de informações precisas sobre meio ambiente (Moraes, 2016) e na sensibilização do público e no engajamento para a urgência da questão climática (Loose et al., 2024). Contudo, observa-se uma lacuna significativa na cobertura midiática brasileira e nas pesquisas sobre o tema. Análises recentes indicam que, ao pautar a crise climática, os veículos de comunicação focam em eventos extremos, mas sem aprofundar suas causas ou os impactos sociais sobre as populações mais vulneráveis (Lopes et al., 2020a, 2020b; Moraes, 2022; Busanello & Moraes, 2023).

A abordagem fragmentada negligencia a dimensão da justiça climática, que reconhece a desproporcionalidade dos impactos sobre grupos que menos contribuíram para a crise (Carvalho, 2009).

A conclusão desta fase permitiu compreender o caminho atualizado de estudos, de forma panorâmica, sobre as lacunas e potencialidades do projeto. O trabalho consolida em perspectiva teórica a urgência de um jornalismo que não apenas informe, mas que também eduque e promova o engajamento cívico e a cidadania ambiental diante dos desafios climáticos contemporâneos.

Referências

- MORAES, C.H. A educomunicação como chave na construção de uma educação climática dialógica. In: **Anais do X Encontro Brasileiro de Educomunicação: Educomunicação nas políticas públicas - a urgência da participação social para a cidadania.** ABPEducom, NCE-USP, ECA-USP, FAC/UnB. pp. 1182-1188. São Paulo. 2025. ISBN 978-85-7205-322-8 <https://abpeducom.org.br/publicacoes2/index.php/portal/catalog/view/19/19/2802>
- BUSANELLO, T.S.; MORAES, C.H. A vulnerabilidade social na pauta climática: análise dos portais brasileiros entre janeiro e maio de 2023. In: **Anais 13º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo**, 2023, Brasília. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

CARVALHO, A.C.L.M. **Climas de mudança**: vulnerabilidade humana às alterações climáticas no concelho de Sintra. 2009. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

GIRARDI, IMT; MORAES, C.H. Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da óptica do jornalismo ambiental. In: **Medios de comunicación y cambio climático. Actas de las Jornadas Internacionales**. Coord. por Rosalba Mancinas Chávez; Rogelio Fernández Reyes (dir.) (pp. 45-58). Sevilla: Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla, 2013.

GIRARDI, I.M.T. et al. O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, do Caribe, de Portugal, da Espanha e de países africanos de língua portuguesa. **Aturá Rev Pan-Amazônica Comun. Brazil**, v2., p.48-66. 2018.

GIRARDI, I.M.T. et al. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Reciis - Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. N.14, V.2, p.279-291, abr.-jun. 2020.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Mudanças Climáticas 2023**: Relatório Síntese. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM_Portuguese.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

KLUNK, L. et al. Aproximações conceituais entre educomunicação, governança e capital comunicacional na construção da cidadania ambiental. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 4, p. 184-205, 2018.

LOOSE, E.B. et al. Especificidades regionais no debate sobre jornalismo e engajamento climático: um estudo de recepção com ativistas brasileiros. **Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, N. 13, V.2, p.178–195, 2024. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.553>

LOPES, B.J. et al. Eventos extremos no jornalismo: análise interdiscursiva dos vídeos dos portais UOL, G1 e R7. **Anais Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2020a. <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1054-1.pdf>

LOPES, B.J. et al. Desafios da emergência climática: uma análise discursiva nos portais G1, R7 e UOL. **Anais SBPJor** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 10º Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR). 2020b. <https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjor/jpjor2020/paper/viewFile/2819/1553>

MORAES, C.H. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas brasileiras. Bauru, SP: Canal 6, 2016.

MORAES, C.H. Esperançar com a educomunicação socioambiental rumo à cidadania planetária. In: ABREU, Janaina M.; PADILHA, Paulo Roberto (Orgs.). **Mestres do amanhã**:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

fazedores do futuro. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2021. p. 182-191.

MORAES, C. H. Cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil: os direitos humanos como tópico da repercussão do IPCC-AR6. In: **Pensar el poder**: derechos humanos y herramientas comunicativas. Dykinson, 2022. p. 674-694.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RIPPLE, William J. et al. World scientists' warning of a climate emergency. **BioScience**, Volume 71, Issue 9, September 2021, Pages 894-898.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

A midiatização da solastalgia: Jornal A Sirene e a construção da memória do desastre de Mariana

Larissa Helena Pereira de Oliveira¹⁰

Resumo: Este artigo analisa como o Jornal A Sirene, veículo comunitário criado por atingidos do rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), midiatiza a solastalgia através de narrativas contra-hegemônicas. O jornal transforma a dor individual em luto coletivo, articulando-a como denúncia política e instrumento de reparação simbólica. O estudo demonstra que a comunicação comunitária, ao dar voz aos atingidos, não apenas documenta o crime ambiental, mas reinventa formas de resistência e memória.

Palavras-Chave: Solastalgia. Jornal A Sirene. Comunicação comunitária. Midiatização. Crime socioambiental.

Mariana (MG) tem sua economia ligada à mineração, atividade que sustenta mas também fragiliza o território. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP) despejou 44 milhões de m³ de rejeitos na bacia do Rio Doce, provocando 19 mortes, a destruição de comunidades e a transformação do rio em esgoto metálico.

O rompimento reflete as consequências de um sistema de exploração problemático, marcado pela falta de responsabilidade com o ambiente e com a vida

¹⁰ Larissa Helena Pereira de Oliveira, jornalista e mestrandona Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru. larissa.helena@unesp.br.

das pessoas, o lar e o território. Nesse ponto emerge a solastalgia: a dor causada pela perda ou pela ameaça de perda do território.

A comunicação comunitária torna-se ferramenta de resistência e memória, como no caso do Jornal A Sirene, analisado aqui como experiência de midiatização contra-hegemônica.

Criado por atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, o Jornal A Sirene surge como resposta a grande mídia. O jornal foi pensado para dar espaço às pautas dos atingidos, garantindo o direito à comunicação. A participação direta dos atingidos em todas as etapas produtivas confere ao jornal seu caráter único, sendo feito por e para as comunidades.

Esse modelo se alinha ao que Cicilia Peruzzo vai chamar de comunicação comunitária, essa comunicação que está vinculada a prática de movimentos coletivos e que retrata momentos de um processo democrático inerente aos tipos, formas e conteúdos dos veículos, diferente da chamada “grande imprensa” (Peruzzo, 1998, p. 115).

E para compreender seu papel, é essencial situá-lo na perspectiva da midiatização, conforme Fausto Neto (2008), que distingue a "sociedade dos meios" da "sociedade da midiatização". Na primeira, os meios atuam com relativa autonomia, na segunda, a lógica midiática converte-se em princípio estruturante da dinâmica social, onde:

Uma designação econômica para diferenciar a «sociedade dos meios» da «sociedade da midiatização» está no fato de que na primeira as mídias estariam a serviço de uma organização de um processo interacional e sobre o qual teriam uma autonomia relativa, face à existência dos demais campos. Na segunda, a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sóciotécnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade. (FAUSTO NETO, 2008, p. 93)

Nesse contexto, o A Sirene transcende a condição de "meio" e torna-se agente de (re)estruturação comunitária pós-desastre. Se a mídia tradicional narrativizou o evento como "acidente", o jornal midiatiza a catástrofe como crime contínuo, cujos impactos permanecem vivos na vida dos atingidos.

A solastalgia é um conceito formulado pelo filósofo australiano Glenn Albrecht (2005) para nomear o sofrimento causado pela transformação ou degradação do ambiente em que se vive. Diferentemente da nostalgia, que se refere à saudade de um lugar distante no tempo, a solastalgia é experimentada no presente, no próprio território, quando ele deixa de oferecer segurança e pertencimento. Albrecht aponta que esse estado emocional pode comprometer a saúde mental, provocando ansiedade, impotência e até depressão.

Solastalgia não se trata de olhar para um passado dourado, nem de buscar outro lugar como 'casa'. É a 'experiência vivida' da perda do presente, manifestada em um sentimento de deslocamento; de ser minado por forças que destroem o potencial de conforto que pode ser derivado do presente. Em resumo, a solastalgia é uma forma de nostalgia da casa que se sente quando se está ainda em casa. (Albrecht, 2005)

A solastalgia tem sido cada vez mais discutida nos estudos ambientais como um fenômeno característico da crise ecológica contemporânea. Mudanças climáticas e desastres ambientais produzem além de efeitos físicos e econômicos, também traumas subjetivos e coletivos. No contexto brasileiro, o rompimento da barragem de Fundão exemplifica como catástrofes ligadas à mineração transformam territórios de memória em espaços de medo. A invisibilização desse sofrimento agrava a injustiça socioambiental, reduzindo a tragédia a números.

Na matéria "*De Mariana à Foz*", publicada na edição especial Foz do Rio Doce, em 2017, reúne depoimentos de quem mantinha uma relação íntima com o rio, para trabalho, sustento ou lazer.

Antes a gente fazia a rede e buscava o peixe no mar. Isso que aconteceu foi o mesmo que cortar os meus braços e minhas pernas. Estou há quase dois anos com meu barco parado e ferramentas de pescas paradas. Agora a gente vai ter que criar os peixes em tanques.
- Leônidas Carlos, atingido de Regência Augusta (ES)

O depoimento de Leônidas traduz a dimensão existencial da tragédia: a perda do rio é vivida como uma mutilação corporal. Mais que fonte de renda, o rio era parte de sua identidade como pescador, uma extensão de seu corpo e cotidiano. A adaptação à piscicultura em tanques não substitui a experiência original da pesca livre, evidenciando a solastalgia: mesmo em seu território, ele não mais o reconhece como lar.

Por fim, mais um exemplo é o de Maria da Conceição. Na Imagem 1, ela alimenta uma galinha em sua nova casa alugada, um espaço improvisado que contrasta com sua antiga propriedade, onde criava mais de 100 aves. O gesto, que antes era parte de um cotidiano autônomo, torna-se agora símbolo de perda e resistência. A galinha, presente da sua filha, representa ao mesmo tempo a continuidade de um hábito afetivo e a ruptura de um modo de vida. Maria segue ativa, mas desenraizada, agora habita um território que já não reconhece como seu. Sua fala “não é a mesma coisa” mostra a solastalgia que permeia o cotidiano, transformando gestos simples em lembranças e saudades.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Tinha minha casa, minhas plantações e cuidava das minhas criações. Tinha muitas galinhas, eram mais de 100. Elas eram daquelas raças que botavam muitos ovos. Às vezes, não conseguia pegar tudo, pois elas ficavam soltas e acabava perdendo. Quando a lama da Samarco veio, eu perdi a maior parte delas. Algumas que se salvaram estavam numa árvore que tinha lá. Essas, a Samarco levou lá pro abrigo, mas, pouco tempo depois, elas sumiram, foram roubadas. Fiz o boletim de ocorrência e reclamei, mas a empresa não se manifestou.

Hoje, vivo aqui na cidade e a única galinha que tenho foi minha filha que me deu. Cuido dela aqui, mas não é a mesma coisa, não é do mesmo jeito.

Maria da Conceição Martins, Paracatu de Baixo

Imagen 1: Maria da Conceição Martins e sua galinha

Fonte: Jornal A Sirene, 2017

A análise dos depoimentos e imagens publicados pelo A Sirene revela que o veículo realiza uma dupla e crucial função no contexto do pós-desastre. Primeiro, ele opera a midiatização contra-hegemônica da solastalgia, dando voz e forma narrativa a uma dor íntima e coletiva que a grande mídia ignorou ou simplificou. Segundo, e como consequência, o jornal se consolida como uma prática de comunicação comunitária. Ele não se limita a informar sobre o ambiente, mas se responsabiliza em comunicar a partir do ambiente vivido e violentado.

O caso demonstra que a cobertura de conflitos ambientais deve ir além dos dados físicos e econômicos, alcançando as dimensões subjetivas e simbólicas do dano. Esse estudo reforça a urgência de olhar para as práticas comunitárias como espaços de inovação epistemológica, onde novas formas de narrar a crise socioambiental estão sendo gestadas. Em tempos tão marcados por crimes ambientais, a importância de existir um jornalismo preocupado em informar sobre o que de fato acontece nas margens.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Referências

ALBRECHT, Glenn. 'Solastalgia': a new concept in health and identity. **PAN: Philosophy Activism Nature**, n. 3, p. 41-55, 2005.

A SIRENE, Jornal. **Jornal A Sirene**. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 1º set. 2024.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “teoria” da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38152>. Acesso em: 1º set. 2024.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Comunicação & Informação**, v. 2, n. 2, p. 205-228, 28 fev. 2013.

Educação para a redução de riscos de desastres: a importância do Jornalismo Ambiental e da educomunicação na formação de novas gerações

Ademir da Silva Ribeiro Junior¹¹

Eloisa Beling Loose¹²

Luciana de Resende Londe¹³

Resumo: Este artigo analisa a intersecção entre a Educação para a Redução de Riscos de Desastres (ERRD) e a educomunicação socioambiental, ressaltando a importância dessas abordagens na formação das novas gerações, principalmente as mais vulneráveis, frente às crescentes ameaças climáticas e à influência das mídias digitais. Propõe-se que a educomunicação, com apoio do jornalismo socioambiental, é um processo social eficaz para engajar estudantes como produtores de conteúdo e protagonistas em suas comunidades. O artigo também discute os desafios da implementação da EERRD e da educomunicação, como a formação de educadores. Conclui-se que a sinergia entre essas áreas é crucial para criar comunidades resilientes e capacitar as novas gerações para um futuro mais sustentável.

Palavras-Chave: Educação para Redução de Riscos e Desastres (ERRD). Educomunicação socioambiental. Emergência climática. Jornalismo Ambiental.

¹¹ Jornalista, mestrando no Programa de Pós-graduação em Desastres Naturais UNESP/Cemaden, ribeiro.junior@unesp.br.

¹² Pesquisadora e professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. eloisa.loose@ufrgs.br.

¹³ Pesquisadora no Cemaden e professora no Programa de Pós-graduação em Desastres Naturais UNESP/Cemaden. luciana.londe@cemaden.gov.br.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Ao mesmo tempo em que o mundo vivencia uma emergência climática apontada em diversos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2023; IPCC, 2022, IPCC, 2014), com uma intensificação evidente e constante dos desastres, um outro desafio global bate à porta: o problema de como educar as novas gerações diante dos avanços tecnológicos das mídias, dentro e fora das escolas.

Os dois desafios - da emergência climática e da educação em tempos de mídias digitais - surgem em uma mesma época e, por mais que pareçam temas distantes, estão mais próximos do que se imagina. E o que esse artigo pretende analisar, por meio da revisão teórica e bibliográfica, é que um caminho a se percorrer no enfrentamento desses dois desafios pode ser o mesmo: a educomunicação, com apoio do Jornalismo Ambiental, alinhada à Educação para Redução de Riscos e Desastres - ERRD.

O esforço teórico deste artigo é refletir sobre como o problema da intensificação dos desastres pode ser propagado para as atuais e futuras gerações de pessoas tão conectadas. Afinal, esse universo midiático é o mundo dos jovens estudantes, como apontou Pierre Lévy, ao cunhar o termo *cibercultura* (Sebastião; Pesce, 2010), mostrando que os jovens se apropriam das novas tecnologias de comunicação e informação, em um ambiente digital cada vez mais familiar.

Para que seja possível promover um diálogo com os estudantes, um formato educacional que tem se fortalecido é a educomunicação. “A questão da relação do ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo” (Soares, 2011, p.15) e o acesso das novas gerações às tecnologias da comunicação pode ser “colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania” (Soares, 2011, p.15).

Um efeito importante das ações educomunicativas é tornar o estudante um produtor de conteúdo e não somente um receptor. Ao se enxergar no papel de comunicador, o aluno tende a assumir a responsabilidade de entender mais sobre o



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

assunto. E, como fonte de informações, os estudantes podem analisar as notícias de jornalistas especialistas em meio ambiente: programas de TV e reportagens.

Buscamos articular estas áreas de estudo que, apesar das convergências, partem de pressupostos distintos: a EERRD, apresentada como um campo de estudo que visa integrar a educação sobre riscos de desastres nas comunidades, e a educomunicação socioambiental, definida como uma área que promove a participação ativa dos indivíduos e das comunidades na construção de um futuro sustentável, por meio de práticas educativas que utilizam diferentes meios e linguagens de comunicação, utilizando o conteúdo propagado pelos jornalistas ambientais, com dados, pesquisas e entrevistas com especialistas.

Ao promover a educomunicação socioambiental, seja por meio de políticas públicas ou por iniciativas particulares, é possível que a sociedade vislumbre uma conscientização maior das comunidades, principalmente as mais vulneráveis, sobre os riscos de desastres. Por meio da educomunicação socioambiental, com educadores preparados para promover a mediação, os jovens estudantes podem ser estimulados a produzir seus próprios conteúdos educativos ambientais, tornando-se, assim, multiplicadores de conhecimento.

Uma pesquisa mostrou que 2438 escolas estão em áreas de risco no Brasil, com mais de 3 milhões de moradores nessas regiões (IBGE, 2018; Marchezini, Muñoz e Trajber, 2018). Com tantas pessoas em áreas de risco, o melhor caminho para preparar essa população estudantil vulnerável é moldar o ensino para que elas estejam preparadas para os eventos extremos. Desse modo, a EERRD pode ser avaliada como um caminho para criar uma cultura de prevenção.

A EERRD pode se apropriar de fundamentos da educomunicação para que sua abordagem seja efetiva, particularmente no que diz respeito à comunicação. Enquanto a educomunicação promove a formação crítica utilizando-se dos meios de comunicação e das influências do Jornalismo Ambiental, a EERRD reconhece que a comunicação eficaz é essencial para a conscientização sobre riscos.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

A interseção entre a EERRD e a educomunicação socioambiental apoiada no Jornalismo Ambiental representa uma oportunidade valiosa para aprimorar a gestão de riscos. Ao unir esforços e compartilhar conhecimentos, as áreas podem contribuir para a construção de comunidades mais resilientes e informadas.

Em um mundo cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas e pela influência das mídias digitais, a interseção entre a EERRD e a educomunicação socioambiental revela-se não apenas relevante, mas essencial. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante um Jornalismo Ambiental embasado em pesquisas e atento o público mais prejudicado pela emergência climática.

Referências

ALEXANDER, David. **Principles of Emergency Planning and Management**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). **Educação em clima de riscos de desastres**. São José dos Campos: Cemaden, 2021. 96 p. ISBN: 978-65-87432-46-5.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva, Switzerland: IPCC, 2023. 184 p. doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

KAGAWA, Fumiyo; SELBY, David. Ready for the storm: Education for disaster risk reduction and climate change adaptation and mitigation. **Journal of Education for Sustainable Development**, v. 6, n. 2, p. 207-217, 2012.

MARCHEZINI, Víctor; MUÑOZ, Viviana Aguilar; TRAJBER, Rachel. Vulnerabilidade Escolar frente a Desastres no Brasil. **Territorium**, Vilarinho, v. 25, n. II, p. 161-177, 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_25-2_13. Acesso em: 14 abr. 2025.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: INTERCOM, 2006. Disponível em:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SEBASTIÃO, Márcia Pereira; PESCE, Lucila. Resenha da obra “Cibercultura” de Pierre Lévy. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 03, p. 66-71, 2010. Disponível em: https://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/resenhas/2010/edicao_3/3-cibercultura-pierre_levy.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

WISNER, Ben et al. **At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters**. 2. ed. London: Routledge, 2003.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Jornalismo Socioambiental em tempos de polarização: desinformação e os desafios da cobertura da crise climática no Brasil¹⁴

Claudia Sarmento¹⁵

Resumo: Este estudo investiga como jornalistas brasileiros que cobrem temas socioambientais são afetados por campanhas de desinformação ligadas ao populismo de extrema-direita e a lobbies contrários à proteção ambiental. Com base em entrevistas qualitativas, analisa-se como esses profissionais percebem a hostilidade digital voltada à deslegitimização do jornalismo e da ciência. Embora não se sintam silenciados, mencionam desgaste emocional e dificuldades para reagir a narrativas manipuladoras. Os relatos indicam que a cobertura socioambiental por um lado ganha fôlego, mas por outro se tornou um campo de disputa simbólica, especialmente durante o governo Bolsonaro. Estratégias como investigações que expõem interesses econômicos e o uso de linguagem acessível, sem politização explícita, são vistas como caminhos para enfrentar esse cenário.

Palavras-chave: Jornalismo socioambiental. Desinformação climática. Hostilidade midiática. Populismo. Bolsonarismo.

¹⁴ Resultados discutidos neste trabalho integram a primeira fase de pesquisa de pós-doutorado da autora. A pesquisa faz parte da Marie Skłodowska-Curie Postdoctoral Global Fellowship (Horizon Europe/UKRI), desenvolvida entre o King's College London e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

¹⁵ Pós-doutoranda do King's College London e pesquisadora-professora visitante do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Email: claudia.sarmento@kcl.ac.uk.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

À medida que a crise climática se intensifica, o jornalismo desempenha um papel cada vez mais essencial na ampliação da mobilização pública. No entanto, em países como o Brasil, jornalistas atuam em um ambiente político altamente polarizado. A ascensão do populismo de direita, as campanhas de desinformação usando redes digitais e uma rejeição mais ampla às políticas de proteção do meio ambiente afetam profundamente a forma como o jornalismo socioambiental é praticado e percebido. Este estudo examina como jornalistas que cobrem regularmente a área ambiental no Brasil, seja nas mídias tradicionais ou independentes, vivenciam e respondem à desinformação e a discursos contra a ciência climática e contra o próprio jornalismo. A discussão abordada neste artigo integra uma pesquisa de pós-doutorado mais ampla, em andamento, que investiga a evolução do Jornalismo Ambiental no Brasil e em outros países latino-americanos.

Pesquisas já demonstraram como, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), ataques coordenados à política ambiental e à ciência foram amplificados por meio das plataformas digitais (Araújo, 2020; Fonseca et al., 2022; Arruda Castro and Reich, 2024). Mesmo após o fim da administração de extrema-direita, a sociedade brasileira segue fortemente polarizada. Ao privilegiar as experiências vividas e as percepções dos jornalistas, esta pesquisa busca lançar luz sobre o impacto da desinformação climática e da hostilidade política a partir do ponto de vista de quem é alvo dessas campanhas num cenário de hipermidiatização (Ituassu et al., 2019). Sabemos que vários segmentos da sociedade rejeitam as evidências do aquecimento global por questões ideológicas e políticas. O estudo pretende expandir esse debate para além dos contextos de países desenvolvidos, oferecendo uma perspectiva do Sul Global.

O estudo entende a desinformação como sintoma de um ecossistema midiático fragmentado (Waisbord, 2018), representando um desafio profissional contínuo que transforma a maneira como os jornalistas compreendem seu papel e suas práticas. Também traz novos *insights* sobre como esses profissionais imaginam estratégias de

resiliência em meio à hostilidade digital, especialmente contra aqueles cujas reportagens se cruzam com disputas envolvendo interesses econômicos e políticos.

Teoricamente, este trabalho se ancora em estudos sobre Jornalismo Ambiental, desinformação e populismo digital. No contexto brasileiro, Bueno (2007) identifica três funções centrais do Jornalismo Ambiental: informativa, pedagógica e política. A função informativa assegura que o público se mantenha ciente de como as questões ambientais impactam seu cotidiano. A pedagógica aborda as causas dos problemas ambientais e possíveis soluções. Já a função política refere-se à mobilização cidadã. Esse gênero jornalístico exige, portanto, uma abordagem sistêmica, plural e aprofundada, algo nem sempre possível “no noticiário fragmentado do jornalismo diário” (Girardi et al., 2020, p.283).

Além disso, barreiras significativas para o engajamento do público com as questões climáticas persistem (Applegreen & Jonsson, 2021). Elas se somam a um momento de crise nas organizações de mídia. Entre as consequências dessa conjuntura, estão redações menores e a redução de investimentos em reportagens investigativas sobre meio ambiente, fatores que enfraquecem a capacidade do jornalismo de lidar com questões complexas e de longo prazo, como o aquecimento global.

A pesquisa qualitativa baseia-se em entrevistas semiestruturadas com ao menos 14 jornalistas e produtores de mídia que atuam na cobertura ambiental no Brasil. Os participantes, entre repórteres, editores e fotógrafos, vêm de redações tradicionais ou mídias independentes, e foram selecionados por seu engajamento contínuo com o tema.

Este estudo busca responder a duas perguntas principais:

- a) Como os jornalistas percebem e interpretam o impacto da desinformação na cobertura ambiental?
- b) Quais estratégias adotam para enfrentar a desinformação?

Os entrevistados associam de forma recorrente a disseminação da desinformação ambiental ao clima político altamente polarizado do Brasil. Relemboram o governo Bolsonaro como uma fase em que a desinformação foi sistematicamente instrumentalizada para enfraquecer a ciência e as instituições democráticas, causando um impacto direto sobre suas rotinas de trabalho. A cobertura de assuntos socioambientais é descrita como um “campo de batalha”, uma vez que os efeitos desse período ainda repercutem nas práticas jornalísticas atuais. Embora não relatem um silenciamento, a maioria dos profissionais expressa frustração diante da ausência de estratégias eficazes para enfrentar campanhas organizadas de desinformação. Alguns mencionam uma “perda de inocência”: aquilo que antes era compreendido como jornalismo informativo ou pedagógico passou a ser reconhecido como intrinsecamente político, sobretudo quando expõe interesses econômicos e partidários. Eles lamentam também a crescente percepção, por parte do público, de que o seu trabalho seria uma forma de ativismo de esquerda — uma estratégia retórica usada para deslegitimar suas reportagens e minar a confiança na imprensa.

Ainda que não apresentem soluções definitivas, os entrevistados compartilham percepções pessoais sobre possíveis caminhos de resistência. Não se trata de estratégias institucionais, mas de convicções individuais. Entre elas, destacam-se: o jornalismo investigativo que segue rastros financeiros para expor os interesses por trás das narrativas negacionistas; o uso de linguagem acessível e recursos de humor como ferramentas de engajamento; e formatos narrativos que centralizam a natureza, os animais e os ecossistemas, promovendo empatia e ressonância emocional. A análise também aponta barreiras estruturais e limitações de recursos que dificultam a implementação de tais iniciativas.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Referências

APPLEGREN, Eva; JÖNSSON, Anna Maria. Engaging citizens for climate change: Challenges for journalism. **Digital Journalism**, v. 9, n. 6, p. 755–772, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1827965>.

ARAÚJO, Suzana. Environmental policy in the Bolsonaro government: The response of environmentalists in the legislative arena. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000020005>

DE ARRUDA CASTRO, Gabriel; REICH, Gary. M. Anti-science populism versus Brazil's Covid-19 vaccination program: a tale of two pandemic stories. **Journal of Politics in Latin America**, v. 17, n. 1, p. 80–104, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1866802X241282693>

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 15, p. 33–42, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>

FONSECA, Paulo F. C.; RIBEIRO, Barbara E.; NASCIMENTO, Leonardo F. Demarcating patriotic science on digital platforms: Covid-19, chloroquine and the institutionalisation of ignorance in Brazil. **Science as Culture**, v. 31, n. 4, p. 530–554, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09505431.2022.2105691>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas; BELMONTE, Roberto Villar; MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **RECIIS**, [S. I.], v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i2.2053.

ITUASSU, Arthur.; LIFSCHITZ, Sergio; CAPONE, Letícia.; MANNHEIMER, Vivian. De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e de 2018 no Brasil. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – COMPOLÍTICA**, 8., 2019, Brasília. *Anais do Congresso da Compolítica*. Brasília: COMPOLÍTICA, 2019.

WAISBORD, S. Truth is What Happens to News. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 1866–1878, 2018b. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1492881.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Percepções sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em links de comunidades políticas do Reddit

Daphne Leilane da Silva¹⁶

Bianca Maria da Silva Melo¹⁷

Priscila Muniz de Medeiros¹⁸

Resumo: O estudo analisa o conteúdo de links sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul a partir de URLs compartilhadas em publicações de duas comunidades no Reddit, *r/brasil* e *r/brasilivre*, publicamente reconhecidas como progressista e liberal-conservadora, respectivamente. O objetivo é compreender como diferentes comunidades ideológicas no Reddit debateram o desastre por meio dos links compartilhados, refletindo as dinâmicas estabelecidas em torno das mudanças climáticas e da atuação governamental diante do ocorrido. Para isso, utilizamos a ferramenta *Communalytic* na coleta das publicações nos dois *subreddits* e realizamos uma análise sistemática das URLs. A hipótese da pesquisa sugere que os links compartilhados nas mídias sociais reforçam crenças pré-existentes e intensificam a polarização política durante o desastre no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Enchentes Rio Grande do Sul. *r/brasil*. *r/brasilivre*. Reddit. URLs.

As enchentes que acometeram o Rio Grande do Sul em abril de 2024 foram o maior desastre climático da história do Estado, atingindo mais de 400 municípios (G1,

¹⁶ Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Mestranda em Ciência da Informação, daphane.silva@ichca.ufal.br.

¹⁷ Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Mestre em Ciência da Informação, bianca.melo@ichca.ufal.br.

¹⁸ Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Doutora em Comunicação (UFPE), priscila.medeiros@ichca.ufal.br.

2024). Em meio à calamidade pública, verificou-se grande quantidade de informações enganosas nas mídias sociais provocada por indivíduos ou grupos buscando ganho político, o que dificultou a assistência à população (NetLab UFRJ, 2024).

No jornalismo brasileiro, a cobertura do desastre destacou os desafios da comunicação de risco. A velocidade de circulação de desinformação nas mídias sociais apontou que o jornalismo profissional cumpre um papel fundamental na mediação entre autoridades públicas e cidadãos em situação de vulnerabilidade (Loose; Quinteros, 2025), mesmo com limitações estruturais e de alcance diante de um ecossistema digital fragmentado (Mota, 2023).

O compartilhamento de links de notícias nas redes sociais auxiliou na construção das narrativas sobre o desastre. No entanto, o jornalismo tradicional dividiu espaço com sites alternativos, como blogs e páginas de baixa credibilidade (Narayanan *et al.*, 2018). Esse processo pode formar ambientes nocivos, em que crenças prévias são validadas e há pouca pluralidade, o que é prejudicial em cenários políticos polarizados, como no Brasil (Recuero, 2017).

Diante disso, o estudo foca no Reddit, rede social que tem o formato de fórum e divide-se em comunidades. Em 2024, o Reddit registrou um rápido crescimento global, com 101 milhões de usuários diários ativos por dia, um aumento de 47% em relação ao ano anterior (SimilarWeb, 2025). O crescimento foi impulsionado por parcerias com o Google e a OpenAI, que utilizam conteúdos da plataforma para treinar modelos de inteligência artificial (Figueiredo, 2024). No Brasil, o Reddit alcança 34,9 milhões de usuários (Backlinko, 2024).

Nesse cenário, analisamos os links compartilhados nos *subreddits r/brasil* e *r/brasilivre*, engajados em pautas progressistas e liberais-conservadoras, respectivamente. Essas diferenças refletem a atual polarização política no Brasil, em que a temática sobre clima e desastres naturais recai em um campo de disputa político-ideológica (Ortellado; Ribeiro, 2018).



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

A coleta considerou publicações com links compartilhados nos dois *subreddits* durante o período das enchentes e dos meses seguintes, sendo assim, de março a dezembro de 2024. A extração dos dados foi feita utilizando a API (Interface de Programação de Aplicações) do Reddit, por meio da ferramenta *Communalytic*. Analisamos os links de 91 publicações do *subreddit r/brasil* e 64 do *r/brasilivre*. A análise dos links foi realizada por duas autoras, que classificaram o conteúdo segundo critérios de atribuição de responsabilidade, tipo de narrativa e tipo de fonte jornalística compartilhada. Nos casos de discordância, a terceira autora realizou o desempate, garantindo maior confiabilidade aos resultados da análise.

Diante do cenário proposto, partimos de uma hipótese para os resultados, que deve ser confrontada com os dados empíricos a serem analisados nas etapas seguintes. Conforme o Quadro 1, a Hipótese é:

H: Existiriam padrões distintos entre os *subreddits*. No *r/brasil*, predominariam links de veículos da mídia tradicional, que relacionam as enchentes às mudanças climáticas e à ausência de políticas preventivas por parte do poder público. Já no *r/brasilivre*, haveria uma maior circulação de links de portais hiperpartidários, alternativos e blogs opinativos, com ênfase em narrativas que minimizam o fator climático e culpabilizam o governo federal e movimentos ambientalistas.

Quadro 1: Hipótese da Pesquisa

Fonte: Elaboração das autoras.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que, apesar de ganhar destaque no *subreddit progressista*, a mídia tradicional tende a explicitar a ausência de explicações básicas sobre tragédias climáticas nos jornais brasileiros, com uma abordagem factual e pouco aprofundada sobre os efeitos, consequências e impactos das mudanças climáticas no país.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Essas características têm o potencial de contribuir para a formação de um ambiente de polarização política em meio a momentos de maior tensão entre a população e órgãos governamentais que trabalham à frente de tragédias ambientais. Assim, os links que circulam nas mídias sociais podem sustentar crenças pré-existentes e suscitar negacionismos.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BACKLINKO. Reddit User and Growth Stats (Updated January 2025). **Backlinko**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://backlinko.com/reddit-users>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FIGUEIREDO, A. L. Reddit registra lucro pela primeira vez na história, alcança 100 milhões de usuários diários. **Olhar Digital**, 31 out. 2024. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2024/10/31/pro/reddit-registra-lucro-pela-primeira-vez-na-historia-alanca-100-milhoes-de-usuarios-diarios/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

G1. Temporais no RS: veja cronologia de desastre. **G1**, 5 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/05/temporais-no-rs-veja-cronologia-de-desastre.ghml>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LOOSE, E. B.; GAETE QUINTEROS, C. C. Comunicação de Riscos No Brasil: Identificação dos Estudos Acerca de Desastres e Suas Abordagens. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. I.], v. 24, n. 48, 2025. DOI: 10.55738/alaic.v24i48.1226. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1226>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MOTA, D. A erosão da proximidade: questões e desafios do jornalismo local na sociedade contemporânea. **Comunicação e Sociedade**, v. 44, p. 1-19, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.44\(2023\).4744](https://doi.org/10.17231/comsoc.44(2023).4744). Acesso em: 12 ago. 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

NARAYANAN, V. P.; BARASH, V.; KELLY, J.; KOLLANYI, B.; NEUDERT, L.; HOWARD, P. N. Polarization, Partisanship and Junk News Consumption over Social Media in the US. **ArXiv**, abs/1803.01845, 2018. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1803.01845>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NETLAB UFRJ. Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático. **Netlab**, 2024 Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/enchentes-norio-grande-do-sul-uma-an%C3%A1lise-da-desinforma%C3%A7%C3%A3o-multiplataforma-sobre-o-desastre-clim%C3%A1ti>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Internet e Democracia**, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais online**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24759>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SIMILARWEB. Ranking dos Sites Principais | Sites Mais Visitados do Mundo. **SimilarWeb**. 2025. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/>.

Jornada da Notícia: concepção de uma plataforma de monitoramento de notícias sobre os ODS

Ricardo Luiz Aoki¹⁹

Resumo: Este artigo apresenta a concepção de uma plataforma gamificada para monitoramento de notícias relacionadas à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destaca-se o impacto negativo da desinformação sobre o progresso dos ODS, evidenciando a necessidade de instrumentos que promovam informação qualificada. O desenvolvimento da plataforma “A Jornada da Notícia” objetiva criar um banco de dados acessível para a comunidade escolar, científica e governamental, fomentando dados sobre a cobertura da Agenda 2030 pelo Jornalismo.

Palavras-Chave: Jornalismo. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Monitoramento de notícias. Agenda 2030. Jornada da Notícia.

O modelo conceitual descrito neste artigo faz parte de um projeto de pós-doutorado que pretende desenvolver uma plataforma computacional educacional chamada A Jornada da Notícia. Esse sistema é parte de uma pesquisa aplicada e busca preencher uma lacuna de um problema presente na sociedade que é o compromisso da indústria jornalística no esclarecimento, com informações corretas e gerando conhecimento sobre o que é e para que servem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

¹⁹ Pós-doutorando em andamento no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor de Jornalismo na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: ricardoaoki@ricardoaoki.com.

A desinformação representa um grande obstáculo para o avanço da Agenda 2030 no mundo. Edward Heartney, conselheiro para Assuntos Econômicos e Sociais do segundo governo de Donald Trump, afirmou que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são inconsistentes com a soberania do país (Azul, 2025). No Brasil, a aprovação da Lei do Licenciamento Ambiental a partir do PL 2.159/2021 recebeu 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova legislação é considerada por entidades internacionais como um retrocesso nas políticas de preservação ambiental no Brasil e a sua discussão no Congresso Nacional foi permeada por desinformação difundida por políticos e entidades ligadas aos setores interessados numa legislação ambiental “flexível”.

Melissa Fleming, subsecretária-geral das Nações Unidas, ressaltou em um evento do G20 em São Paulo que “a desinformação atrapalha o alcance dos ODS, incluindo a luta contra a fome, as mudanças climáticas e a integridade das democracias” (Soares, 2024). As Nações Unidas (2024) entendem que a propagação da desinformação afeta a implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, saúde, igualdade de gênero e meio ambiente. A organização também teme o impacto da Inteligência Artificial (IA) na disseminação de desinformação relacionada aos ODS, e recomenda que as empresas de tecnologia e os veículos de imprensa usem a IA de forma ética, com políticas de checagem de dados.

Faltam apenas cinco anos para que os indicadores dos ODS sejam alcançados e a ONU entende que a desinformação é um dos principais entraves para o alcance das metas estabelecidas. Mesmo que existam diversos projetos de pesquisa sobre Inteligência Artificial no Jornalismo e outras tecnologias associadas ao desenvolvimento da indústria jornalística pós-industrial, há um vácuo de pesquisas que tratem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A crise climática é constantemente estampada nas primeiras páginas dos jornais. Entretanto, as notícias podem ser melhor contextualizadas sobre como o

mundo pode enfrentar os problemas existentes. Por isso, é preocupante observar que os estudos que relacionam como o jornalismo cobre a Agenda 2030 e as ODS praticamente inexistem.

Na revisão bibliográfica da pesquisa, em andamento, encontrou-se apenas dois estudos no universo de 416 trabalhos. A maioria dos estudos estão nas Ciências Ambientais e os que se relacionam com a comunicação falam transversalmente dos ODS. Constatou-se a falta de estudos bibliométricos abrangentes sobre a produção científica brasileira sobre os ODS no campo jornalístico. A necessidade de entender esse aspecto é essencial para o campo do Jornalismo Ambiental, tendo em vista que a imprensa é parte fundamental do processo de avanço dos indicadores sustentáveis e de meio ambiente que a ONU espera alcançar nos próximos cinco anos.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar o modelo conceitual da plataforma Jornada da Notícia (Figura 1). Esse sistema pretende ser um monitor de notícias sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com abrangência inicial em portais de notícias de Santa Catarina. A intenção do projeto é desenvolver um ambiente de armazenamento de dados que possa ser utilizado para pesquisas científicas, geração de análises para políticas públicas e como ambiente educacional gamificado que utilize notícias sobre a Agenda 2030 para gerar conhecimento acerca dos ODS em escolas públicas e privadas catarinenses. A natureza deste projeto é de pesquisa aplicada, visando a aplicação prática direcionada à solução de um problema específico (Cervo et al, 2007; Richardson, 1999).

VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

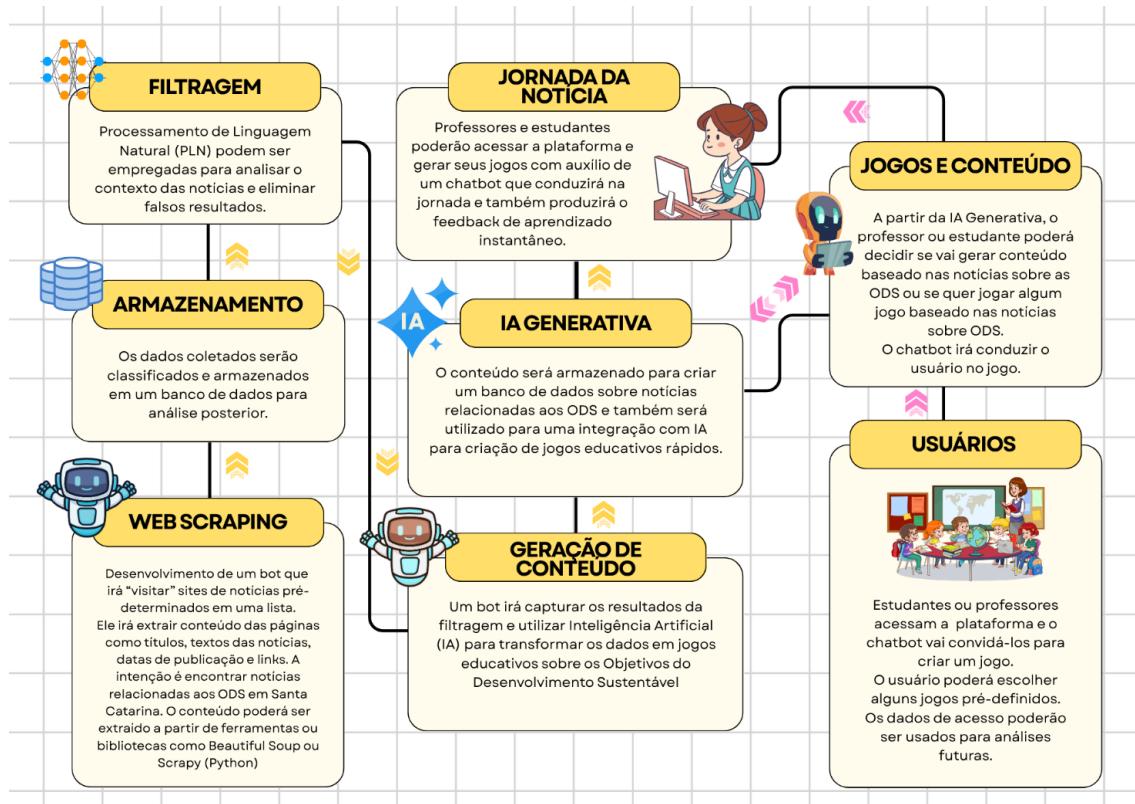


Figura 1: Modelo conceitual da plataforma

Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 1 é apresentado um resumo visual do conceito. Ressalta-se que os *wireframes* e o Documento de Design da Plataforma (DDP) ainda estão em fase de desenvolvimento.

A plataforma Jornada da Notícia divide-se em cinco módulos descritos abaixo:

- web scraping* (raspagem de dados) para extrair informações de sites de notícias de maneira automatizada. Será utilizado a biblioteca Python `Newspaper4k`.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

- b) Armazenamento dos dados será feito em MongoDB e os mesmos serão filtrados a partir de Processamento de Linguagem Natural (PLN) que pretende classificar as notícias e relacioná-las aos ODS.
- c) Geração de conteúdo gamificado a partir das notícias classificadas como ODS. O usuário poderá gerar pequenos jogos interativos e educativos baseados em notícias da Agenda 2030. O conteúdo eventualmente poderá ser utilizado por pesquisadores.
- d) Inteligência artificial generativa será empregada na geração do conteúdo gamificado, de forma que o estudante possa receber o *feedback* instantâneo do aprendizado.
- e) Chatbot que irá auxiliar os usuários na jornada pelo conteúdo.

A plataforma está hospedada no endereço eletrônico www.jornadadanoticia.com.br e aceita contribuições de outros pesquisadores que queiram participar do projeto.

O esforço empregado neste trabalho pretende somar no cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030, no que tange à prática do jornalismo. Pois, entende-se, que é ele um dos principais responsáveis por criar uma opinião pública consciente sobre o tema.

Referências

AZUL (Portugal) (ed.). **Agenda 2030**: Governo Trump rejeita metas de desenvolvimento sustentável da ONU. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/03/08/azul/noticia/agenda-2030-governo-trump-rejeita-metas-desenvolvimento-sustentavel-onu-2125223> . Acesso em: 31 maio 2025.

CERVO, Amado L. et al. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

SOARES, Matheus. **No Brasil, subsecretária da ONU diz que “desinformação é risco para o progresso da humanidade”**. 2024. Disponível em: <https://desinformante.com.br/onu-desinformacao-risco-humanidade> . Acesso em: 05 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação**: recomendações para ação de múltiplas partes interessadas. Nova Iorque: Onu, 2024. 39 p. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-07/ONU_PrincipiosGlobais_IntegridadeDaInformacao_20240624.pdf . Acesso em: 06 jun. 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

O ESG no discurso jornalístico sobre meio ambiente: análise da cobertura do jornal *Valor Econômico*²⁰

Janaína Cardozo Capeletti²¹

Resumo: A pesquisa visou compreender como se constrói o discurso sobre meio ambiente do projeto editorial Prática ESG do jornal *Valor Econômico*. ESG é um termo inglês - *environmental, social and governance* - e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica e a análise do discurso de filiação francesa. Assim, identificou-se que o discurso ESG está atrelado à formação discursiva neoextrativista ao apresentar uma visão colonial e de relações de poder do mercado como capaz de solucionar a crise socioambiental atual e de que o Brasil é um “mar de oportunidades” a serem exploradas diante do cenário ambiental.

Palavras-Chave: ESG. Jornalismo Ambiental. Jornalismo. Discurso. Meio Ambiente.

O termo ESG - *environmental, social and governance* (ambiental, social e governança) foi cunhado em 2004 pelo Pacto Global, que é uma iniciativa do setor privado para o desenvolvimento sustentável e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o ESG corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Embora o conceito já existisse há mais de 20 anos,

²⁰ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação PPGCOM/UFRGS, em outubro de 2024.

²¹ Jornalista, mestra em Comunicação, integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, janacapeletti@gmail.com.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

o tema ganhou destaque no Brasil, com mais proeminência, desde a pandemia de covid-19 em 2020.

A partir da ascensão da pauta, principalmente nos veículos de mídia hegemônicos, surgiu esta proposta de pesquisa que se concentrou em investigar como se constroem os sentidos sobre meio ambiente expressos no projeto editorial Prática ESG do jornal Valor Econômico.

O crescente debate sobre o Antropoceno (proposta de mudança de época geológica) serviu também como embasamento teórico para a pesquisa. O Antropoceno, ao propor uma reflexão da crise ecológica deve considerar em sua base o crescimento econômico e o capitalismo. Moore (2016) fala que o Capitaloceno descreve com mais acuidade os impactos humanos e a responsabilidade do sistema capitalista pela transformação do planeta, produzindo e explorando desigualdades sociais, promovendo a acumulação, apropriação e desapropriação do trabalho, da natureza e do espaço. Para Carranza (2019), a ideia do Capitaloceno aponta para o processo histórico extrativista do capitalismo e como ele é intimamente ligado ao colonialismo e à globalização.

Com o intuito de responder como se constroem os sentidos sobre meio ambiente expressos no projeto editorial Prática ESG do jornal Valor Econômico, dois caminhos foram percorridos: a busca de bases teóricas e conceituais por meio de pesquisa bibliográfica seguindo, a partir dos embasamentos teóricos, para a Análise de Discurso de filiação francesa (AD). Em março de 2022, em parceria com o jornal O Globo, o Valor Econômico criou o projeto editorial Prática ESG. O projeto afirma que “busca funcionar como um guia para ajudar o mercado corporativo a implantar, de fato, políticas ESG que possam ter seu impacto mensurado pela sociedade”.

O primeiro movimento para a seleção do corpus foi buscar todas as matérias publicadas no projeto de conteúdo Prática ESG, no recorte temporal de 90 dias, compreendidos pelos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023. Foram encontradas 126 matérias. Importante destacar que no projeto Prática ESG são

publicadas matérias de diferentes editorias, compreendidas pela temática ESG. Após uma leitura aprofundada do material coletado, foram excluídas da análise as matérias que tratavam, exclusivamente, do aspecto social ou de governança (que equivalem ao S e ao G da sigla ESG), as matérias sob as cartolas Opinião, Coluna e Conteúdo de Marca, além dos textos de agências de notícias ou contribuições de outros veículos. Restaram 49 textos que tratavam, exclusiva ou parcialmente, do aspecto ambiental da sigla ESG, categorizados nas editorias Brasil, Finanças, Empresas, COP 28, Biodiversidade, Fundos de Investimentos, Seguros, Carreira, Revista Comunicação Corporativa, além de uma editoria intitulada ESG.

Desta forma, o corpus da pesquisa foi constituído por 49 textos, produzidos exclusivamente pela reportagem do Valor Econômico ou para o Valor Econômico. A partir do mapeamento das regularidades de sentidos expressos nos discursos e dos efeitos de sentidos mais acionados foram identificadas 289 Sequências Discursivas (SDs). Após este passo, foi possível encontrar a Formação Discursiva (FD) que domina os sentidos do projeto editorial, regularizada nos dizeres jornalísticos do discurso em torno do potencial brasileiro diante da economia verde e do poder do mercado em solucionar a crise socioambiental, por meio de suas engrenagens. Assim, a FD constituída é a Neoextrativista.

Aqui, importa resgatar Althusser (1985) com o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIes). Pruinelli (2020) argumenta que os AIes não podem ser compreendidos como instrumentos da classe dominante, mas como o espaço onde se dá a luta de classes. Assim é “também nesses locais, em que posições de âmbito político e ideológico em embate se estruturam, a partir das formações ideológicas” (Pruinelli, 2020, p. 122). Sob esta visão, compreende-se que a Formação Ideológica (FI) vinculada a formação discursiva Neoextrativista é a Colonialidade. A FI Colonialidade forma-se a partir dos sentidos encontrados nos textos analisados que remetem ao Brasil como um país repleto de possibilidades, visto como um agente importante para guiar a economia verde mundial, e um lugar com fontes de recursos



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

diversificados que podem servir, conforme expressões encontradas nos textos analisados, de “laboratório vivo” ou “celeiro” para o mundo nesta nova fase, ambientalmente dramática.

Mignolo (2010) destaca que uma das facetas da colonialidade é, justamente, o “controle da natureza e dos recursos naturais” (Mignolo, 2010, p. 12). A ideologia colonial é manifestada nos textos analisados por meio das relações de poder estabelecidas pelo mercado como detentor das soluções para as questões socioambientais. É pelo capital que detém, que o mercado arbitra sobre a resolução da crise ambiental, com suas lógicas e ferramentas. Da mesma forma, o Estado se relaciona nesta aliança de poder ao determinar as regulamentações e incentivos para as ações do mercado, validando-o como guardião da natureza.

As reiteradas vezes em que o discurso do projeto Prática ESG apresenta o Brasil como “um mar de oportunidades” ditam um protagonismo do país na economia verde. Contudo, essas oportunidades são direcionadas ao potencial crescimento financeiro para investidores, empresas e governo. Não há atravessamentos de sentidos. Não se verifica uma reflexão maior sobre outros impactos ou consequências que estas oportunidades trarão aos envolvidos, direta ou indiretamente.

Esta pesquisa buscou compreender a construção de sentidos da perspectiva ESG no Jornalismo Econômico e evidenciou que há a manutenção da lógica reformista e a proposição de soluções sob a ideologia colonial, fortalecendo um discurso neoextrativista sobre os recursos naturais brasileiros.

Nota-se a importância de que vozes diversas e impactadas pelas ações anunciadas sejam ouvidas, além da necessidade de averiguação das ações anunciadas nas matérias e de seus reais resultados, como ditam os pressupostos do Jornalismo Ambiental. O ESG é demonstrado no discurso como uma ferramenta de mercado que atende a reputação empresarial, as exigências regulatórias e legislativas e a manutenção de mercado, ante às exigências de investidores e de consumidores.

Assim, identificam-se riscos de que a editoria possa fornecer uma plataforma de *greenwashing* ao mercado financeiro.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. In: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 53-107.

CAPELETTI, Janaína. C. **O ESG no discurso jornalístico sobre meio ambiente**: Uma análise da cobertura do portal do jornal Valor Econômico. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, 2024.

CARRANZA, Mariana. R. El discurso del Antropoceno: limitaciones ante la emergencia climática. In: TORNEL, Carlos (org.). **Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C**: más allá de la economía verde. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019. p. 86-105.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MOORE, Jason. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism. PM Press, 2016.

PRUINELLI, Andréia. M. Formação Ideológica. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2020. p. 121-124.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Percepções Europeias e Latino-Americanas do Cartoon Movement sobre o Acordo Comercial UE-Mercosul (2020-2024)²²

Amanda Caroline Galdino²³

Guilherme Fenício Alves Macedo²⁴

Maria Luisa Galdeano Damasceno²⁵

Resumo: Este trabalho visa analisar comparativamente as charges políticas da rede Cartoon Movement sobre o Acordo UE-Mercosul, as quais enfatizaram a relação entre agricultura e a questão ambiental. Através da Análise de Conteúdo via aplicação da técnica categorial, foram analisadas seis charges políticas referentes a 2020 e 2024. Aborda-se a relação entre nacionalismo, imagem ambiental internacional e agroecologia. Após, interpreta-se as charges políticas do veículo. Os resultados apontam que as produções visuais representam a atual dicotomia quanto à concorrência agrícola e seus impactos ambientais, reproduzindo conflitos simbólicos entre distintos movimentos nacionalistas em grupos regionais.

Palavras-Chave: UE-Mercosul. Mídia. Nacionalismo. Meio Ambiente. Charges.

²² Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 62/2024; CAPES nº.88887.948209/2024-00 e nº.88887.102235/2025-00; FAPESP nº.24/06489-6. Esta investigação está vinculada ao Observatório das Relações Brasil-União Europeia (EUBras).

²³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Sociologia e Ciência Política (UFSC). Mestre em Relações Internacionais (UEPB), amandacaroline1296@gmail.com.

²⁴ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorando em Ciência Política (Unicamp). Mestre em Relações Internacionais (UEPB). g186209@dac.unicamp.br.

²⁵ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorando em Ciência Política (Unicamp). Mestre em Ciência Política (Unicamp).

Ao longo de três décadas de discussões, as negociações do acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) mobilizaram uma vasta margem da opinião pública internacional a respeito dos impactos e circunstâncias socioeconômicas e ambientais do tratado final. Decerto, a possível construção de uma área de livre-comércio inter-regional de proporções nunca antes vistas tem sido acompanhada por expectativas de diferentes setores e segmentos econômicos e sociais de ambos os lados da negociação. Não obstante, a variedade de percepções, tanto doméstica quanto internacionalmente, tem se apresentado ainda mais evidente nos últimos anos diante da relação entre comércio e meio ambiente. Alinhado a esse contexto e considerando a pertinência de valores e símbolos nas diferentes percepções nacionais quanto ao acordo, este trabalho tem por objetivo analisar, de modo comparado, as charges políticas sobre o acordo UE-Mercosul, considerando assim as diferentes posições, mesclada a distintos discursos nacionalistas sobre o referido tratado inter-regional.

É visto que tanto a crise ambiental na América do Sul, em especial no Brasil, quanto o concomitante encaminhamento das negociações para a fase final do acordo, despertaram nos mais variados veículos de comunicação charges que refletem elementos narrativos dos distintos posicionamentos das partes a respeito dos impactos ambientais e socioeconômicos do acordo. As matérias reproduziram não somente reflexões sobre o futuro e a exequibilidade do acordo diante das circunstâncias ambientais desde o fim da última década, como também questões adjacentes e igualmente pertinentes ao cerne de negociações inter-regionais. Dentre estas questões, destacam-se também as críticas por parte de segmentos produtivos mercosulinos quanto a resistência europeia na abertura de acesso a mercados consumidores de produtos agrícolas, algo que se refere a crítica de teor por vezes considerada como “anti-colonialista”, uma vez que expõe a contradição da UE na divisão internacional do trabalho por sua inflexão referente a liberalização do comércio global de agricultura.

Diante deste cenário de debate intensificado e dos seus reflexos nos meios de comunicação acerca do futuro do acordo de livre comércio UE-Mercosul, as charges políticas apresentaram profunda inserção no debate público em torno das implicações e entraves do acordo. A charge política é um gênero de charges que se atém justamente na produção de recursos visuais com teor satírico, humorístico e/ou reflexivo do cenário político e social em questão, apresentando assim aspectos e elementos simbólicos associados a determinados discursos sobre um dado fenômeno, localidade ou figura pública. É neste contexto que a rede internacional de artistas produtores de charges políticas, *Cartoon Movement*, tem atuado em relação à discussão sobre o acordo UE-Mercosul.

A primeira parte deste trabalho versa sobre o conceito de nacionalismo e sua pertinência para a compreensão dos antagonismos e coincidências regionais na construção e implementação do acordo. A segunda parte aborda duas temáticas paralelas que atravessam o debate público internacional sobre a repercussão do acordo: a relação entre nacionalismo e mídia internacional, e a relação entre agroecologia e a hierarquia de poder no sistema internacional. A terceira e última parte do trabalho pretende interpretar, a partir do aporte metodológico adotado, a presença dos interesses econômicos e elementos de discursos nacionalistas nas charges políticas.

Para embasar a análise, foram examinadas seis charges políticas relacionadas ao acordo, publicadas e difundidas pela rede *Cartoon Movement*, produzidas entre 2020 e 2024, apresentadas a seguir:



Figura 1: *EU-Mercosul deal (2024)*, de Amorim.

Fonte: Cartoon Movement (2025).

Segundo o próprio artista Amorim, a charge, classificada como de Discussão Pública, com humor situacional, satiriza a figura do presidente francês Emmanuel Macron, sugerindo uma tentativa de sabotagem do acordo entre os blocos, representados em um ambiente formal de negociação. Essa leitura dialoga com críticas frequentes de setores brasileiros, especialmente ligados à produção agropecuária, quanto à postura de desaprovação ou oposição das lideranças políticas francesas à abertura comercial inter-regional. A charge centra sua crítica no conjunto de posicionamentos e episódios em que Macron expressou insatisfação com o acordo, enfatizando, sobretudo, a alegação europeia de responsabilidade climática diante do agravamento da crise ambiental no Brasil.

Já na obra *Trade Deal* exibida a seguir, observa-se a ambivalência que caracteriza as negociações entre os blocos:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 2: *Trade Deal* (2024), por Amorim

Fonte: Cartoon Movement (2024)

Com base nessa obra, os elementos visuais da charge continuam vinculados aos obstáculos enfrentados nas negociações relativas ao comércio de bens agrícolas. No lado correspondente à bandeira da UE, observa-se a presença de um elemento interpretado como um entrave: a figura de um corvo, sugerindo a ideia de uma ave invasora. À luz das discussões de Néstor García Canclini (1990) sobre representações artísticas e conflitos simbólicos, a charge pode ser lida como uma expressão da percepção dos interesses de setores econômicos brasileiros, que veem no acordo a possibilidade de acesso ampliado ao mercado europeu, contraposta à postura de resistência da UE diante da concorrência mercosulina, percebida pelos produtores europeus como ameaçadora, desleal e desestabilizadora.

A charge do artista cubano Ramón Díaz Yanes, por sua vez, introduz um tom central para a análise do conjunto de obras latino-americanas. Em *Protestos por un Acuerdo*, Yanes contrapõe dois modelos de produção agrícola, cada um representando as partes envolvidas no acordo. A figura a seguir apresenta essa obra:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 3: *Protestos por un Acuerdo* (2024), de Díaz Yanes

Fonte: Cartoon Movement (2025).

A partir dessa obra, observa-se que, no lado referente ao Mercosul, são acionados elementos visuais vinculados à simbologia e ao discurso de movimentos nacionalistas latino-americanos voltados para a soberania alimentar e a justiça social. Esses valores têm sido constantemente associados às pautas de movimentos sociais ligados à reforma agrária e à defesa de trabalhadores rurais, que reivindicam direitos trabalhistas, acesso à terra para garantir produção e moradia, além de práticas agrícolas orgânicas, familiares e autossuficientes.

No lado oposto, representado pelo braço que exibe o símbolo da UE, a resistência aparece por meio da presença de maquinário de aspecto impositivo e controlador. A charge evidencia a diversidade de nacionalismos que atravessam as diferentes comunidades políticas da América Latina, gerando interpretações particulares com base na utilização de elementos visuais e narrativos próprios de cada contexto.

No conjunto europeu, o artista alemão Rainer Hachfeld expressa, na obra apresentada a seguir, uma crítica à forma como o Mercosul conduz sua governança ambiental.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 4: *The EU-Mercosur Trade Deal: The Four Presidents of Mercosur (2020)*, de Hachfeld

Fonte: Cartoon Movement (2025).

Como ilustrado na obra anterior, o artista evidencia a desaprovação de uma parcela significativa da opinião pública alemã em relação ao acordo UE–Mercosul. Tal rejeição se apoia na percepção de incompatibilidade entre os compromissos europeus voltados ao desenvolvimento sustentável e o desmonte das políticas ambientais na América do Sul. A vinculação do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro a uma motosserra reforça a imagem do Brasil como responsável pelo agravamento da crise ambiental e pelo aumento de conflitos territoriais, assim como por riscos à segurança humana e ecológica, especialmente na Amazônia, cuja crise ganhou grande repercussão internacional.

Ao direcionar o olhar para os fatores ligados à competição no setor agrícola, o artista francês Plop & KanKr apresenta, em sua obra, o núcleo do discurso francês contrário ao acordo entre os blocos. Os elementos dessa crítica podem ser observados na figura a seguir:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 5: Mercosur... (2020), de Plop & KanKr

Fonte: Cartoon Movement (2025).

A partir da mensagem transmitida pela obra, nota-se uma percepção do modelo produtivo no Mercosul que contrasta completamente com aquela retratada pelo artista cubano Díaz Yanes, analisada anteriormente. Essa inversão é evidenciada pela representação dos países do Mercosul como dependentes de máquinas pesadas e de um sistema voltado à monocultura, enquanto um agricultor europeu, munido de um simples garfo de feno, bloqueia a passagem dos tratores na via. Cabe mencionar que a charge também incorpora uma alusão visual ao célebre registro do “homem do tanque” na Praça da Paz Celestial, em 1989. Assim, o artista expõe de forma direta o nacionalismo econômico francês por meio da epígrafe que acompanha a obra: “Agricultores franceses protestam contra o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, que facilita o comércio de produtos agrícolas entre a Europa e cinco países sul-americanos” (Cartoon Movement, 2025).

Como último elemento visual relacionado ao conjunto europeu, o artista holandês Maarten Wolterink apresenta, a seguir, uma representação da forma como parte da opinião pública europeia percebe os impactos ambientais do acordo entre os blocos:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 6: *Europe Is Burning... Their Forest* (2020), por Wolterink

Fonte: Cartoon Movement (2025).

Como se observa, a charge *Europe Is Burning... Their Forest* evidencia o debate público acerca do risco de intensificação da crise ambiental na América do Sul. A obra ressalta a crítica ecológica dirigida à formulação e à implementação do acordo, crítica que tem sido compartilhada por distintos grupos políticos com expressiva atuação tanto nas arenas domésticas quanto nas supranacionais. Nesse ponto, nota-se a convergência entre opositores tradicionais do acordo e setores ambientalistas, que manifestam argumentos semelhantes ao rejeitar a criação da área de livre comércio.

Com um teor discursivo alinhado ao das demais charges do bloco europeu, Wolterink (2020) torna explícita sua posição já na epígrafe da peça: “As florestas tropicais desaparecerão ainda mais rapidamente quando a UE e o Mercosul assinarem seu acordo de livre comércio. É um acordo à moda antiga: bom para o comércio, extremamente ruim para o meio ambiente” (Cartoon Movement, 2025, p. 01).

Os resultados apontam, portanto, que há uma dissonância entre percepções da rede *Cartoon Movement* agrupadas em blocos regionais, refletindo assim aspectos



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

discursivos de distintas roupagens de movimentos nacionalistas, mas que coincidem na posição crítica ao bloco regional em oposição.

Referências

AMORIM. Trade deal. **Cartoon Movement**, 2024. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/trade-deal-0>. Acesso em: 02 ago. 2025.

AMORIM. EU-Mercosul deal. **Cartoon Movement**, 2024. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/eu-mercousul-deal>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BLEIKER, Roland. **Mapping visual global politics**. En Visual global politics. Routledge, 2018. p. 1-29.

BEBBINGTON, Anthony J., et al. Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 2018, vol. 115, no 52, p. 13164-13173.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, Porto Alegre, n. 38, p. 173–196, 2017.

COTTLE, Simon. **Global Crisis Reporting: Journalism in the Global Age**. Maidenhead: Open University Press, 2009.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena, et al. Between crises and insurgencies: the political ecology in defense of shared living. **Ambiente & Sociedade**, 2021, vol. 24, p. e0160.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

GALDINO, A. C. **A imagem ambiental do Brasil no exterior por The Economist e The New York Times**: uma análise de notícias (2019-2020). 2023. 143f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023.

HACHFELD, Rainer. EU/Mercosur trade deal. **Cartoon Movement**, 2024. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/eumercosur-trade-deal-2>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MANZO, Kate. Climate. In: BLEIKER, Roland (org.). **Visual Global Politics**. Abingdon:



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Routledge, 2018. p. 55-61.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, Filipe Reis; GALDINO, Amanda Caroline. A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. **Sul Global**, 2020, vol. 1, no 2, p. 31-63.

PLOP & KANKR. Mercosur. **Cartoon Movement**, 2024. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/mercossur>. Acesso em: 02 ago. 2025.

YANES, Ramon Díaz. Protestas por un Acuerdo. **Cartoon Movement**, 2024. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/protestas-por-un-acuerdo>. Acesso em: 02 ago. 2025.

WOLTERINK, Maarten. Europe is burning.. their forests. **Cartoon Movement**, 2020. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/europe-burning-their-forests>. Acesso em: 02 ago. 2025.

WILLIAMS, Michael C. International Relations in the Age of the Image. **International Studies Quarterly**, 2018, vol. 62, no 4, p. 880-891.

A formação acadêmica de jornalistas que cobrem a pauta socioambiental no Brasil

Laiza Mangas²⁶

Rosane Steinbrenner²⁷

Resumo: Este artigo, numa perspectiva exploratória, busca responder se jornalistas que cobrem a pauta socioambiental tiveram a formação direcionada para a especialidade durante a graduação. A partir de uma amostra não aleatória de oito profissionais com produção consolidada em veículos corporativos ou independentes e formação tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, em seis estados brasileiros, o resultado mostra que uma disciplina que trate do tema de forma específica ainda não foi completamente implementada nos cursos de jornalismo, mesmo tendo Diretrizes Curriculares que direcione para isso. A partir do relatos dos entrevistados, salienta-se a necessidade de preencher tal lacuna, considerando que todos buscaram se capacitar em cursos e *workshops* ofertados por outras instituições, inclusive, veículos alternativos, no qual a maior parte deles atuam.

Palavras-Chave: Jornalismo. Ensino. Cobertura socioambiental.

²⁶ Jornalista. Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), com bolsa Capes. Mestre em Comunicação pela mesma instituição, laiza.mangas@gmail.com.

²⁷ Jornalista, doutora em Ciências Socioambientais, mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável (NAEA-UFPA), Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA). Professora Associada da Faculdade de Comunicação (Facom), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. steinbrenner@ufpa.br.

Em 2009, as Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo reconheceram a importância da questão ambiental, incluindo-a em seu primeiro eixo de conteúdos e enfatizando a necessidade de conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e regiões ecológicas. No entanto, ainda há limitações nessa inserção. Para Ilza Girardi (2022), a disciplina de Jornalismo Ambiental na graduação, quando existe, é eletiva e oferecida quando há disponibilidade do professor. Ela pontua que o corpo docente dos cursos foi relutante em aceitar o Jornalismo Ambiental como disciplina. Isso é reforçado, por exemplo, em pesquisas como a de Augusta Gern (2017), que apontou uma abordagem holística e abrangente com pouca prática, além disso, os alunos de instituições do Sul do país não se sentem confiantes para realizar coberturas ambientais.

Em pesquisa nas universidades federais da Amazônia brasileira, Laiza Mangas e Rosane Steinbrenner (2025)²⁸ identificaram que a disciplina é componente curricular obrigatório em 70% das instituições, embora, em muitas instituições, seja uma disciplina optativa com pouca carga horária. Alguns achados são importantes considerar como, por exemplo, na Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior universidade da Amazônia, situada no estado que sediará o evento sobre questões climáticas este ano - a COP 30, o enquadramento do Jornalismo Ambiental é atrelado ao científico, por meio da disciplina optativa Jornalismo Científico e Meio Ambiente. Por fim, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), considerado um dos estados mais emblemáticos quando se trata de conflitos socioambientais²⁹, não existe a disciplina na grade curricular.

No país, ainda presenciamos uma cobertura jornalística ambiental fragmentada e refém de tragédias (Bueno, 2017) e que, muitas vezes, já a partir de sua

²⁸ A pesquisa resultou na construção de um artigo científico que foi submetido a uma revista científica.

²⁹ Segundo a Comissão Pastoral da Terra foram catalogados 206 conflitos socioambientais no ano de 2024, além disso, é considerado o estado que mais desmata o bioma Cerrado (MapBiomas, 2024).

denominação, não reflete a relação implicada entre sociedade e natureza. Numa perspectiva crítica à separação clara entre sujeito e objeto, natureza e sociedade ou natureza e cultura, Bruno Latour (1994), irá desafiar a visão moderna de uma sociedade autônoma e separada da natureza, enfatizando, por conseguinte, as interconexões e a influência mútua entre elas para a construção de um mundo comum. A partir da compreensão de Morin (2008), isso pode ser resultado do modo incapaz de organizar o conhecimento, reconhecer e apreender a complexidade do real. Marcia Veiga (2015) observou que a estrutura da universidade e as práticas pedagógicas, bem como os arcabouços conceituais utilizados no ensino das teorias e práticas da profissão, não potencializam o senso crítico e revolucionário. Assim, limitam a potencialização da práxis e das condições de encontro com a alteridade, contribuindo com a reprodução de discursos dominantes.

Partindo disso, conversamos com alguns jornalistas que cobrem a temática socioambiental³⁰ no Brasil em veículos considerados da mídia independente e comercial para entender a formação acadêmica ofertada a eles. As perguntas foram enviadas a 16 jornalistas por meio do aplicativo de mensagem *WhatsApp*. A seleção desses profissionais baseou-se, primeiramente, em sua produção consolidada de coberturas de pautas socioambientais, considerando-se também, ainda que de forma secundária, a diversidade geográfica dessa atuação e formação acadêmica. Um terceiro aspecto metodológico importante foi a viabilidade de acesso aos entrevistados, garantido tanto por afinidade temática e conhecimento anterior com a pesquisadora e primeira autora, mas, também, por indicações recebidas. No total, nove jornalistas responderam às perguntas, mas inserimos somente oito no artigo (Quadro 1) porque priorizamos aqueles que se formaram a partir de 2004, quando foi implementada a primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. A metodologia utilizada foi a das entrevistas semiabertas, com um roteiro de perguntas comum aos

³⁰ Não os caracterizamos como jornalistas ambientais porque a maioria não cobre somente essa editoria, embora seja sua preferência.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

entrevistados e perguntas específicas, à medida que transcorriam as entrevistas e que a pesquisadora sentia a necessidade de aprofundar algum aspecto (Duarte, 2015).

Nome	Breve perfil	Formação
Amanda Magnani	Amanda Magnani é jornalista e fotógrafa. Foi bolsista do Climate Tracker e da Solutions Journalism Network em 2021, e autora da matéria vencedora do concurso de Constructive Narrative Framing do International Service for Human Rights em 2022.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte/MG
Anderson Coelho	Fotojornalista com 17 anos de experiência. Atua como profissional independente, colabora com agências de notícias nacionais e internacionais como AFP, Reuters, Folhapress, The Intercept, Joio e o Trigo, Infoamazônia e UOL.	Uninter - Centro Universitário, em Curitiba/PR (curso EAD)
Catarina Barbosa	Jornalista amazônica com experiência em investigações que expõem violações aos direitos humanos e crimes ambientais. É Diretora da Abraji e fellow 2024 do Pulitzer Center.	Universidade da Amazônia (Unama), em Belém/PA
Hyury Potter	Hyury Potter é jornalista freelancer. Suas investigações já resultaram em dois documentários curta-metragem: A Floresta em pé - Bá Kájmã Ám (Repórter Brasil, 2024) e Pilotos da Amazônia (The Intercept Brasil, 2022).	Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém/PA
Jéssica Botelho	É consultora no projeto “Promovendo o Acesso à Informação, o Exercício dos Direitos, o Combate à Desinformação e a Defesa da Democracia”, realizado pela Unesco e Secom/PR.	Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em Manaus/AM
Rudja Santos	Jornalista colaboradora do portal Amazônia Real.	Universidade Federal do Amapá (Unifap), em Macapá/AP



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Idayane Ferreira	Jornalista e ilustradora. Atuou por 5 anos na rede Justiça nos Trilhos (2016-2021), entidade que assessorava comunidades impactadas pelo setor de mineração, siderurgia e, mais atualmente, também agronegócio.	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís/MA
Jorge Abreu	Repórter da editoria de Ambiente, escreve sobre crise climática, política ambiental brasileira e pautas indígenas na Folha de S. Paulo.	Faculdade Estácio Seama, em Macapá/AP

Quadro 1: Relação dos jornalistas entrevistados

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Independente da instituição (cinco públicas e três privadas) em seis estados do país (Amapá, Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná) há ausência de uma disciplina diretamente direcionada às coberturas de pautas socioambientais. O meio ambiente é visto de uma forma transversal nos cursos, porém insuficiente para contribuir com a formação de um pensamento complexo, o qual, conforme o define o filósofo Edgar Morin (2008), busca contextualizar e globalizar, superando o pensamento simplificador propagado a partir da ciência cartesiana. Dessa forma, compreendemos que a formação numa perspectiva crítica é essencial na preparação dos profissionais, tanto que, a partir da lacuna existente na academia, os jornalistas buscaram outros caminhos, como os cursos e *workshops*.

Referências

BUENO, W. C. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010. 368 p.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: _____ e BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 62-83.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

GERN, A.F. **COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE NAS SALAS DE AULA**: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, 2017.

GIRARDI, I. T. Jornalismo ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais. Entrevista cedida a Katarini Miguel. *In: Nair Prata, et al (orgs). Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação.* [recurso eletrônico]. São Paulo: INTERCOM, 2022, 472 p.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152 p.

VEIGA DA SILVA, M. Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. **Tese (Doutorado em Comunicação)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. 2015.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Tópicos fundamentais ou temas-chave para a estruturação de uma proposta epistemológica e metodológica para a prática do Jornalismo Ambiental³¹

Pablino Cáceres Paredes³²

Resumo: Este artigo busca contribuir para a estruturação de uma proposta epistemológica e metodológica para a prática do jornalismo ambiental, partindo da identificação de temas-chave que norteiam sua prática investigativa e narrativa. Ao longo de seu desenvolvimento e confrontando diversas teorias metodológicas, destaca-se a importância de abandonar abordagens tradicionais de jornalismo pautadas na neutralidade formal e caminhar para uma compreensão crítica do papel do jornalista como produtor de conhecimento situado, especialmente em um campo transversal e urgente como o ambiental. No final, propomos uma organização de temas-chave que possam orientar tanto a produção jornalística quanto a formação acadêmica na área ambiental.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Conhecimento. Metodologia. Conflitos. Comprometimento.

A crescente visibilidade da crise climática, dos conflitos socioambientais e dos limites planetários têm impulsionado transformações urgentes em diversas áreas do conhecimento, incluindo o jornalismo. Em nível global, fenômenos como o

³¹ Artigo final de disciplina de Mestrado, apresentado no VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo Ambiental (ENPJA), na UFRGS, 24 a 26 de set. 2025/online.

³² Lic. en Filosofía e CC. Pastorales pela UCA, Paraguay. Advogado pela UNP, Paraguay. Mestrando de Jornalismo na UEPG, bolsista ZICOSUR Universitário, e-mail: ysysypoti2018@gmail.com.

aquecimento global, o colapso da biodiversidade, o extrativismo e as disputas territoriais adquiriram centralidade incontornável na agenda pública e midiática. Em escala continental, essa realidade torna-se ainda mais vital e urgente devido à necessidade de salvaguardar e proteger os recursos naturais, cada vez mais escassos e em perigo de extinção. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é propor uma organização de tópicos-chave que estruturam a abordagem do Jornalismo Ambiental a partir de uma perspectiva crítica. A metodologia adotada é teórico-reflexiva, pautada na leitura crítica e interpretativa de reconhecidos autores, articulada ao contexto atual do Jornalismo Ambiental. A partir dessa fundamentação conceitual, buscaremos construir uma proposta de organização de temas que possam orientar tanto a prática profissional quanto a pesquisa acadêmica na área.

O Jornalismo Ambiental não pode se limitar a reproduzir os arcabouços tradicionais do jornalismo informativo, focados na imediatez, na neutralidade, na rotinização ou no aparente equilíbrio entre fontes. Nesse sentido, quando Sponholz fala do racionalismo de Karl Popper e diz: "Quem realiza pesquisa científica quer descobrir ou esclarecer algo. O cientista sempre tem um problema, uma questão, e não apenas um tópico" (SPONHOLZ, 2009, pág. 119) e, nesse sentido, propõe três regras: intersubjetividade, confiabilidade e validação.

Aplicado ao Jornalismo Ambiental, isso implica reconhecer que o jornalista não é um mero intermediário entre a ciência e o público, mas sim um agente que disputa significados, interpreta dados e escolhe narrativas.

O campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças... só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou que faz um agente engajado num campo (economista, escritor, artista, etc.) só se sabemos "de onde ele fala" (Bourdieu, 2004, p. 22-23).



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Em uma linha convergente, Torrico Villanueva (2018) apresenta a proposta de uma comunicação decolonial, que problematiza os marcos eurocêntricos, modernistas e extrativistas que ainda dominam a narrativa midiática sobre a natureza.

A produção de conhecimento jornalístico, especialmente na área ambiental, não pode ser dissociada de uma reflexão metodológica que considere as especificidades do objeto de estudo, suas complexidades e a forma como ele é pesquisado e comunicado. Nessa perspectiva, Maria Immacolata Lopes (2024) defende que a pesquisa em comunicação deve ser entendida como um processo que vai além da aplicação técnica de métodos: é uma atividade interdisciplinar, situada e aberta ao diálogo, na qual o pesquisador (ou jornalista) constrói seu objeto enquanto a pesquisa. Nesse sentido, ela afirma que:

Para que a interdisciplinaridade não seja apenas uma petição de princípios, praticá-la exige o domínio de teorias disciplinares diversas integradas a partir de um objeto-problema. Assim, é importante salientar que não se trata de “dominar tudo”, mas de um “uso útil” de teorias e conceitos de diversas procedências, um uso que seja sobretudo bem fundamentado e pertinente à construção do objeto teórico (Lopes, 2024, p. 28-29).

Para organizar os temas do Jornalismo Ambiental, pode-se recorrer a técnicas como a análise de conteúdo, proposta por Jorge Vala (2001), que afirma: “A técnica deve servir objetivos predominantemente descritivos e classificatórios, e revela a preocupação do autor em preservar o trabalho em análise de conteúdo de inferências ingênuas ou selvagens” (Vala, 2001, p. 103).

Com base nas perspectivas epistemológicas e metodológicas apresentadas, propomos uma lista para orientar a produção jornalística e a formação acadêmica na área ambiental. Atores socioambientais, neste ponto, propõe-se incluir as vozes das comunidades afetadas, povos indígenas e camponeses, movimentos ambientalistas, bem como empresas privadas, instituições estatais, academia e ONGs. Conflitos ecológicos, o propósito é abordar questões como extrativismo, desapropriação de

terras, poluição, megaprojetos, desmatamentos e mudanças climáticas, destacando suas causas estruturais e efeitos locais, significa aprofundar-se em questões extremamente sensíveis e complexas que exigem uma visão ampla de todo o espectro socioambiental. Territórios e saberes, trata-se de analisar a relação entre biodiversidade, cultura e território, incorporando cosmovisões e epistemologias do Sul que questionam narrativas modernas de exploração da natureza. Marco regulatório e direitos, uma questão iniludível é considerar a legislação ambiental vigente, os direitos humanos, o princípio da justiça climática e os compromissos internacionais. Dimensão histórica e estrutural, para incorporar análises de longo prazo dos processos de colonialismo ambiental, modelos de desenvolvimento desigual e as raízes econômicas da degradação ecológica com questões que o jornalismo sério e comprometido não pode e não deve ignorar. Linguagem e representação, para refletir sobre as metáforas, imagens e narrativas utilizadas na cobertura deve ser tarefa e função permanentes de um trabalho jornalístico credível. Ética e compromisso, reconhecer a responsabilidade dos jornalistas ambientais diante da urgência ecológica implica adotar princípios de ética profissional, respeito aos territórios, compromisso com a vida e engajamento sócio-político.

Este artigo buscou contribuir para a estruturação de uma proposta epistemológica e metodológica para a prática do Jornalismo Ambiental, partindo da identificação de temas-chave que norteiam sua prática investigativa e narrativa. Ao longo de seu desenvolvimento, destacou-se a importância de abandonar abordagens tradicionais de jornalismo pautadas na neutralidade formal e caminhar para uma compreensão crítica do papel do jornalista como produtor de conhecimento situado, especialmente em um campo tão transversal e urgente como o ambiental.

A crise ambiental não é apenas ecológica, mas também comunicacional. Os discursos midiáticos frequentemente reduzem os conflitos socioambientais a desastres naturais ou problemas técnicos, sem abordar suas dimensões históricas, políticas e culturais. Muitas vezes, esses discursos são frutos de visões contaminadas

pelos interesses de setores ligados ao agronegócio ou pelos setores político-empresariais que os dominam ou interferem. Nesse contexto, urge a formação de jornalistas com ferramentas críticas, epistemologicamente plurais e eticamente comprometidas. A formação deve incluir o uso de métodos qualitativos de pesquisa, a interpretação de dados científicos, a análise da linguagem e uma ética centrada no respeito aos territórios, aos saberes comunitários e à vida em todas as suas formas.

Esse modelo de organização não é fechado nem definitivo. Pelo contrário: deve ser constantemente revisto e adaptado a cada contexto local, cultural e geográfico. Os cenários ambientais mudam, assim como as ameaças ecológicas, as leis, os atores sociais e as tecnologias. Por isso, flexibilidade, aprendizado contínuo e diálogo interdisciplinar são princípios fundamentais para o Jornalismo Ambiental.

No fim, um Jornalismo Ambiental ético e crítico não só informa melhor a sociedade, mas também participa das disputas sobre o que significam desenvolvimento, território, justiça e vida. Diante da crise ecológica global, o papel do jornalista é narrar o urgente, interpretar o complexo e revelar o que muitos tentam esconder. Fazer isso é um ato de coragem para o jornalista e também um grande desafio para a mídia.

Referências

BERGANZA, M. R. **Periodismo especializado**. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, 2005.

BOURDIEU, P. **Os usos da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **O campo político, o campo das ciências sociais e o campo jornalístico**. Londres: Polity Press, 2005.

CHARON, J.; BONVILLE, J. **A noção do paradigma jornalístico: aspectos teóricos e empíricos**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHARON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

GROTH, O. **Tarefas da pesquisa da ciência da cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Paradigmas en competencia en la investigación cualitativa**. Sonora: El Colegio de Sonora, 2002.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LOPES, M. I. Pesquisa de Comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXVII, n. 1, p. 13-39, jan./jun. 2024.

MUTSVAIRO, B. Ontologies of Journalism in the Global South. **Journalism and Mass Communications Quarterly**, [S. l.], v. 98, n. 4, p. 996-1016, 2021.

POPPER, K. **A lógica das Ciências Sociais**. São Paulo: Cultrix, 1972.

RÜDIGER, F. **As teorias do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2021.

SANTAMARÍA SUÁREZ, L.; CARRO CASALS, M. J. **La opinión periodística. Argumentos y géneros para la persuasión**. Madrid: Fragua, 2000.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

VALA, J. **Análise de conteúdo**. Porto: Afrontamento, 2001.

VILLANUEVA, E. R. A comunicação decolonial: perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Possíveis intersecções entre Agroecologia e Jornalismo Ambiental: o diálogo de saberes e as práticas jornalísticas³³

Júlia Petenon³⁴

Reges Schwaab³⁵

Resumo: Este texto diz respeito ao projeto inicial de uma pesquisa de dissertação de mestrado, que busca um diálogo de saberes para se (re)pensar o jornalismo ambiental, a partir de aspectos da agroecologia, refletindo sobre como sua epistemologia pode provocar as práticas jornalísticas. Entende-se que o pensamento agroecológico propõe visões horizontais sobre as relações humano-ambiente, e, neste trabalho, pretende-se tensionar tais perspectivas junto aos pressupostos do exercício jornalístico. Inicialmente, a partir de uma revisão bibliográfica acerca das concepções centrais da agroecologia, esta pesquisa propõe discorrer sobre como o campo está posto em pesquisas já publicadas e tensionar com trabalhos que discutam o JA.

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental. Agroecologia. Diálogo de saberes. Pensamento agroecológico.

³³ Pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento, vinculada ao *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM).

³⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Integrante do *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM). E-mail: petenon.julia@acad.ufsm.br.

³⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Coordena o *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM). E-mail: reges.schwaab@ufsm.br.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

O presente trabalho propõe o estudo das possíveis intersecções entre os saberes do Jornalismo Ambiental (JA) e da Agroecologia. Busca-se cotejar o fazer jornalístico a partir de epistemologias emergentes e situadas em campos que, mesmo não hegemônicos, têm potencialidade de fricção diante dos desafios climáticos e socioambientais de nosso tempo. Entende-se a Agroecologia como um campo capaz de tensionar o JA. Com tal argumento em mente, aqui, articulamos os movimentos iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, que objetiva compreender o que o encontro dos campos do jornalismo e da Agroecologia permite inferir e propor às práticas jornalísticas. Para este trabalho, o foco está na revisão e pesquisa bibliográfica.

Tal discussão justifica-se a partir da compreensão de que o fazer jornalístico precisa ser revisto e constantemente repensado. Por isso, entende-se que uma possível intersecção dos saberes provenientes da Agroecologia para com o Jornalismo Ambiental pode gerar reflexões capazes de ecoar no campo jornalístico.

Apesar do debate que permeia os estudos sobre Jornalismo Ambiental já perpassar o questionamento acerca da prática jornalística hegemônica, o campo ainda não é colocado em contato direto com o âmbito dos saberes agroecológicos e suas lógicas de interconexão e de compreensão das conexões das eco sociabilidades. Por isso, ao visualizar possíveis rupturas a partir dessa intersecção, argumentamos que este diálogo deve existir e ser valorizado.

Assume-se a ideia de Leff (2009) da necessidade de um diálogo de saberes, já que a complexidade ambiental transpassa o campo das relações da interdisciplinaridade científica, mas “emerge da relação entre o real e o simbólico; é um processo de relações ônticas, ontológicas e epistemológicas; de hibridações da natureza, da tecnologia e da cultura” (Leff, 2009, p. 22). Para isso, e com foco neste recorte, foi realizada uma revisão meta-síntese (Galvão; Ricarte, 2019).

Seis textos foram analisados, recolhidos em bases de dados de domínio público e de referência no Campo da Comunicação, a partir de palavras-chave como:

“Jornalismo Ambiental”, “Agroecologia” e “saberes agroecológicos”, para sistematizar o que está sendo debatido acerca do tema a ser estudado. São eles: “Agroecologia e saber ambiental” (Leff, 2002), “Agroecologia” (Toledo, 2021), “Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano” (Silva; Schwaab, 2023), “Interfaces entre o debate colonial e os estudos de Jornalismo Ambiental” (Loose; Girardi, 2021), “O ativismo no jornalismo no Jornalismo Ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil” (Loose; Belmonte, 2023).

Compreende-se aqui, o Jornalismo Ambiental como “uma prática engajada que ultrapassa uma especialização temática, colocando em evidência as problemáticas ambientais e questionando aspectos consolidados dentro do campo jornalístico, oriundos de uma lógica eurocêntrica” (Loose; Girardi, 2021, p. 1). Para além disso, é preciso ter em mente que o termo Agroecologia é utilizado a partir de diferentes perspectivas e por diversas áreas e subáreas do conhecimento, além de agregar saberes tradicionais. Neste estudo, parte-se do entendimento da Agroecologia como campo de saber, que une ciências, técnicas e práticas (Leff, 2002), incluindo saberes que vão além do campo teórico.

No contexto latino-americano, a Agroecologia abarca pesquisas científicas e tecnológicas que se relacionam com movimentos sociais e políticos rurais (Toledo, 2021). Ao mesmo tempo, o número de movimentos sociais que têm adotado a Agroecologia como filosofia ou objetivo tem crescido de maneira acelerada (Toledo, 2021).

De acordo com Leff (2002), a Agroecologia não se resume apenas a uma produção mais sustentável, mas “o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir ‘com a natureza’” (Leff, 2002, p. 44). Do mesmo modo, argumenta-se que o bom jornalismo necessita, também, noticiar “com a natureza”, prezando pelo ambiente como um todo e levando em consideração o respeito com os humanos e não-humanos.

O diálogo com a agroecologia faz repensar a maneira pela qual os materiais jornalísticos têm sido veiculados, e os conteúdos que conformam os “valores-notícia” da atualidade. Loose e Girardi (2021) discutem acerca das escolhas de noticiabilidade que existem, inclusive, dentro do Jornalismo Ambiental, que permanece na frequente tensão para conciliar suas ideologias e seu papel social à questão econômica, já que existe um “contexto comercial, que vê as notícias como mercadorias; portanto, foca seus esforços naquilo que dá mais audiência e, consequentemente, lucro às empresas midiáticas” (Loose; Girardi, 2021, p. 320).

Mesmo no tratamento de temas sensíveis, como na cobertura e abordagem de catástrofes climáticas e ambientais, a produção jornalística hegemônica tem sido realizada de maneira imediatista, sem a pretensão concreta de elucidar acerca dos fatores que envolvem tais ocorrências. E, ainda, esquecendo das vidas, do ambiente, dos humanos e não-humanos que fazem parte daquele todo em urgência a ser noticiado. Com isso, intersecciona-se a reflexão de Leff (2002, p. 38) sobre a terra ter sido “desterritorializada”.

Segundo Leff (2002), a Agroecologia nasceu da interação entre os produtores insatisfeitos com o modelo produtivo hegemônico extrativista, que deteriora a natureza e a sociedade, e os pesquisadores e professores envolvidos na busca por estratégias sustentáveis para produzir. Dialogando com o exposto por Leff (2002), Loose e Girardi (2021, p.326) apontam que “o pensamento colonial reduz a natureza a recurso natural, gerando uma ruptura entre as relações sociedade-natureza existentes”, e argumentam que “além da crítica à visão eurocêntrica, é preciso, portanto, a revalorização dos conhecimentos locais, tradicionais, populares, até então depreciados e negados”.

Dessa forma, e partindo do pressuposto de que, assim como na Agroecologia, o ativismo está intrínseco ao Jornalismo Ambiental, pode-se perceber uma relação entre os campos. Como apontam (Loose; Belmonte, 2023, p.3) “a militância, engajamento ou posicionamento diante das causas ambientais é apontada por

diferentes autores da área”, Loose e Girardi (2021) trazem a observação de que esse “espaço de trocas entre o campo jornalístico e o campo ambiental fez eclodir um jornalismo [...] que considera uma série de elementos que dificilmente se fazem presentes em outros tipos de jornalismo” (Loose, Girardi, 2021, p. 320). E, levando em consideração que o JA, hoje, tem determinada abertura para “amplificar o questionamento colonial e dar espaço para outras formas de viver e se relacionar com a natureza” (Loose; Girardi, 2021 p. 321), subentende-se que ele pressupõe determinada extensão para a Agroecologia.

Na entrevista “Jornalismo Ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais” (Miguel, Loose & Girardi, 2022), Girardi reflete acerca do tratamento da própria Agroecologia e dos sistemas agroflorestais pelo jornalismo, que não são entendidos como sistemas de plantio consideráveis para o mundo hoje até mesmo por jornalistas que se apresentam como ambientais.

A Agroecologia e os sistemas agroflorestais praticamente não são mostrados como sistemas de plantios justos do ponto de vista da sociobiodiversidade, porque esse pensamento foge do ideal de desenvolvimento e mesmo desenvolvimento sustentável, como se isso fosse possível. A matriz colonial ainda povoia o pensamento dos jornalistas. Muitas vezes até aqueles que se consideram jornalistas ambientais continuam com o discurso do desenvolvimento sustentável e da economia ou capitalismo verde. (Miguel, Loose & Girardi, 2022, p. 226).

Com isso em mente, comprehende-se que para que o Jornalismo Ambiental consiga articular seu lugar no contexto de novas epistemologias e dialogar de fato com a Agroecologia, a fim de (re)pensar seu fazer, ele precisa descolonizar sua prática (Loose; Girardi, 2021). De igual modo, Schwaab e Silva (2023) entendem que prezar por enfoques jornalísticos que destaquem certa pluralidade de saberes é fundamental no momento de crise de credibilidade em que o jornalismo está inserido.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Assim sendo, interpreta-se que existe uma urgência em (re)pensar a prática jornalística, e, em especial, ao se retratar a temática ambiental. Por isso, novas epistemologias, que fogem dos meios hegemônicos - estes que priorizam pautas a partir de interesses econômicos - podem ser uma maneira de incluir na agenda as necessidades de grupos vulnerabilizados. Além de viabilizar novas perspectivas para debater temas emergentes, como a crise climática.

Ressalta-se que este trabalho está em processo inicial de pesquisa, por isso, pretende-se permanecer articulando este diálogo. A partir dos primeiros resultados interpretativos obtidos, percebe-se que o Jornalismo Ambiental e os saberes agroecológicos conversam em mais de uma perspectiva. Tanto o campo do Jornalismo Ambiental, quanto o campo da Agroecologia se apresentam como contra-hegemônicos e percebem a maneira no qual o contexto comercial afeta o compartilhamento de saberes e o espaço de trocas para com o ambiente. Ainda, pode-se perceber em ambos, a perspectiva da valorização de conhecimentos locais e tradicionais.

Não obstante, estudos de Jornalismo Ambiental já se aproximam de termos como “racionalidade ambiental” e “saberes ambientais”, trazidos por Leff (2002) para pensar a Agroecologia. Percebe-se, desde este momento, que os campos se relacionam. E que, quando colocados em contato, como o proposto por este trabalho, ampliam o debate acerca das práticas do ser para e com o ambiente. Argumenta-se, então, que tal intersecção oferece um intervalo crítico necessário para provocar a prática jornalística diante dos desafios socioambientais contemporâneos, a fim de reavaliar e tomar, de maneira crítica e embasada, o seu fazer.

Referências

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 62-83.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion - Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, jan.-mar, 2002.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, p. 16-24, set-dez, 2009.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de Jornalismo Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 58, 2021.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. O ativismo no jornalismo no Jornalismo Ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. e1594, 2023.

MIGUEL, Katarine; LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Jornalismo Ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais. In: PRATA, Nair [et al]. Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação. São Paulo: **Intercom**, 2022, p. 221-238.

TOLEDO, Vitor. Agroecologia. In: KOTHARI, Ashish [et al.]. **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021, p. 192-195.

SCHWAAB, Reges; DA SILVA, Anna Júlia Carlos. Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Mulheres amazônicas no jornalismo: uma análise interseccional da prática de uma jornalista investigativa

Yanna Duarte Arrais³⁶

Thaisa Cristina Bueno³⁷

Idayane da Silva Ferreira³⁸

Resumo: O presente estudo explora como a interseccionalidade impacta a vida da jornalista investigativa Nicoly Ambrósio, que cobre questões socioambientais na Amazônia Legal. Para a análise, utiliza-se a primeira etapa da roleta interseccional como referencial teórico-metodológico com foco em como fatores como gênero e raça se cruzam e influenciam a trajetória profissional da jornalista. O objetivo é compreender como essas marcas sociais deixam um rastro na sua experiência, revelando as complexidades e os desafios de seu trabalho. A pesquisa se propõe a ser um mergulho exploratório nessas intersecções, destacando a relevância de considerar a multiplicidade de opressões na análise da vivência profissional de mulheres na área do jornalismo.

Palavras-Chave: Jornalismo Investigativo. Gênero. Interseccionalidade. Mulheres. Amazônia.

³⁶ Jornalista com atuação no campo dos direitos humanos. Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz e bacharel em Comunicação pela mesma instituição E-mail: yannaduarte99@gmail.com.

³⁷ Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Professora do mestrado em comunicação na mesma instituição. Doutora em comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Email: thaisabu@gmail.com.

³⁸ Jornalista e ilustradora. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM-UFMA). Especialista em Comunicação Empresarial e Institucional (UFMA). Atualmente é pós-graduanda em Jornalismo de dados, Inteligência artificial e netnografia (UFPA-FACOM). E-mail: idayaneferreira@gmail.com.

A perspectiva interseccional se mostra uma ferramenta interessante para compreender as complexidades enfrentadas por profissionais, sobretudo as mulheres que cobrem temas socioambientais no jornalismo, em especial na Amazônia. Essa abordagem teórica e metodológica, proposta por teóricas como Akotirene (2018), permite analisar como sistemas estruturais de opressão como o racismo, o capitalismo e o cis-heteropatriarcado se entrelaçam e afetam de maneira única a trajetória de mulheres jornalistas. Ao considerar marcadores sociais como gênero, raça e classe, é possível desvendar a sobreposição de vulnerabilidades e riscos que elas enfrentam, revelando a dimensão estrutural das violências a que estão expostas no exercício de uma profissão já marcada pelo perigo.

A região amazônica, por sua vez, é um cenário de conflitos intensificados pela expansão do neoextrativismo, que resulta na expropriação de terras, na violência contra comunidades tradicionais e na ameaça a modos de vida ancestrais. Nesse contexto, a prática jornalística investigativa, que busca expor e criticar esses discursos desenvolvimentistas, torna-se essencial e, ao mesmo tempo, perigosa. Para as mulheres jornalistas, essa realidade é duplamente desafiadora. Além dos perigos inerentes à cobertura de conflitos socioambientais, elas são alvo de violências específicas de gênero, que buscam silenciá-las e desviar seu papel, tradicionalmente visto como submisso.

Este artigo parte de uma análise da experiência de Nicoly Ambrosio, uma jornalista investigativa amazônica. O objetivo é traçar um panorama que não apenas reconheça as violências de gênero enfrentadas por mulheres no jornalismo investigativo, mas que também exponha as adversidades específicas que essas profissionais enfrentam na Amazônia. Sua luta e resistência são um compromisso inestimável na defesa de um jornalismo que preza pela vida, pela ética e pela escuta dos territórios ancestrais; isso merece ser analisado e valorizado em toda a sua complexidade.

O presente trabalho é um recorte inicial de uma pesquisa de mestrado (em andamento), que busca entender como as questões de gênero e outras interseccionalidades moldam a identidade e a prática de seis jornalistas investigativos na Amazônia (três homens e três mulheres). A metodologia da roleta interseccional, proposta por Carrera (2020; 2021), orienta a análise. Ela se divide em duas etapas: a primeira é a identificação de categorias (gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, peso, geolocalização e idade); a segunda, um aprofundamento na complexidade de cada marcador e suas interconexões. Essa metodologia se baseia no princípio de que não existem hierarquias de opressão, como defendem Collins e Bilge (2021).

A voz central deste estudo é a da Nicoly Ambrosio e para esta análise nos limitamos a aplicar a primeira etapa da roleta, focando na identificação dos marcadores sociais presentes no seu discurso. Para compreender sua prática profissional, foi realizada uma pré-entrevista e, posteriormente, uma entrevista semiestruturada via *Google Meet*. A conversa, que durou 1 hora e 35 minutos, seguiu um roteiro de 15 perguntas, focadas nos riscos que ela enfrenta ao cobrir conflitos socioambientais na Amazônia Legal.

Nascida em São Paulo, mas morando em Manaus desde a infância, Nicoly, ou Nico, é uma jornalista de 26 anos que atua no veículo Amazônia Real desde 2020. Além do jornalismo, ela se expressa como artista visual, grafiteira e fotógrafa de rua. Na entrevista, foram abordados sua trajetória, os riscos que enfrenta como mulher nesse nicho e outras questões de segurança. Contudo, neste trabalho, concentramos a análise nos riscos que ela sofre por ser mulher e por cobrir pautas socioambientais na região.

No primeiro giro da roleta interseccional, a análise do discurso de Nico revela a presença de diversos marcadores sociais. Ser uma mulher não binária e negra, vinda da periferia, e atuar em uma profissão de risco, a coloca em uma posição de constante vigilância. Ela relata que a raça, muitas vezes, é o primeiro marcador notado pelas pessoas, afetando a forma como é vista e tratada, o que a leva a se policiar



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

constantemente para ser levada a sério. "Eu achava que para mim, uma pessoa preta e LGBT, vivendo em Manaus, seria muito difícil quebrar essa bolha de estar nas grandes redações" (Ambrosio, 2025).

A experiência da jornalista evidencia que os riscos no jornalismo investigativo são multidimensionais. A violência simbólica, como a exclusão e o tratamento desigual, se soma aos riscos de gênero, raça e classe. "Eu imagino que tem uma diferença brutal entre o homem e a mulher jornalista que vai a campo". Ela explica que mulheres precisam planejar cada passo para evitar riscos, desde a vestimenta até a escolha de quem as acompanha, porque os homens são "respeitados mais do que tu". "Teve uma cerimônia e eu fui a única pessoa que não foi servida", ela narra, evidenciando como a violência simbólica se manifesta. "Eu tenho certeza que eles achavam que eu não era ninguém, sabe? Que eu não estava ali para receber o prêmio." (Ambrosio, 2025)

Ser uma jornalista negra ocupando uma posição de referência aos 26 anos e levantando pautas da fotografia de rua, das discussões LGBT e partindo da Amazônia, contempla os atravessamentos que compõem seus posicionamentos. A partir da sua atuação, oportuniza reverências à Amazônia, da forma que a região merece ser vista, respeitando a sua complexidade, reverberando suas culturas, costumes e crenças.

A interseccionalidade se mostra, então, uma ferramenta fundamental para entender que essas violências não são meramente individuais, mas reflexos de estruturas de poder históricas racistas que condicionam mulheres negras a questionarem suas capacidades. "Eu sempre tento me impor e mostrar que eu mereço estar aqui. Eu estou vindo para fazer o meu trabalho, eu não sou uma impostora". (Ambrosio, 2025).

Reconhecemos as limitações desta pesquisa ao não aplicarmos a metodologia de forma integral, mas consideramos valiosa a oportunidade de apresentar estes resultados parciais. O caso de Nicoly expõe que, no jornalismo investigativo,



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

especialmente no contexto amazônico, os riscos de gênero não podem ser desvinculados das interseções com raça e classe.

Ser mulher, negra, amazônica, de origem periférica e com identidade de gênero não normativa implica enfrentar camadas de deslegitimização, vigilância e subestimação que se manifestam tanto nas relações de campo quanto em espaços institucionais. Esses fatores exigem da profissional um constante esforço de autoproteção, adaptação e reafirmação de pertencimento, configurando uma vigilância subjetiva permanente, que impacta não apenas o fazer jornalístico, mas também sua saúde mental e sua percepção de segurança.

Referências

AMBROSIO, Nicoly. **Entrevista**. [20 de maio de 2025]. Entrevista concedida a Yanna Duarte Arrais.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018. E-book. Disponível em:
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 1 jul. 2025.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, Brasília, v. 24, p. 1-22, 2020. DOI: 10.30962/ec.2198.

_____. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5715.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**.. São Paulo: Boitempo, 2021.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Governo de MT e as obras na MT-251: o caso Portão do Inferno sob o olhar dos enquadramentos do G1

Renan Souza Camiran³⁹

Nealla Valentim Machado⁴⁰

Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini⁴¹

Resumo: Este artigo analisa como o portal G1 enquadrou os posicionamentos do Governo de Mato Grosso diante das obras no Portão do Inferno (MT-251), entre novembro de 2023 e junho de 2025, após frequentes desmoronamentos em um sítio geológico de 500 milhões de anos. A partir de análise qualitativa e exploratória, fundamentada em Entman (1993) e Goffman (1974), o estudo identifica mudanças de discurso governamental, ausência de diálogo técnico e social e a repercussão de decisões marcadas por contradições. A mídia atuou como mediadora simbólica entre Estado, sociedade e especialistas, destacando tensões sobre transparência, legitimidade e impactos ambientais.

Palavras-Chave: Portão do Inferno. Chapada dos Guimarães. MT-251. Enquadramento midiático. Obras públicas.

³⁹ Mestrando em Comunicação e Poder pelo PPGCOM/UFMT, membro do grupo de pesquisa “ECOleidoscópio: olhares entrecruzados sobre meio ambiente”. E-mail: renancamiran@gmail.com.

⁴⁰ Doutora em Estudos da Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/UFMT). Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: nealla.machado@gmail.com.

⁴¹ Doutora em Educação (UFU), Mestra em Comunicação. Professora do PPGCOM/UFMT e do curso de Jornalismo do Campus Araguaia da UFMT. Membro e líder do grupo de pesquisa “ECOleidoscópio: olhares entrecruzados sobre meio ambiente”. E-mail: jocienebf@gmail.com.

Chapada dos Guimarães, um dos principais destinos turísticos e ecológicos de Mato Grosso, abriga o Portão do Inferno, “um mirante pertencente ao Parque Nacional da Chapada [...] região bastante frágil por encontrar-se sobre a borda de um paredão de arenito”, às margens da MT-251 (ICMBio, 2020, p. 122). Entre 2023 e 2024, os desmoronamentos intensificaram-se, forçando o governo a apresentar soluções emergenciais para preservar a segurança dos usuários da rodovia. A opção pelo retaludamento gerou controvérsias técnicas e sociais, especialmente pelo risco ambiental e patrimonial em uma formação com cerca de 500 milhões de anos (ICMBio, 2020).

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada na teoria do enquadramento (Entman, 1993; Goffman, 1974) e nos estudos de Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017). O corpus compreende 48 matérias do portal G1 Mato Grosso localizadas por meio de busca avançada no Google, utilizando as seguintes palavras-chave: obra; MT-251; Portão do Inferno; Chapada. Já os operadores booleanos utilizados foram: portão do inferno OR Chapada OR Chapada dos Guimarães OR túnel OR retaludamento OR governo Mato Grosso OR Mauro Mendes OR desmoronamento OR deslizamento. Desses textos, foram extraídos 177 fragmentos em frases *ipsis litteris*, utilizados para identificar sete enquadramentos: decisões governamentais, reações populares, controvérsias técnicas, impactos sociais e econômicos, legitimidade, responsabilidade ambiental e soluções alternativas.

A análise foi estruturada segundo as fases propostas por Entman (1993): definição do problema, identificação das causas, julgamento moral e soluções propostas, sintetizadas no Quadro 1. A recorrência das fontes foi contabilizada manualmente, embora sem frequência sistematizada nesta etapa, por tratar-se de recorte preliminar de pesquisa em andamento. A questão que orienta o estudo é: como os enquadramentos midiáticos representaram a evolução dos posicionamentos do Governo de Mato Grosso em relação às obras no Portão do Inferno e de que modo

essa mediação construiu sentidos sobre a relação entre governo, sociedade e conhecimento técnico-científico?

Os desmoronamentos na MT-251, em Chapada dos Guimarães, configuram-se como acontecimentos naturais que rompem a normalidade e mobilizam sentidos e ações sociais (França, 2012; Queré, 2005). Ao desencadearem novos episódios, a discussão midiática evidencia o posicionamento do Governo de Mato Grosso na tentativa de solucionar o caso. Contudo, por situar-se em área ambiental protegida, a opção de retaludamento da encosta, proposta pelo governo como opção menos onerosa, além de provocar impactos irreversíveis, recebeu críticas de técnicos e da sociedade, que a consideraram inadequada.

O Quadro 1 demonstra como essas fases se materializam nas matérias analisadas, destacando olhares da cobertura, sobretudo de governo, especialistas e população.

Fases	Descrição
Definição do problema	As matérias destacam como problemas centrais: o risco iminente de desmoronamentos no Portão do Inferno, que coloca vidas humanas em perigo; as constantes interdições da MT-251, que comprometem o turismo, o comércio local e a mobilidade entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães; e os impactos ambientais e paisagísticos provocados pelas obras propostas pelo governo, sobretudo o projeto de retaludamento.
Identificação das causas	Apontam-se como causas principais os fatores naturais (chuvas intensas, fragilidade geológica da região); o atraso nas obras, devido à demora na liberação da licença ambiental por parte do Ibama e ICMBio; e os danos socioambientais, atribuídos às decisões do governo estadual que desconsideravam pareceres técnicos, estudos prévios e a participação popular. As manifestações populares também são causadas pela insatisfação com os efeitos das interdições no cotidiano da população e com a falta de escuta por parte do governo.
Julgamento moral	A insistência do governo Mauro Mendes em executar o projeto de retaludamento, mesmo diante de pareceres técnicos contrários e protestos da população e especialistas, é criticada nas matérias por meio de vozes da sociedade civil, entidades ambientais e pesquisadores. O silêncio prolongado do governador, sua ausência nas falas públicas e a condução centralizada do processo sugerem uma postura autoritária e pouco transparente. Há implícita responsabilização moral do Estado pelos danos ambientais e sociais já causados.

Soluções propostas	Entre as soluções sugeridas estão: a adoção de alternativas menos impactantes, como a construção de um túnel ou viaduto; a revisão do projeto técnico inicial; a realização de estudos geológicos mais aprofundados e com sondagens; maior transparência nas decisões; e a participação ativa da população e de entidades técnicas na definição da solução definitiva. Também é defendida a suspensão do estado de emergência, uma vez que as obras seguem em ritmo lento e sem justificativas técnicas robustas.
---------------------------	---

Quadro 1: Fases dos enquadramentos do G1 e suas descrições

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise do Quadro 1 mostra que o G1 restringe-se a uma narrativa factual, privilegiando a descrição dos acontecimentos sem avançar para postura crítica ou propositiva diante das decisões governamentais. Essa abordagem tangencia o debate ambiental ao não incorporar a “assimilação do saber ambiental”, limitando-se a reproduzir reações populares e controvérsias técnicas já conhecidas. Observa-se ainda a recorrência de fontes e de informações repetidas em diversas matérias, sem abertura a novas perspectivas, o que compromete pilares fundamentais do Jornalismo Ambiental, como o “comprometimento com a qualificação da informação” e a “pluralidade de vozes” (Loose; Girardi, 2017, p. 158-159).

Ademais, evidencia-se uma postura do governo, próxima à necropolítica descrita por Mbembe (2018), ao decidir o que deve morrer, representado pelos recursos ambientais, e o que deve viver, representado pelo capital. Sustentado pelo G1, que ao manter um relato predominantemente descritivo, reforça um enquadramento pouco confrontativo, distanciando-se do papel de mediador crítico entre Estado, ciência e sociedade e evidenciando a necessidade de adequação aos preceitos do Jornalismo Ambiental.

Durante a realização da pesquisa, as obras já haviam sido suspensas por determinação do Ministério Público de Mato Grosso, que apontou sua inviabilidade, ainda que parte do morro já estivesse destruída. A última matéria, publicada em junho de 2025, retoma uma alternativa discutida antes mesmo do início da intervenção: a construção de um túnel, considerada menos impactante.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Visto que o acontecimento permanece sem solução, a pesquisa vai continuar para esclarecer quais serão os próximos passos do governo de Mato Grosso, bem como as consequências.

Referências

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANÇA, Vera Veiga. **O acontecimento e a mídia**. Galáxia: Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, n. 24, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Guimaraes**. Brasília: ICMBio, 2024.

LOOSE, Eloisa Beling; Girardi, Ilza Maria Tourinho. **O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. Interin, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte e Ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Lisboa, n. 6, 2005.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

O papel do jornalismo na disputa pela marginal direita do Rio Sorocaba⁴²

Vanessa Aparecida Ferranti⁴³

Resumo: Este artigo analisa a cobertura do Portal Porque, de Sorocaba, sobre a proposta de construção da marginal direita do Rio Sorocaba, relacionando o conteúdo ao conceito de jornalismo ambiental discutido por Bueno (2007), por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). A pesquisa identifica reportagens publicadas entre 2024 e 2025, destacando o modo como o veículo trouxe à tona impactos ambientais, reações do Ministério Público, críticas de especialistas e manifestações da sociedade. Considerou-se que a atuação jornalística reforça a importância da imprensa no sentido de mobilizar a sociedade em relação ao meio ambiente e os impactos que as ações humanas podem causar, podendo gerar, e/ou potencializar, desastres ambientais, como as enchentes.

Palavras-Chave: Marginal direita. Rio Sorocaba. Jornalismo Ambiental. Enchentes. Manifestação.

O Jornalismo Ambiental, conforme Bueno (2007), deve ser compreendido como uma extensão do jornalismo em seu sentido mais amplo: prática comprometida com o interesse público, a democratização da informação e o estímulo ao debate social.

⁴² Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada exclusivamente para o IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, sendo um recorte da dissertação que está em desenvolvimento pela mestrandra.

⁴³ Dados do autor: Universidade de Sorocaba (Uniso), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCC), mestrandra, vanessa.ferranti@hotmail.com.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Para cumprir sua função social, ele deve atender a três funções: informativa, ao atualizar a sociedade sobre questões ambientais que afetam a vida cotidiana; educacional, ao explicar causas e consequências dos problemas e propor caminhos de transformação; e política, entendida como a necessidade de posicionamento crítico diante de disputas e resistências ao avanço de pautas ambientais.

Para superar barreiras é necessário compreender o Jornalismo Ambiental como prática que vai além da transmissão de informações, atuando como espaço de mediação entre ciência e sociedade, garantindo visibilidade a vozes marginalizadas e resistindo aos interesses corporativos, financeiros ou políticos.

O Rio Sorocaba, principal afluente da margem esquerda do Rio Tietê, possui cerca de 227 quilômetros e atravessa 22 municípios (Smith, 2003). Em Sorocaba, o rio divide espaço com a Avenida Dom Aguirre, marginal esquerda, uma das principais vias da cidade.

Ao longo dos anos, o manancial foi alvo de intervenções humanas que alteraram suas características e ampliaram as enchentes.

Mesmo após obras de desassoreamento, episódios recentes mostram a permanência e intensificação do problema. Neste contexto, a proposta de construção da marginal direita reacende o debate. Ambientalistas, especialistas e órgãos públicos alertam que a obra ameaça suprimir áreas de mata ciliar e várzeas, podendo aumentar os alagamentos em um território já marcado por enchentes recorrentes (Portal Porque, 2024). A Prefeitura, porém, defende que a via reduzirá o trânsito na cidade (Cruzeiro do Sul, 2024).

O Portal Porque é um veículo online que cobre cidades da região, com foco em Sorocaba. Criado em agosto de 2021, o veículo de comunicação declara-se nas redes como independente e crítico. Possui ligação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba (Smetal) e se mostra abertamente contrário ao atual governo do prefeito Rodrigo Manga (Republicanos). Das 44 reportagens encontradas no veículo de



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

comunicação sobre o tema, para este artigo, foram selecionadas seis reportagens: duas iniciais, duas do meio e duas finais.

A primeira matéria foi: “Se construída, nova marginal do Rio Sorocaba piorará enchentes, diz especialista”, publicada em 21 de maio de 2024. O texto aborda os planos de mobilidade urbana e relembra que enchentes já ocorrem na Avenida Dom Aguirre. Relata ainda a morte de uma mulher que ficou ilhada em seu veículo. A fonte principal é André Cordeiro, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Sorocaba, que explica os impactos da obra em áreas de fundo de vale. A Prefeitura foi questionada, mas não respondeu.

A segunda reportagem é “MP abre inquérito para apurar impactos ambientais da marginal direita do Rio Sorocaba”, publicada em 24 de julho de 2024. O promotor Jorge Alberto Marum destaca que a obra incide sobre áreas alagadiças e de preservação permanente e cita a matéria anterior no inquérito.

Do meio da cobertura, foram analisadas: “Campanha da Fraternidade sobre ecologia é oportunidade para discutir marginal direita do Rio Sorocaba, avaliam padres”, publicada em 5 de março de 2025, que ouve religiosos e relaciona a campanha nacional ao caso local, e “Bloco Ressaca de Carnaval em defesa do Rio Sorocaba agita o Vitória Régia neste domingo”, publicada em 6 de março de 2025, que divulga manifestação cultural contra a obra.

Entre as últimas, estão: “Advogada de proprietário nega devastação em terreno na marginal direita”, publicada em 21 de agosto de 2025, sobre denúncia de moradores e resposta da defesa, e “Ambientalistas encontram ‘nascentes’ onde Prefeitura quer fazer nova marginal”, publicada em 1º de setembro de 2025, que registra ação de defensores ambientais e a ausência de resposta da Prefeitura e da Cetesb.

Nota-se que a primeira reportagem expôs o problema e, logo em seguida, o Ministério Público reagiu, instaurando inquérito. Com o tempo, a oposição à marginal direita ganhou força em diferentes esferas, com apoio de padres e foliões. Nas últimas



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

matérias, surgem ações concretas, como denúncias e análises técnicas, indicando que o movimento se consolidou.

O jornalismo exerceu influência importante: a primeira reportagem originou ação do MP, enquanto a cobertura de eventos estimulou novas atitudes da população. O crescimento do movimento envolve outros fatores, mas a imprensa contribuiu ao dar visibilidade e legitimar as denúncias.

As reportagens analisadas cumprem funções do Jornalismo Ambiental ao estimular o diálogo, ouvir especialistas e sociedade, questionar o poder público e se posicionar diante de riscos ambientais. Além de papel social e político, a cobertura reforça a defesa do rio e alerta para os possíveis desastres associados à obra, como o agravamento das enchentes.

Referências

ANDRADE, Paulo. Campanha da Fraternidade sobre ecologia é oportunidade para discutir marginal direita do Rio Sorocaba, avaliam padres. **Portal Porque**, Sorocaba, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/campanha-da-fraternidade-sobre-ecologia-e-oportunidade-para-discutir-marginal-direita-do-rio-sorocaba-avaliam-padres/>. Acesso em: 3 set. 2025.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: Explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BLAZECK SORRILHA, Fabiana. Se construída, nova marginal do Rio Sorocaba piorará enchentes, diz especialista. **Portal Porque**, Sorocaba, 2024. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/se-construida-nova-marginal-do-rio-sorocaba-piorara-enchentes-diz-especialista/>. Acesso em: 3 set. 2025.

BLAZECK SORRILHA, Fabiana. Ambientalistas encontram nascentes onde Prefeitura quer fazer nova marginal. **Portal Porque**, Sorocaba, 1 set. 2025. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/ambientalistas-encontram-nascentes-onde-prefeitura-quer-fazer-nova-marginal/#:~:text=Defensores%20do%20meio%20ambiente%20registraram,maior%20prote%C3%A7%C3%A3o%20de%20interesse%20ambiental>. Acesso em: 3 set. 2025.

FERRANTI, Vanessa. Município segue com projeto para marginal direita. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 18 maio 2024. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2024/05/733086-municipio-segue-com-projeto-para-marginal-direita.html>. Acesso em: 3 set. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados**: Sorocaba. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sorocaba.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MAKHOUL, Fábio Jammal. MP abre inquérito para apurar impactos ambientais da marginal direita do Rio Sorocaba. **Portal Porque**, Sorocaba, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/mp-abre-inquerito-para-apurar-impactos-ambientais-da-marginal-direita-do-rio-sorocaba/>. Acesso em: 3 set. 2025.

PORTAL PORQUE. Bloco Ressaca de Carnaval em defesa do Rio Sorocaba acontece domingo no Vitoria Régia. **Portal Porque**, Sorocaba, 6 mar. 2025. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/bloco-ressaca-de-carnaval-em-defesa-do-rio-sorocaba-acontece-domingo-no-vitoria-regia/>. Acesso em: 3 set. 2025.

PORTAL PORQUE. Advogada de proprietário nega devastação em terreno na marginal direita. **Portal Porque**, Sorocaba, 31 ago. 2025. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/advogada-de-proprietario-nega-devastacao-em-terreno-na-marginal-direita/#:~:text=A%20advogada%20do%20propriet%C3%A1rio%20do,marginal%20direita%20do%20Rio%20Sorocaba>. Acesso em: 3 set. 2025.

SMITH, Welber Senteio. **Os peixes do rio Sorocaba: a história de uma bacia hidrográfica**. Sorocaba, SP: Editora TCM, 2003.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Conflitos socioambientais em pauta no Jornalismo Ambiental: os casos de Cajueiro (São Luís, MA) e Piquiá de Baixo (Açailândia, MA) ⁴⁴

Idayane da Silva Ferreira⁴⁵

Roseane Arcanjo Pinheiro⁴⁶

Yanna Duarte Arrais⁴⁷

Resumo: Este trabalho analisa a cobertura do Jornalismo Ambiental no Maranhão, com foco nos conflitos socioambientais em Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021. A partir da reflexão de seis jornalistas ambientais, a pesquisa revela que, apesar de possuírem conhecimento prático, os profissionais enfrentam desafios significativos como a falta de dados ambientais e o silêncio das empresas e governo sobre as violações de direitos. Além disso, precisam lidar com a complexidade dos assuntos, a falta de dados precisos, a pressão de diversos grupos sociais e limitações impostas pela própria prática profissional, tais como o tempo, espaço e a prioridade que os veículos de comunicação dão a essa pauta.

⁴⁴ O presente artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado em Comunicação, pelo PPGCOM-UFMA, intitulado Processos de apuração jornalística na cobertura dos conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021.

⁴⁵ Jornalista e ilustradora. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM-UFMA). Especialista em Comunicação Empresarial e Institucional (UFMA). Atualmente é pós-graduanda em Jornalismo de dados, Inteligência artificial e netnografia (UFPA-FACOM). E-mail: idayaneferreira@gmail.com.

⁴⁶ Professora adjunta do Curso de Comunicação Social - habilitação Jornalismo e do Mestrado em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). E-mail: roseaneufma@gmail.com.

⁴⁷ Jornalista com atuação em direitos humanos, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Atualmente, mestrandona em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma instituição. E-mail: yannaduarte99@gmail.com.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental. Conflitos socioambientais. Maranhão. Piquiá de Baixo. Cajueiro.

Os conflitos que surgem da apropriação dos recursos naturais, chamados por Acselrad (2004) de "conflitos socioambientais", são mais do que meras questões técnicas; são embates políticos e sociais profundos, que revelam as diferentes relações de poder e visões de mundo. Zhouri e Laschefski (2010) reforçam essa ideia, destacando que a origem desses conflitos nem sempre é a ocupação de um território, mas sim a divergência que começa na fase de planejamento, quando a visão de um empreendimento se choca com a realidade das comunidades locais.

O Jornalismo Ambiental se mostra essencial para dar visibilidade a esses problemas. Bueno (2007) define essa área como o processo de coletar e produzir informações sobre ecologia, fauna e flora, tornando-as acessíveis a um público mais amplo. No entanto, sua função vai além da simples informação. Através de seu papel pedagógico, o jornalismo ambiental educa sobre as causas e soluções dos problemas ambientais. Politicamente, ele mobiliza a sociedade para resistir aos interesses que promovem a degradação e a injustiça social.

A cobertura de conflitos socioambientais apresenta desafios únicos para os jornalistas. Além dos constrangimentos organizacionais, como a pressão comercial e a escassez de recursos, que podem resultar em reportagens superficiais, eles precisam equilibrar a objetividade com a proteção das fontes e comunidades vulneráveis.

Neste trabalho analisamos a cobertura de dois casos emblemáticos: as comunidades de Piquiá de Baixo, em Açaílândia, e de Cajueiro, em São Luís. Ambas se tornaram "zonas de sacrifício" em nome de um modelo de desenvolvimento extrativista, convivendo há décadas com a poluição, a perda de territórios e a ameaça



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

de grandes empreendimentos. A pesquisa, baseada em questionários e entrevistas com seis jornalistas ambientais que cobriram esses casos entre 2015 e 2021, busca entender suas percepções, estratégias e os desafios enfrentados na cobertura dessas comunidades.

Após a busca inicial e uma triagem de 57 matérias, 13 foram selecionadas, levando à identificação de sete jornalistas. Seis desses profissionais participaram da pesquisa por meio de questionários e entrevistas aprofundadas. O objetivo era entender suas percepções sobre o Jornalismo Ambiental, as ferramentas de apuração que usam, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), o papel de governos e organizações e, principalmente, os desafios que enfrentam ao cobrir esses conflitos.

Os jornalistas entrevistados foram identificados por pseudônimos. Eles são homens e mulheres entre 25 e 61 anos, com tempo de atuação profissional variando de quatro a 36 anos. Residiam em diferentes cidades, como São Luís, São Paulo e Imperatriz. Todos possuíam formação em jornalismo. A maioria atuava em veículos distintos e cobriam com frequência pautas ligadas ao meio ambiente e aos direitos humanos, incluindo temas como movimentos sociais, conflitos e questões de povos e comunidades tradicionais.

Apesar da experiência na área, apenas uma das jornalistas possuía formação específica em cobertura ambiental. Os demais aprenderam na prática, trocando experiências com colegas. Suas percepções sobre o Jornalismo Ambiental destacam a necessidade de ir além dos impactos ambientais, abordando também as complexas questões sociais envolvidas. O uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) é baixo entre eles; embora todos a conheçam, apenas um dos jornalistas disse que a utiliza com frequência, em parte devido à falta de familiaridade com os procedimentos para solicitação e à urgência de suas pautas.

Em busca de informações, os jornalistas recorrem a diversas fontes. Bancos de dados e relatórios de instituições especializadas são frequentemente citados. Além disso, a pesquisa em grupos universitários e o contato com movimentos sociais e



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

organizações do terceiro setor são considerados essenciais. No entanto, os jornalistas reconhecem que todas as partes (organizações, empresas e governos) têm seus próprios interesses, o que reforça a necessidade de verificar as informações pessoalmente e dar espaço para que todos os envolvidos se manifestem.

O acesso a dados estaduais é apontado como um dos maiores desafios. Os jornalistas relataram grande dificuldade em obter informações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, especialmente em relação a licenciamentos ambientais. Para contornar a falta de transparência, um dos jornalistas explicou recorrer a ferramentas como o CruzaGrafos da Abraji e a dados da Junta Comercial para apurar informações sobre as empresas. Quando denunciadas, as empresas e os órgãos governamentais geralmente se manifestam por meio de notas institucionais ou, em alguns casos, optam pelo silêncio, uma postura que, na visão dos jornalistas, pode reforçar as denúncias.

As pressões editoriais também foram mencionadas. Uma das jornalistas, relatou a necessidade de conciliar pautas de interesse social, como a ambiental, com outras que geram mais cliques. A realidade de quem trabalha em veículos menores e independentes é diferente, com a aprovação das pautas dependendo do alinhamento com a linha editorial. Para os jornalistas que não residem no Maranhão, o interesse de seus veículos em cobrir diferentes regiões do país abriu portas para a realização de reportagens sobre os conflitos locais.

Em síntese, os entrevistados apontam uma série de obstáculos para a cobertura de conflitos socioambientais: a dificuldade de acesso a dados oficiais, o clima de insegurança nos territórios, a falta de financiamento para reportagens aprofundadas e a perseguição a jornalistas. Além disso, destacam a falta de transparência do governo e de empresas e as tentativas de descredibilizar seu trabalho. Os desafios são grandes, mas o engajamento de redes de apoio e de veículos independentes tem sido fundamental para que essas histórias cheguem ao conhecimento do público.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 15, 2007. DOI: 10.5380/dma.v15i0.11897. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 488 p.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Protagonismo socioambiental e do pertencimento: análise de discursos de sites jornalísticos a respeito de comunidades vítimas de incêndios em Roraima ⁴⁸

Daniela Batista da Silva ⁴⁹

Simão Farias Almeida ⁵⁰

Resumo: Este artigo traz a síntese da análise sobre a representação da crise de incêndios florestais em Roraima no ano de 2024, quando o discurso midiático constituiu um campo de disputa de rationalidades econômicas e socioambientais sobre a relação entre sociedade e natureza, e não apenas um registro neutro. A metodologia utilizada é a análise (pós) fenomenológica de discurso aplicada a duas reportagens dos sites *Amazônia Real* e *Instituto Socioambiental*, fundamentada também nas perspectivas epistemológicas e teóricas de comunidade e pertencimento segundo Enrique Leff (2009), Homi Bhabha (1998) e Terry Eagleton (2003). Os resultados mostram o rompimento com a hierarquia tradicional de fontes, conferindo mediação ao protagonismo a vozes indígenas, comunitárias e seus valores sociobioculturais.

Palavras-Chave: Comunidade. Cultura do pertencimento. Epistemologia socioambiental. Discurso jornalístico. Queimadas.

⁴⁸ Trabalho resultante da disciplina Teorias e epistemologia da comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima.

⁴⁹ Daniela B. Silva é mestrandona em comunicação pela Universidade Federal de Roraima, e-mail: db2909993@gmail.com.

⁵⁰ Simão Farias Almeida é Professor Doutor da Universidade Federal de Roraima, e-mail: simaofariasfarias@gmail.com.

A análise proposta das reportagens “Incêndios em Roraima avançam para terras indígenas” e “Roraima está queimando”: recorde de calor gera incêndios em Terras Indígenas e deixa capital coberta pela fumaça”, respectivamente, dos sites Amazônia Real e Instituto Socioambiental, a respeito dos impactos no extremo norte do país (2024), parte da problematização do conceito de comunidade, frequentemente tratado de forma homogênea e estática. Em vez de concebê-la como um espaço de consenso e harmonia, a comunidade deve ser entendida numa construção cultural e identitária em constante transformação, marcada por tensões, conflitos e disputas de sentido. Nesse percurso, a reflexão teórica organiza-se em uma progressão que contempla a comunidade enquanto construção cultural, sua complexificação em contextos de hibridismo e, posteriormente, sua articulação com a dimensão socioambiental. As contribuições de Terry Eagleton (2003), Homi Bhabha (1998) e Enrique Leff (2009) orientam essa discussão, oferecendo as bases para compreender a comunidade simultaneamente como espaço de pertencimento e campo de conflitos constitutivos.

Terry Eagleton (2003) critica a concepção segundo a qual a cultura deveria preceder a política na condição para o exercício da cidadania. Conforme aponta o autor, esse tipo de hierarquização, ao colocar a cultura em posição superior, elimina o conflito, elemento essencial da política e cria a ilusão de uma comunidade harmônica e consensual. Tal perspectiva é arriscada porque desconsidera a multiplicidade de interesses, vozes e disputas que atravessam a vida coletiva. Ao relacionar cultura e comunidade, Eagleton (2003) comprehende a comunidade em uma experiência aberta de criação coletiva. Nesse sentido, ela não é homogênea, mas um espaço de resistência, reinvenção e crescimento, no qual as disputas entre hegemonia e contra-hegemonia tornam-se centrais.

Seguindo nessa direção, a perspectiva de Homi Bhabha (1998, p.20) amplia a compreensão ao introduzir a noção dos “entre-lugares”. Diferente das abordagens que

concebem a comunidade como unidade dada ou essência pré-determinada, Bhabha sugere a respeito da experiência coletiva produzida em espaços intersticiais, que as identidades e diferenças não são eliminadas, mas negociadas. Esses entre-lugares tornam-se centrais para compreender a constituição da comunidade enquanto articulação discursiva instável e processual, na qual os sentidos emergem do encontro entre temporalidades, vozes e perspectivas heterogêneas. Segundo Bhabha, a identidade cultural não é fixa, mas resultado de hibridismos, revelando-se na tensão entre o familiar e o estranho, o hegemônico e o subalterno. Essa abordagem desestabiliza narrativas de coesão identitária, mostrando que a comunidade deve ser lida num campo tanto de pertencimento, quanto de disputas e negociações culturais.

Por sua vez, Enrique Leff (2009) desloca o debate ao incorporar a dimensão socioambiental. Sua crítica ao paradigma moderno-colonial mostra como a racionalidade ocidental reduziu a natureza à condição de recurso e as comunidades à fornecedoras de bens primários. Com a noção de racionalidade ambiental, Leff (2009) valoriza os modos de vida e conhecimentos tradicionais na relação de manejo sustentável com os territórios, compreendendo a comunidade em um espaço de reapropriação, resistência epistêmica e autogestão. O autor legitima que a diversidade cultural e ecológica não deve ser entendida apenas como herança simbólica, mas potencial para questionar os modelos de desenvolvimento impostos pela modernidade.

A articulação dos pensamentos de Eagleton (2003), Bhabha (1998) e Leff (2009) permite compreender que os discursos sobre comunidade não são neutros, mas atravessados por racionalidades distintas e frequentemente conflitantes. Essa perspectiva fornece ferramentas para a análise crítica do jornalismo em contextos de crise ambiental, conforme demonstram notícias que abordam os incêndios em Roraima. Tais narrativas evidenciam tensões entre a cultura dominante urbana mobilizada a tratar o fogo como problema técnico ou mero incômodo passageiro, e as racionalidades indígenas capazes de compreender os incêndios como ameaça à

existência coletiva, vinculada a processos históricos de exploração e expropriação territorial.

A análise (pós)fenomenológica do discurso (Grupo de pesquisa mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia, s. d.) das reportagens dos sites Amazônia Real e Instituto Socioambiental sobre os incêndios em Roraima (2024), a partir da compreensão de sentidos em disputas de acordo com gêneros, práticas e processos jornalísticos e à luz do referencial epistemológico e teórico adotado, em síntese, evidencia como o jornalismo pode atuar diante do choque entre a racionalidade econômica da visão urbana e oficial, que reduz o fogo a um problema técnico ou a um incômodo passageiro e a racionalidade ambiental das comunidades indígenas, para quem o fogo representa uma ameaça existencial. Ao dar voz a líderes e moradores, os textos rompem a hierarquia tradicional de fontes e trazem à tona discursos convergentes de saberes tradicionais e análise de políticas públicas, constituindo uma visão de mundo híbrida, no sentido proposto por Bhabha (1998), e de reinvenção e resistência socioambiental nos termos de Eagleton (2003) e Leff (2009).

Ao centralizar as vozes comunitárias, as reportagens desestabilizam a narrativa dominante, articulando diferentes formas de conhecimento e desafiando a racionalidade do agronegócio e das instâncias políticas oficiais. Assim, a comunidade aparece não como uma unidade estável, mas espaço dinâmico de disputa, criação de alternativas e produção de novos sentidos.

Referências

AMAZÔNIA REAL. “Incêndios em Roraima avançam para terras indígenas”. **Amazônia Real**, on-line, s.d. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/incendios-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. "Roraima está queimando': recorde de calor gera incêndios em Terras Indígenas e deixa capital coberta pela fumaça". **Instituto Socioambiental**, on-line, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/roraima-esta-queimando-recorde-de-calor-gera-incendios-em-terrass-indigenas>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e. Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes: Petrópolis - RJ, 2009.

GRUPO DE PESQUISA MÍDIA, CONHECIMENTO E MEIO AMBIENTE: OLHARES DA AMAZÔNIA. **Roteiro de análise de discursos no jornalismo**. Disponível em: meublogsimao.blogspot.com. Acesso em: 15 ago. 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Inteligência Artificial no combate à desinformação: o caso da *Ambiental Media*

Isabela Paulino Assis⁵¹

Liliane de Lucena Ito⁵²

Resumo: O termo "fake news" destacou-se em 2016, mas a Unesco propôs sua divisão em três categorias: má-informação, desinformação e informação incorreta. Esta pesquisa concentra-se na desinformação, disseminação intencional de informações falsas. No Brasil, essa prática afeta o debate ambiental, sendo impulsionada por grupos com interesses econômicos e políticos. A infodemia socioambiental cresce com o uso das redes sociais e traz a necessidade do jornalismo se renovar. Em resposta, surgiram estratégias como a checagem de fatos e o uso de inteligência artificial, mas com constante monitoramento ético. Neste cenário, destaca-se o desenvolvimento da Capí, chatbot do veículo *Ambiental Media*, criado para combater a desinformação ambiental.

Palavras-Chave: Desinformação. Inteligência Artificial. Infodemia. Checagem de fatos. Meio Ambiente.

Este trabalho concentra-se na desinformação, disseminação intencional de informações falsas e tem como objeto de estudo, o impacto e o desenvolvimento do *chatbot*, Capí, um veículo da *Ambiental Media*, produzido com apoio do Fundo de Inovação Contra a Desinformação (Codesinfo) e realizado pelo Projor com patrocínio

⁵¹ Universidade Estadual Paulista, FAAC, discente de graduação, isabela.paulino@unesp.br.

⁵² Universidade Estadual Paulista, FAAC, docente, liliane.ito@unesp.br.

do Google News Initiative. Este chatbot foi desenvolvido especificamente para combater a desinformação sobre meio ambiente e mudanças climáticas.

Para ter respostas confiáveis, o banco de dados do Capí é composto por reportagens produzidas pelo veículo e, também, por relatórios e estudos científicos de instituições que são referência na produção de conhecimento sobre mudanças climáticas e meio ambiente, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (*Ambiental Media*, 2024).

A iniciativa surge no contexto de processos sociais de desinformação crescente. De acordo com o Manual da Desinformação da Unesco, desinformação “é uma informação falsa e a pessoa que a divulga sabe que é falsa”. Sendo assim, a produção de conteúdos já é feita com a intenção de desinformar o público (Derakhshan; Wardle, 2017), o que não corresponde aos critérios jornalísticos de divulgação da verdade factual. Os conteúdos surgem não mais na intenção de informar, mas de desinformar intencionalmente para benefícios políticos, econômicos ou sociais.

Entre as áreas mais afetadas pelas notícias falsas, a do meio ambiente apresentou um crescimento na divulgação de dados e informações falsas que contradizem a ciência (Santini; Barros, 2022). A consequência foi a infodemia socioambiental, que é incentivada, principalmente, pelos grupos de extrema-direita no Brasil ao propagarem mentiras e dados falsos sobre meio ambiente, sob interesses econômicos e políticos. (Netlab, 2023)

A Organização Pan-Americana de Saúde declarou infodemia como “um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico”. A mesma organização reforçou o cenário de infodemia como sendo muito danoso, já que “surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informação com intenção duvidosa”. A onda de desinformação também é intensificada e ampliada na

era da informação com as redes sociais, que a propaga de forma ágil e sem limites geográficos (Opas, 2020, on-line).

O relatório *Edelman Trust Barometer*, de 2024, trouxe informações sobre a transferência do papel de autoridade na sociedade brasileira e mundial. De acordo com o estudo, as pessoas passaram a confiar mais em seus pares para obter informações do que em jornalistas e cientistas. No Brasil, enquanto 80% dos entrevistados confia em seus pares, 75% confiam em cientistas e apenas 49% confiam em jornalistas.

O combate à desinformação trouxe a necessidade e a oportunidade do jornalismo adaptar e inovar sua produção. Um dos métodos adotados foi a checagem de fatos, que anteriormente tinha um outro significado para a profissão. Os verificadores de fatos pré-internet, eram responsáveis por revisar e analisar o que os repórteres apuravam em seus textos, e essa prática foi iniciada, no Ocidente, pelas grandes revistas norte-americanas, como a *Time* na década de 1920 (Scriber, 2016).

Entretanto, com as mídias sociais, tornou-se mais comum a checagem de fatos *ex post*, que analisa o conteúdo informativo depois de este ser divulgado e se tornar relevante na discussão social (Mantzarlis, 2019). Esse tipo de checagem surgiu em 2003 com um projeto do *Annenberg Public Policy Center* da Universidade da Pensilvânia intitulado *Factcheck.org* e, em 2005, o *Channel 4 Fact Check*. Ambos projetos surgiram com o intuito de fazer uma checagem política das falas de autoridades.

Em 1956, surge o conceito de inteligência artificial (IA) com John McCarthy na Conferência de Dartmouth. Com o passar do tempo, a tecnologia se infiltrou ainda mais na vida cotidiana e, consequentemente, na forma de fazer jornalismo. Ainda que haja a discussão sobre a IA ocupar o espaço do jornalista, “nada indica que o jornalista será completamente substituído por sistemas de inteligência artificial, mas o convívio entre o homem e a máquina na área já é uma realidade” (Cardozo *et al.*, 2020).



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Neste contexto de desinformação e crescimento da tecnologia na área da comunicação, os veículos comunicacionais traçaram novos caminhos para conseguir manter a tecnologia, mas também combater a desinformação nas redes sociais e internet.

Os algoritmos usados pela IA, quando não são monitorados, podem ampliar os fatores de diferenças sociais, já que não têm nenhum compromisso com a transparência das informações e nem responsabilidade sobre o que é respondido (O'Neil, 2016). Assim sendo, para o uso no combate à desinformação, as plataformas geradas por IA devem ser monitoradas constantemente e embasadas por estudos e profissionais responsáveis. Assim, garante-se que a ferramenta está sendo usada para seu propósito inicial, entregando ao público a independência para análise das informações e a igualdade ao acesso à informação.

Referências

AMBIENTAL MEDIA. Sobre a Capí, 2024. Disponível em: <https://capi.ambiental.media/sobre> . Acesso em: 01 jun. 2025.

CARDOZO, Missila; FERRARI, Pollyana; BOARINI, Margareth. A inteligência artificial reconfigura a dinâmica comunicacional. **Paradoxos**, UFU, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 49-65, jan./jun. 2020.

DERAKHSHAN, H.; WARDLE, C. Information disorder: definitions. In: **Understanding and addressing the desinformation system**, 1., 2017, Filadélfia. *Annals...* Filadélfia: University of Pennsylvania, 2017. p. 5-12. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/03/The-Disinformation-Ecosystem-20180207-v2.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2025.

EDELMAN TRUST INSTITUTE. **Edelman Trust Barometer 2024**. Página 12. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/edelman-trust-barometer-2024> . Acesso em: 01 jun. 2025.

MANTZARLIS, A. Verificação dos Fatos. In: **Journalism, 'Fake News' & Disinformation: Handbook for Journalism Education and Training**. UNESCO, 2018. p. 87-102. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647> . Acesso em: 01 jun. 2025.

NETLAB. **Panorama da Infodemia Socioambiental**: Análise multiplataforma do ecossistema brasileiro de mídia digital (2021-2022). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.netlab.eco.ufrj.br/blog/panorama-da-infodemia-socioambiental-uma-analise-multiplataforma-do> . Acesso em: 01 jun. 2025.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction**: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown Publishing Group, 2016.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Kit de ferramentas de transformação digital. Página informativa n. 5, 5p. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14 . Acesso em: 01 jun. 2025.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5948, 2022.

SCRIBER, B. Who decides what's true in politics? A history of the rise of political fact-checking. **Poynter**, 2016. Disponível em: <https://www.poynter.org/news/who-decides-whats-true-politics-history-rise-political-fact-checking> . Acesso em: 01 jun. 2025.

Análise de notícias sobre as “árvore fake” na COP-30

Kaio Vinicius Magalhães Dias⁵³

Alessandra Pinto de Carvalho⁵⁴

Resumo: O trabalho analisa a cobertura jornalística sobre a instalação de “árvore artificiais” em Belém (PA), em março de 2025, no contexto da preparação urbana para a COP-30. Identificamos abordagens do jornalismo online sobre a polêmica com o uso do termo árvore para designar estruturas metálicas construídas pelo governo paraense. Enquanto a grande imprensa tende a reproduzir justificativas oficiais para o projeto paisagístico e minimizar críticas, veículos independentes e regionais enfatizam impactos ambientais e a desconexão da medida com a realidade amazônica. O estudo evidencia limites do jornalismo ambiental e abre espaço para pensar práticas narrativas sobre perspectivas locais e críticas estruturais.

Palavras-Chave: Jornalismo. Árvores artificiais. COP-30. Meio ambiente. Jornalismo Ambiental.

O presente trabalho realizou uma análise de textos jornalísticos sobre árvores artificiais implantadas em Belém pelo governo do Estado do Pará em março de 2025. O fato virou polêmica devido ao uso da palavra “árvore” na comunicação oficial em referência a estruturas feitas com vergalhões de ferro, no formato de árvore, que servem de suporte para plantas. Saber como o jornalismo atuou nesta contenda envolvendo tema ambiental na sede da COP-30 foi a questão norteadora do estudo.

⁵³ Graduando em Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. kaiodiias45132@gmail.com.

⁵⁴ Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. alesscar@ufrj.br.

A implementação desses suportes acendeu debates sobre modelos de urbanização e meio ambiente na cidade sede da conferência. A instalação faz parte de uma série de medidas do governo de Helder Barbalho para a realização da grande reunião de líderes mundiais, cientistas, organizações e representantes da sociedade civil a fim de debater sobre crise climática e ações concretas.

O estopim da crise parece ter sido o *release* da Secretaria de Comunicação (Secom) do governo estadual publicado no dia 25/03, no site da Agência Pará, órgão oficial de notícias, sob o título “Eco-árvores fornecem sombra e ventilação em obras da COP-30 na capital paraense, Belém”. A novidade eram as chamadas “árvores artificiais”, como solução para arborizar locais com pouco solo, inspiradas nas árvores inteligentes de Singapura.

Após a repercussão negativa nas redes sociais, a Secom editou o texto, mudou o título para “Jardins suspensos fornecem sombra em obras da COP 30 na capital paraense, Belém”, apagou o termo “árvore artificial” e adicionou nota de rodapé sobre a adequação das palavras ao objeto paisagístico. Esta alteração na redação também virou notícia.

O estudo sobre esse acontecimento em Belém foi motivado pelo interesse em saber se, além do registro sobre a derrapada do governo, o jornalismo aproveitou o *timing* para enriquecer discussões sobre meio ambiente ou se ficou preso a justificativas oficiais e críticas da população.

Para responder à questão desta pesquisa, foi aplicada a análise qualitativa de conteúdo (Laville; Dionne, 1999) em seis matérias publicadas nos sites de O Globo, Terra, UOL, G1 Pará, Sumaúma e Agência Cenarium, no período de 29/03 a 09/04/2025. A escolha das organizações busca angulações do assunto em veículos com abrangência nacional e regional. O estudo pretende expor limites do jornalismo ambiental e debater possibilidades de abordagem.

As unidades de análise são o título, o foco da matéria, nomes do objeto, as fontes e o desdobramento do tema. Para a discussão, usaremos como base as síndromes do jornalismo ambiental propostas por Bueno (2024).

O jornal O Globo, em 01/04/2025, publicou o texto “COP 30: governo do Pará aposta em ‘árvore artificiais’ para ampliar sombras, mas muda o nome do projeto após críticas”. O enfoque é na justificativa institucional para o uso das estruturas, traz críticas de um especialista e da ONG COP do Povo. Optou por não expandir o debate.

O G1 Pará publicou em 01/04/2025 a reportagem “COP 30: Entenda polêmica de 'jardins artificiais' que imitam árvores em Belém”. O subtítulo resume argumentos do texto e das fontes: “Sistema nomeado inicialmente de 'árvore artificiais' pelo governo causou polêmica nas redes sociais e é considerado controverso entre ambientalistas, paisagistas e entre a população civil.” Única matéria que tenta explicar os jardins suspensos, esta notícia traz detalhes do projeto, além da visão de especialistas e críticos, e aponta os limites da comparação com Singapura.

No portal Terra, o foco da notícia também foi a reverberação do acontecimento nas redes. Em 01/04/2025, com o título “Árvores artificiais ‘plantadas’ para a COP 30 causam polêmica nas redes sociais: ‘descaso e falta de conhecimento’”, o veículo emprega palavras que se repetem em outros veículos, como “polêmica”, “críticas” e “revolta”. Traz a defesa do governo, e, semelhante ao Globo, fecha o texto com a fala da ONG COP do Povo.

A plataforma Sumaúma publicou a notícia no dia 04/04/2025. Já no título observa-se a angulação crítica proposta pelo veículo: “‘Árvores fake’ são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a COP 30”. O texto menciona patrocinadores das obras e a derrubada de mangueiras na capital, apresenta a justificativa oficial e lança uma reflexão: ideias para proteção das mudanças climáticas poderiam vir da várzea amazônica.

Intitulada “COP 30: Governo do Pará é alvo de críticas por árvores artificiais”, a Revista Cenarium, de Manaus, partiu da crítica de lideranças, populações tradicionais



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

e especialistas para a publicação de 29/03/2025. Aponta desconexão do projeto com a realidade do território e os impactos ambientais da medida. Ao fim, apresentou a defesa do governo.

O UOL Notícias publicou, em 09/04/2025, a notícia “O que são ‘árvore sustentáveis’ que causaram revolta em Belém?”, tomando emprestado o adjetivo “sustentáveis” da propaganda oficial. Embora o texto inicie com a posição da COP do Povo, grande espaço é dedicado a justificativas do governo para o uso dos suportes metálicos, e a troca do termo “árvore artificiais” para “jardins suspensos”.

Um dos aspectos a ser destacado é o uso do termo “árvore artificiais”, que aparece em três dos seis títulos. Embora Sumaúma fale de “árvore fake”, apenas o G1 Pará foi explícito com “jardins artificiais que imitam árvores”. No corpo do texto, os jornalistas repetiram árvores sustentáveis, jardins suspensos e eco-árvores (expressões da Secom), além de suporte metálico - descrição mais neutra.

Quanto ao uso de fontes, todos os veículos apresentaram as defesas oficiais e as avaliações de especialistas (pesquisadores e paisagistas) e de associações como a COP do Povo, frequente na maioria das notícias.

Constatou-se que o foco do jornalismo foi a polêmica criada sobre o suporte de plantas, mas Sumaúma, G1 Pará e Cenarium foram além, ao dedicar linhas aos detalhes sobre o ambiente da região, explicando o projeto, os problemas e os impactos ecológicos e abrindo brechas para outros debates ligados ao tema.

Com base na categorização de Bueno (2024), observa-se neste caso, que a grande mídia sofre da síndrome da baleia encalhada, com foco na espetacularização e sensacionalismo sobre temas ambientais. A mídia regional se esforça para não cair na síndrome do zoom (foco excessivo), mas acaba, como todos os veículos, com sintomas da síndrome da “lattelização” das fontes.

O episódio estudado é um recorte entre ações diárias do jornalismo com uma rotina inflamada de fatos a serem tratados. Ainda assim, percebe-se que os jornalistas

podem ter fôlego para fugir de fórmulas prontas e dos releases bonitos das assessorias.

Referências

BUENO, Wilson **Jornalismo Ambiental: teoria, prática e pesquisa**. São Paulo: JORCOM/Comtexto Comunicação e Pesquisa, 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Porto Alegre: Editora UFMG/Artmed, 1999.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

O olhar decolonial na prática do Jornalismo Ambiental⁵⁵

Patrícia Kolling⁵⁶

Gustavo Lima Silva⁵⁷

Resumo: A proposta deste trabalho é refletir como a produção de uma pauta e de uma reportagem sobre a degradação do Rio Araguaia, em uma disciplina de Jornalismo Ambiental, pode tornar-se uma prática decolonial. Considera-se a epistemologia do Jornalismo Ambiental tanto no processo de apuração quanto de produção. A escolha das fontes, das imagens e das narrativas podem ser uma forma de desmantelar as relações de poderes, reconhecendo de maneira igualitária a heterogeneidade de saberes e de seres.

Palavras-Chave: Decolonial. Jornalismo Ambiental. Rio Araguaia. Desconstruir. Fontes.

Desconstruir é a atitude que direciona para uma pauta ambiental com um olhar, abordagem e perspectiva diferenciadas que contemplam os pressupostos do Jornalismo Ambiental. Inicialmente, é preciso desconstruir a ideia de que para haver uma pauta ambiental é necessário existir uma pesquisa científica com resultados comprovados, mostrando que um determinado rio está degradado, poluído, com menos peixes. Isso significa que, para uma pauta ambiental existir, muitas vezes vai

55 Este artigo resulta de reflexões do Projeto de Pesquisa Estudo das práticas e dos produtos comunicacionais e jornalísticos nos movimentos sociais de Mato Grosso e das atividades da disciplina de Jornalismo ambiental, semestre 2025/2, Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Araguaia.

56 Docente da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Araguaia, Doutora em Comunicação, e-mail: patikolling@gmail.com.

57 Discente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso, Graduando, e-mail: contatoglimagsilva@gmail.com.

bastar a existência de uma série de histórias de homens e mulheres ribeirinhos e/ou indígenas contextualizando suas vidas em volta do rio. Esta reflexão resulta de uma atividade de produção de uma reportagem audiovisual proposta na disciplina de Jornalismo Ambiental de um Curso de Jornalismo. Durante a disciplina, enquanto a pauta circulava buscando pesquisas científicas que mostrassem a degradação no Rio Araguaia, não houve avanços. Porém, quando se começou a focar a abordagem nos cidadãos que vivenciam as histórias, os mitos, as problemáticas do Rio Araguaia, que margeia nossa região, a produção avançou.

Esta prática em sala de aula leva-nos ao encontro da proposição de Torrico Villanueva (2019) a respeito da comunicação “ex-cêntrica”, aquela que rompe com o grupo “superior” e atravessa as fronteiras definidas pelo Ocidente, para pensar a partir das experiências da subalternidade, sendo essa comunicação uma rota alternativa ao proposto pelo “centro”. Nesta linha, Maldonado-Torres (2006, p.117) destaca a decolonialidade como “o desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”. Ou seja, ao iniciar uma apuração jornalística ouvindo pescadores, antigos garimpeiros e indígenas que fazem do rio o centro das suas vidas, estamos subvertendo a ordem da hierarquização do jornalismo ocidental, que conforme destaca Traquina (2005), segue uma série de regras institucionalizadas, entre elas, a de valorizar as fontes oficiais, aquelas que ocupam posição de autoridade em alguma organização e, por isso, são consideradas mais credíveis. Conforme as pesquisadoras Loose, Kolling e Capeletti (2023) a valorização das fontes oficiais reflete exatamente a relação de dominação e inferiorização do outro constituída no período colonial. Aqui não se propõe que a pauta deixe de fora as fontes oficiais e científicas, mas que a pauta não gire somente ao redor delas e que as fontes de vivências ou fontes cidadãs têm muito a dizer, a contar e a ensinar. Sendo assim, é preciso valorizar a diversidade de conhecimento sem hierarquizar uns como mais

importantes que outros. Girardi e Loose (2021, p. 320) destacam essa necessidade no Jornalismo Ambiental:

[...] é preciso decolonizar a prática, rompendo com a lógica hegemônica do pensamento científico binário e cartesiano, que fragmenta os conhecimentos, presente não apenas nas redações e outros espaços de trabalho, mas nas universidades e demais espaços de formação (Girardi e Loose, 2021, p. 320)

Compreendemos, então, que é preciso romper com as “caixinhas” em que colocamos os temas e as fontes no jornalismo. E isso se torna imprescindível no Jornalismo Ambiental, exatamente, porque as temáticas ambientais não permitem a segmentação, como diz a jornalista, Claudia Gaigher (2024): “é como se estivéssemos montando um grande quebra-cabeça, que sempre tem algo a mais para ser falado, pois uma coisa puxa a outra”. Ela também compara a pauta ambiental a um novelo de lã, em que o fato é apenas o início, e que não pode estar isolado, mas perpassado pelo que aconteceu antes e pelas consequências. Este aspecto ficou muito evidente ao começarmos a discutir em sala de aula a pauta sobre a degradação do Rio Araguaia, vindo à tona aspectos sociais como a redução do número de pescadores na região, impactos na economia regional com a diminuição das áreas de depósitos de areia nas praias, as relações do assoreamento com o agronegócio, a diminuição da quantidade de água no rio e de peixes relacionada às mudanças climáticas. Enfim, todos aspectos vão se conectando na constituição de uma pauta que fala de meio ambiente, de economia, de política, do social.

Se a conexão é natural e evidente, não é mais aceitável que o meio ambiente seja concebido e pensado como algo externo a nós, como algo a ser dominado por nós, humanos. Para os povos indígenas e também para muitos povos tradicionais, essa separação não existe. “Todos formamos uma cadeia única e sagrada de vida, por isso, a atitude de respeito em relação à natureza”, explica Baniwa (2006, p. 101). Percebemos na sabedoria indígena, uma prática de coexistência e uma relação de

igualdade entre diferentes formas de vida, que não é coerente na dominação e nas hierarquias. É esta relação que precisamos tentar documentar, pois como ressalta Bueno (2007, p.36), existe a necessidade desse jornalismo potencializar uma perspectiva holística e multidisciplinar: “o saber ambiental [...] é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais”.

Esta relação, porém, que escuta diferentes vozes, que desfaz dicotomias e que incorpora formas outras de fazer jornalismo, não pode acontecer somente na escolha e na relação com as fontes; precisa acontecer nas nossas relações de aprendizagem e de trabalho em equipe, inclusive na relação entre professores e estudantes. É preciso desconstruir hierarquias para se reconstruir.

Integrar as fontes ribeirinhas e indígenas nas produções jornalísticas significa que, além de serem entrevistadas, essas pessoas vão colaborar ativamente na construção dos fatos, que terão liberdade e notoriedade para construir uma narrativa o mais fiel possível à própria realidade. Assim, o agente, antes passivo, agora se torna ativo nessa estrutura jornalística que comunica as culturas, vivências e problemas em relação ao contexto ambiental que o cerca. Nesse sentido, o jornalista tem o papel de identificar a potencialidade destas histórias e amplificar estas vozes que não são ouvidas.

Pensando sobre o potencial do cinema e do audiovisual, podemos lembrar como as produções do cinema estadunidense e europeu colaboraram ao longo da história para a construção de estereótipos dos diversos povos representados. Para Davi Kopenawa (2015) esse olhar colonizador cria imagens externas e exóticas sobre os povos indígenas, de fora para dentro. Já o movimento decolonial propõe o olhar de dentro para fora, assim sendo possível identificar as raízes culturais. Também, através da construção imagética do rio e suas diversidades, é possível mostrar que o rio é tudo aquilo que ele alimenta: a diversidade da flora, a beleza da fauna, os rostos e



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

costumes de uma família pescadora, as histórias ouvidas em forma de conto, a rotina que respeita os ciclos do rio, as crenças.

Esta reflexão inicial sobre a pauta ambiental e a desconstrução de algumas regras básicas do jornalismo hegemônico resulta da conexão entre um movimento de pesquisa e ensino. A proposta é a partir do avanço da produção da reportagem aprofundarmos reflexões e considerações. Enquanto isso, percebemos o quanto a perspectiva decolonial desmantela relações de poder ao colocar fontes oficiais/científicas no mesmo patamar que fontes cidadãs ou de vivência, reconhecendo as múltiplas e heterogêneas diferenças do saber e do ser. Desta forma, permitimos a produção de um jornalismo verdadeiro, que reconhece os múltiplos lados de uma pauta, valorizando a diversidade de vozes e de saberes.

Referências

BANIWA G. dos S. L. **O índio brasileiro**: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.

BUENO,W. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. Revista **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007.

GAIGHER, C. **Lançamento do Manual** para a cobertura jornalística dos desastres climáticos. Disponível em: Lançamento do Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos - YouTube, disponível em 05/09/2025

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 319-333,2021.

LOOSE, E. B.; KOLLING, P.; CAPELETTI, J. Jornalismo ambiental e de colonialidade:a ênfase em ouvir outras vozes. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.10.p.127-143,2023.

KOPENAWA, D. **A Queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

MALDONADO-TORRES, N. Césaire's gift and the decolonial turn. **Radical Philosophy Review**, (2006) 9(2), 111–138.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

TORRICO VILLANUEVA, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.89-107,2019.

TRAQUINA, N. A **tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. (Teorias do jornalismo, v. 2). Florianópolis: Insular, 2005.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Desafios da prática no Ensino de Jornalismo Ambiental como serviço de Extensão Universitária⁵⁸

Amanda Aparecida Grzebielucka⁵⁹

Hebe Maria Gonçalves de Oliveira⁶⁰

Resumo: Este artigo apresenta os desafios da prática no Ensino de Jornalismo Ambiental como atividade de Extensão universitária, por meio do modelo de agência de notícias local/regional. Trata-se do serviço extensionista denominado *Pauta Ambiental: Extensão em Jornalismo UEPG*. A iniciativa fundamenta-se nos pressupostos do jornalismo especializado, com foco na área ambiental e objetivo de conscientizar estudantes tanto da necessidade, como da complexidade da área de atuação profissional, em tempos de emergências climáticas globais e regionais.

Palavras-Chave: Jornalismo especializado. Jornalismo ambiental. Ensino. Extensão. Emergências climáticas.

Mendonça (2025) afirma que a humanidade ultrapassou o limite das emergências climáticas e, portanto, vivencia “tempos de urgências climáticas”. O termo “emergências climáticas” passou a ser utilizado após a 21^a Conferência das Partes das Organizações das Nações Unidas (ONU), realizada em Paris, em 2015,

⁵⁸ Serviço extensionista Pauta Ambiental: Extensão em Jornalismo UEPG <www2.uepg.br/pauta-ambiental>, do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais e coordenado pela Professora Associada Hebe Maria Gonçalves de Oliveira.

⁵⁹ Estudante do 3º ano de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vinculada ao Pauta Ambiental: Extensão em Jornalismo UEPG. grzebieluckaamanda04@gmail.com

⁶⁰ Professora Associada do Departamento de Jornalismo da UEPG, coordenadora do Pauta Ambiental: Extensão em Jornalismo UEPG. hebegoncalves@uepg.br

quando já se “apontava uma elevação térmica da atmosfera da Terra, em grandeza fortemente comprometedora à ecologia e à vida humana no planeta”. (Mendonça, 2024, s/p).

A questão do clima entrou na agenda global a partir da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada pela ONU, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio 92, com a compreensão dos impactos no meio ambiente no decorrer do século XX. (Belmonte, 2004; Abreu, 2006). Posterior a Rio 92, constatou-se que “o futuro será cada vez mais marcado por catástrofes naturais, empobrecimento da biodiversidade, dificuldades à vida humana e à sociedade, etc. [...] decorrentes do aquecimento global” (Mendonça, 2024, p.19).

A mudança climática global constitui um dos mais importantes temas da ciência e da política na atualidade. Todavia, trata-se de um tema marcado por expressivos conflitos de ordem econômica, cultural e política. Neste contexto, é necessário tratá-lo a questão do clima e das mudanças/emergências climáticas com a “[...] interação, multi, inter e transdisciplinaridade.” (Mendonça, 2024, p.8) Sendo assim, reconhece-se a importância de um jornalismo especializado, capaz de contrapor os diversos conflitos entre as diferentes áreas da ciência, assim como os interesses políticos, econômicos e culturais. Segundo Borrat (1989 apud Conde, 2005, p.63), é fundamental a formação específica do jornalista adquirida através da experiência em outra área do conhecimento e a estreita relação com o jornalismo. Insere-se aí, portanto, o Jornalismo Ambiental. Pois, a prática exige do profissional o diálogo constante com outras áreas do saber.

A questão ambiental entrou na pauta diária do jornalismo no Brasil também por força da Rio 92. Antes dessa Conferência, as coberturas ocorreram “ao sabor das tragédias”, conforme descreve Belmonte (2004, p.22). Com a proporção que se tomou a questão ambiental nas últimas décadas, a especialização na área ambiental torna-se necessária no jornalismo. Com esta inspiração, surge a proposta do serviço extensionista no Curso de Jornalismo da UEPG, *Pauta Ambiental*, iniciada em março

de 2025, ano da Conferência das Partes (COP 30), em Belém, no Pará. Com isso, não se nega aqui a produção jornalística sobre meio ambiente no Curso de Jornalismo da UEPG, assim como ementa disciplinar no Projeto Pedagógico, ainda que por exigência de leis (Federal, nº 9.795/1999) e (Estadual/PR, nº 17.505/2023). Mas, enfatiza-se para estudantes, a necessidade de priorizar-se a pesquisa e a prática do Jornalismo Ambiental, por meio de ações efetivas durante a graduação.

Em consequência, criou-se a “Pauta Ambiental”, que é um serviço extensionista disponível no Curso de Jornalismo da UEPG, na modalidade de agência de notícias local/regional com a cobertura sobre meio ambiente. A iniciativa propõe-se a produzir conteúdos jornalísticos (reportagens, entrevistas em profundidade, opinião) sobre meio ambiente, com distribuição gratuita aos veículos de imprensa locais-regionais. A proposta tem como desafios: 1) priorizar a especificidade do Jornalismo Ambiental no Curso de Jornalismo da UEPG; 2) incentivar estudantes à especialização para o Jornalismo Ambiental em diálogo com outros saberes; 3) e estimular a compreensão crítica em abordagens sobre jornalismo ambiental, principalmente em tempos de emergências climáticas globais e regionais.

Os desafios entrelaçam-se com a natureza do ensino do jornalismo na atualidade, diante das mudanças tecnológicas e seus impactos em diversas áreas. Ao passo que Meditsch (2012, p.21) assinala a “ausência de experiências alternativas de bom jornalismo em nossa sociedade”, a UEPG direciona-se à superação desse cenário.

Outro aspecto é que, os estudos e a prática do Jornalismo Ambiental, requerem engajamento político (Belmonte, 2004; Mendonça, 2024; Roth, 2024). “O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social”. (Belmonte, 2004, p.35). Esse engajamento político passa também pelo interesse da Universidade no cidadão que se propõe a formar. Como reforça Meditsch (2012), chegou a hora das escolas de jornalismo cumprirem a sua função social.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Compreender a complexidade dos problemas que impactam a vida na Terra é um importante passo para o bom jornalismo contemporâneo. Para isso, é importante as escolas de jornalismo darem mais atenção à causa ambiental e não deixar a cargo de iniciativas isoladas. Neste sentido, defende-se que o Ensino de Jornalismo Ambiental precisa tornar-se disciplina obrigatória em diálogo com outras áreas do conhecimento, incorporando ensino (teoria e prática), pesquisa e extensão, ultrapassando-se o limite de produções esporádicas nos espaços labororiais.

Portanto, pode-se criar uma cultura para o jornalismo conectado com a realidade ambiental e seus impactos na sociedade. Jornalismo Ambiental é uma forma de atuar contra os interesses econômicos do grande capital. O desafio é estimular e envolver estudantes nessa tarefa, o grande passo rumo a eficaz qualificação do jornalismo.

Referências

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa.** O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. VILAS BOAS, Sergio. **Formação & informação:** jornalismo para iniciado e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p.15-48.

CONDE, M^a Rosa Berganza. **Periodismo especializado.** Madri/Espanha: Ediciones Internacionales Universitarias, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir.** A função social da Universidade e os obstáculos para sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MENDONÇA, Francisco. Mudanças climáticas globais: controvérsias, participação brasileira e desafios à ciência. **Humboldt.** Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/humboldt/article/view/57365>. Acesso em 2 set. 2025.

_____. Observatório das Metrópoles. Da mudança à emergência climática... um clima de tensão. **Brasil de Fato.** Curitiba, 20/08/2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/20/>. Acesso em 2 set. 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

_____. Emergências climáticas e sociedade. Palestra realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa em 31 jul. 2025. Disponível em <http://youtube.com/OPaQx02S7w8>. Acesso em 2 set. 2025.

ROTH, Sammy. Sammy Roth, do Los Angeles Times, fala sobre a cobertura do clima. Entrevista a Kevin Lind. **Revista de Jornalismo ESPM**. Jul/Dez, nº 34, ano13, 2024. p. 9-13. Disponível em Revista-de-Jornalismo-ESPM-CJR-34-final.pdf Acesso em 2 set. 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

O problema da espetacularização em duas reportagens da Record RS e da RedeTV! sobre as enchentes do RS⁶¹

Yasmim Carneiro Oliveira⁶²

Miguel Ángel Lomillos⁶³

Resumo: Este trabalho analisa o problema da espetacularização nas coberturas das enchentes do Rio Grande do Sul realizadas por dois programas de televisão, um da Record RS e, outro, da RedeTV!. A pesquisa revela que o telejornalismo, em busca de audiência e do entretenimento, intensifica o recurso a imagens impactantes e relatos com apelo emocional. Dado o risco cada vez maior de desastres naturais, pretende-se evidenciar as mazelas da abordagem sensacionalista para a população, por meio da qual omite-se as práticas de prevenção, bem como desvia-se do foco das causas e consequências e das responsabilidades sociais e políticas.

Palavras-Chave: Espetacularização. Telejornalismo. Desastres ambientais. Análise crítica. Ética Jornalística.

As enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024 foram o maior desastre climático de sua história. Uma combinação de fatores naturais e principalmente humanos ocasionou esta tragédia que atingiu 96%

⁶¹ Este trabalho é vinculado ao GP BaZINe: Crítica e Criação em Fotografia, Cinema e Audiovisual.

⁶² Graduanda de Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins - UFT yasmin9.2007@gmail.com.

⁶³ Professor Associado do curso de Jornalismo da Universidade de Tocantins - UFT. Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidad del País Vasco. Líder do grupo de pesquisa BaZINe. lomillos@uft.edu.br.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

dos municípios gaúchos. Ela evidencia mais uma vez o papel crucial do jornalismo, seu trabalho de prevenção, preparação e adaptação para os impactos climáticos.

A análise concentra-se em duas reportagens sobre as enchentes incluídas nos programas dominicais, de grande apelo popular na mídia televisiva nacional: Domingo Espetacular da Record, e Geral do Povo, da RedeTV! veiculadas nos dias 5 e 26 de maio de 2024, respectivamente.

Para o desenvolvimento da análise adota-se uma abordagem fundamentada na teoria crítica e no conceito de espetáculo de Guy Debord a fim de compreender os elementos construtivos e formais das reportagens: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (Debord, 1997, p. 14). Na sequência, confrontamos criticamente a reportagem televisiva com o documentário de tradição cinematográfica com o intuito de perceber como àquela pode ser repensada a partir da compreensão de suas carências estéticas, éticas e críticas, especialmente na lida com os atores sociais, a temporalidade e as mediações narrativas e o valor dado ao olhar.

As coberturas analisadas apresentaram as consequências imediatas do evento climático e sem aprofundar nos contextos histórico, social e político. Levando em conta que a orientação ao consultar testemunhas deve ser feita de forma a “realizar uma cobertura sensível que deixe as pessoas falarem, sem expô-las demasiadamente” (Amaral, Loose & Girardi, 2024, p. 26), o material estudado levanta questões éticas sobre a responsabilidade do jornalismo em coberturas de desastres e a exploração da dor vivenciada pelas vítimas.

Na reportagem do Domingo Espetacular, foram constatadas estratégias espetaculares do começo ao fim, tendo foco nas famílias em fuga, desesperadas e preocupadas. As entrevistas foram realizadas em momento de vulnerabilidade da fonte, evidenciando o choque e o trauma. A reportagem não permitiu-se o tempo para aquietar-se ao ritmo das pessoas e, na edição, selecionou apenas as palavras mais impactantes proferidas pelos entrevistados.

Fizemos uma análise textual da introdução - de 50 segundos - onde há uma enfática estratégia de gancho que consegue capturar a atenção do telespectador. De uma descrição impactante do lugar - o centro de Porto Alegre completamente inundado em imagens feitas por drones - passa-se a um acelerado clipe de vídeos e áudios feitos por pessoas angustiadas clamando por ajuda através de seus dispositivos móveis. Tudo isso pontuado pela trilha sonora atroante e pelas transições em *fade out*. O objetivo desta introdução, em ritmo rápido de edição, é mostrar a gravidade da situação através dos recursos emocionais e dramáticos tentando passar medo, comoção, suspense.

Já no programa Geral do Povo, a situação espetacular é muito mais escancarada, pois, por ser um programa de auditório, o apresentador Geraldo Luís utiliza os truques conhecidos para elevar a emoção do público. Aqui, a nossa análise textual debruça-se na primeira entrevista a um casal de idosos afetados pelas enchentes, onde fica evidente a falta de empatia e tato por parte do apresentador. Ele se move pela casa, fazendo perguntas de cunho emocional, voltadas para gerar um efeito dramático para o telespectador, em detrimento da compreensão da experiência dos entrevistados. “E se vocês não tivessem subido aqui?”, pergunta apontando a um buraco no teto e devolve o microfone para a mulher, que responde “la morrer”.

A ausência de dados oficiais e análises de especialistas, necessários para contextualizar a tragédia, revela a superficialidade na abordagem, que não atende aos pressupostos da profissão de jornalista, tais como o compromisso com a verdade.

Além disso, a análise aponta que o programa falhou em proporcionar uma visão crítica sobre as políticas públicas que poderiam ter mitigado os efeitos das enchentes. A cobertura não abordou questões fundamentais, como o impacto das mudanças climáticas, que tornam as chuvas mais intensas e, consequentemente, as enchentes mais devastadoras. A falta de menção a esses fatores, que são cruciais para entender a gravidade da situação, evidencia uma lacuna significativa na reportagem.

Em suma, o jornalismo produzido pelas emissoras analisadas, RedeTV e Record, usou a hipérbole da forma-espetáculo na tragédia das enchentes de 2024 para gerar visualizações. E, ainda, desviou-se do compromisso informativo e ético ao não atender a gestão adequada de comunicação para a cobertura de desastres ambientais.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMARAL, M. F; POZOBON, R. de O.; RUBIN, A. "Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade". **Lumina**, v. 4, n. 2, **2010**. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20921>. Acesso em: 4 jun. 2024.

AMARAL, Márcia Franz, LOOSE, Eloisa Beling, GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. Santa Maria, RS: Ed. Facos - UFSM, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/290008>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BUENO, Wilson da Costa. Gestão da comunicação em desastres ambientais: conflitos de interesse, de práticas e de discursos. **Revista Observatório**, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://sistemas.ift.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4698>. Acesso em: 18 maio 2025.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2005.

NITAHARA, Akemi. **Entenda a tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul**. Entrevista a Rualdo Menegal, 18/05/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-05/entenda-tragedia-climatica-ocorrida-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 21 maio 2025.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

A proteção animal como abordagem de educação ambiental: produção de cartilhas como recurso didático no campo jornalístico-midiático⁶⁴

Larissa Batista de Vargas⁶⁵

Resumo: Esta pesquisa, resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresenta uma proposta pedagógica que integra o jornalismo e o ensino de Língua Portuguesa. Trata-se da produção de uma cartilha sobre proteção animal como abordagem de educação ambiental. O produto utilizou gêneros jornalísticos, organizados em formato de editorias para sensibilizar estudantes sobre direitos, saúde e adoção de animais. O estudo, de natureza qualitativa e baseado em pesquisa-ação, buscou aproximar docentes do campo jornalístico-midiático, destacando suas potencialidades como recurso didático. Os resultados indicam como o ensino pode ser enriquecido mesmo com áreas distintas, mas que colaboram para um objetivo comum: a construção de uma educação mais transformadora.

Palavras-Chave: Proposta pedagógica. Campo jornalístico-midiático. Estágio. Língua Portuguesa. Temas transversais.

O estado do Rio Grande do Sul viveu em 2024 a maior catástrofe climática da sua história, que atingiu cerca de 90% dos municípios. As chuvas torrenciais que

⁶⁴ Resultado de TCC da graduação em Letras Português EAD pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

⁶⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologias Educacionais em Rede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pós-graduanda em Mídia e Educação pela Unipampa. E-mail: larissa.vargas96@hotmail.com.

caíram sob o solo gaúcho deixaram milhares de pessoas desabrigadas e desalojadas, além de mais de uma centena de mortos. Animais ficaram dias e até semanas em cima do teto de casas esperando resgate. Muitos foram para abrigos, outros reencontraram seus tutores e centenas não tiveram a mesma sorte, morreram.

Neste contexto, as mudanças climáticas devem estar entre os temas da educação ambiental no contexto escolar para formar cidadãos conscientes. Uma forma de trabalhar esse assunto em sala de aula é utilizando a proteção animal.

A educação ambiental está prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e é pautada como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997). Além disso, a educação ambiental sob o ponto de vista interdisciplinar está prevista no Código Estadual do Meio Ambiente do Estado Rio Grande do Sul e consta como temas contemporâneos no Referencial Curricular Gaúcho. Sendo assim, falar de bicho também é falar de gente, pois é um assunto de saúde pública. Os animais precisam de vacinas, vermífugos, castração como alternativa no controle populacional e também são protegidos pela lei. Um exemplo é a promulgação da Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020 (Brasil, 2020), que estabelece pena de dois a cinco anos de reclusão para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar cão ou gato.

Com isso, este trabalho apresenta uma proposta pedagógica a partir de temas transversais. O produto foi desenvolvido durante o Estágio Supervisionado de Ensino Fundamental em Língua Portuguesa no campo jornalístico-midiático, que está previsto na BNCC, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Médio. A elaboração desta pesquisa, que também foi tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora (Vargas, 2024), demonstra que existem outras possibilidades de trabalhar o Jornalismo em sala de aula que não só a notícia ou reportagem, gêneros textuais mais comuns quando se fala em Jornalismo, por exemplo.

O estudo produzido é de natureza qualitativa, caracterizado pela pesquisa-ação que foi empregada devido a sua natureza participativa e reflexiva, que permite integrar



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

teoria e prática na construção de conhecimento. Posteriormente, foi desenvolvida a análise da proposta pedagógica, realizada pelo método de categorização (Gibbs, 2011), cujo objetivo foi estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação ao texto analisado.

Aprender Língua Portuguesa é mais do que decorar regras gramaticais ou de ortografia. É preciso interpretar, ter senso crítico e analisar informações, que também são habilidades intrínsecas ao Jornalismo. Pensando em trabalhar o tema transversal Meio Ambiente aliado ao Jornalismo, foi elaborada uma cartilha sobre proteção animal com alunos de uma turma de 8º Ano.

O material produzido pelos alunos, pela professora regente e a estagiária, foi desenvolvido na seguinte estrutura: capa, apresentação do tema (proteção animal); expediente (quem produziu o material), direitos dos animais, saúde animal, benefícios de adotar e como adotar um animal (contatos da secretaria de meio ambiente do município), como editorias de um material jornalístico. O material utilizou padrões jornalísticos nos gêneros textuais informativos e de tipo textual injuntivo, em sua maioria. O título “proteção animal”, já remete ao tipo injuntivo, pois o leitor se depara com o assunto que será apresentado na cartilha. A partir da elaboração deste trabalho, podemos compreender como a produção textual é uma prática social que alia o ensino de Língua Portuguesa e o Jornalismo.



Figura 1: Frente da cartilha
Fonte: Elaboração da autora (2024)



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online



Figura 2: Verso da cartilha

Fonte: Elaboração da autora (2024)

A cartilha é só um dos gêneros textuais que podem ser explorados, para além da notícia e reportagem, que são mais tradicionais no ensino de Língua Portuguesa. Ainda, podemos citar como o aprofundamento em conceitos do Jornalismo enriquece a prática pedagógica, permitindo que o ensino se torne mais informativo e crítico. No entanto, para explorar com maior aprofundamento esses conteúdos em sala de aula, é fundamental que os professores compreendam melhor o campo jornalístico-midiático e suas potencialidades no ambiente escolar. A ideia não é formar professores como jornalistas, mas possibilitar um maior entendimento do campo de atuação que foi inserido nos planejamentos a partir da BNCC. Logo, esta pesquisa demonstrou que o produto desenvolvido foi além de uma simples cartilha, mostrando-se como uma proposta pedagógica aliada a conceitos teóricos e práticos.

A formação da pesquisadora em Jornalismo também foi determinante para que o trabalho unisse a prática pedagógica e a visão jornalística, dialogando com o ideal transformador compartilhado por ambas as áreas. Jornalistas são conhecidos por quererem transformar o mundo, ao buscar a verdade e fomentar a cidadania. Isso também vai ao encontro da prática docente, que ao formar cidadãos críticos, também promove mudanças significativas na sociedade. Essa semelhança demonstra como o



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

ensino pode ser enriquecido mesmo com áreas distintas, mas que colaboram para um objetivo comum: a construção de uma educação mais transformadora.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília – DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 set. 2020.

GIORDANI, A. T.; PIRES, P. A. B. F. **Normas editoriais, orientação aos autores**: cartilhas. Editora UENP, 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação (Seduc). **Referencial Curricular Gaúcho: Humanas**. Porto Alegre: Seduc, 2018b.

VARGAS, Larissa Batista de. **Uma proposta pedagógica no campo jornalístico-midiático a partir de temas transversais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português - EAD) – Universidade Federal do Pampa, Alegrete, 2024.